



Fig. 9.30 – Igreja de S. Francisco de Évora. 4º tramo da galeria Norte: reboco em fase de destacamento no arco de ligação com o tramo seguinte

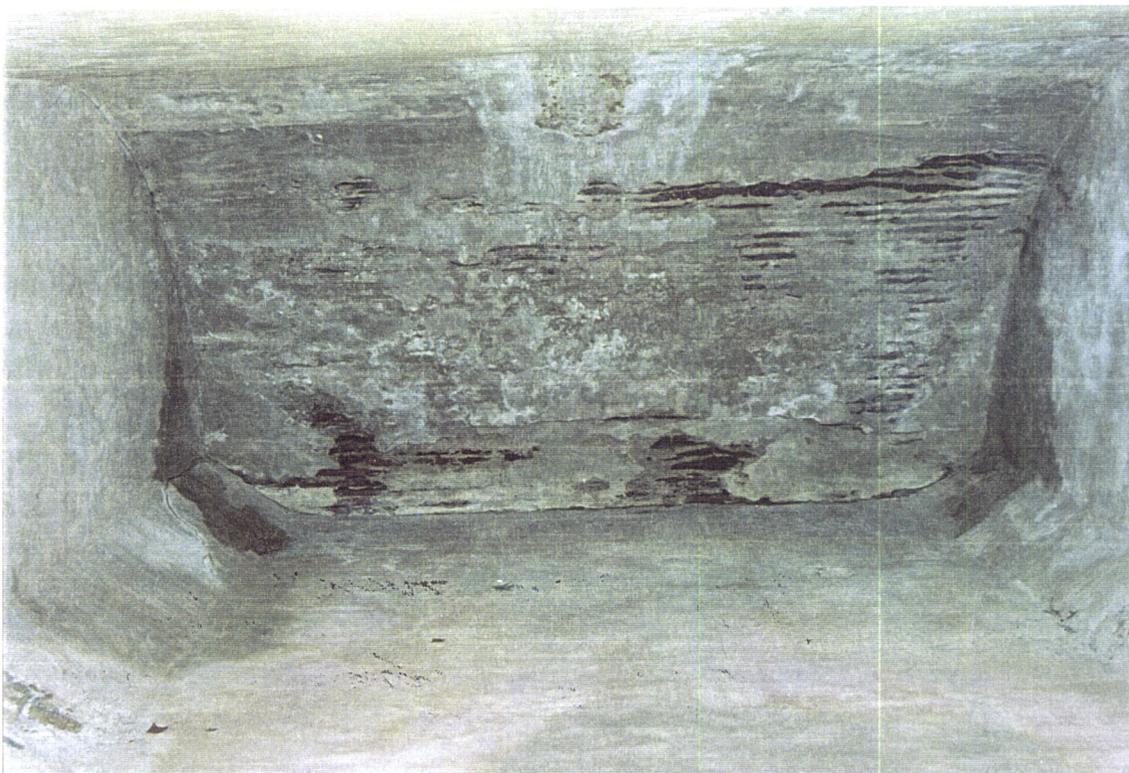


Fig. 9.31 – Igreja de S. Francisco de Évora. 5º tramo da galeria Norte: degradação do reboco da abóbada



Fig. 9.32 – Igreja de S. Francisco de Évora. 5º tramo da galeria Norte: fenda no arco de ligação com o sexto tramo

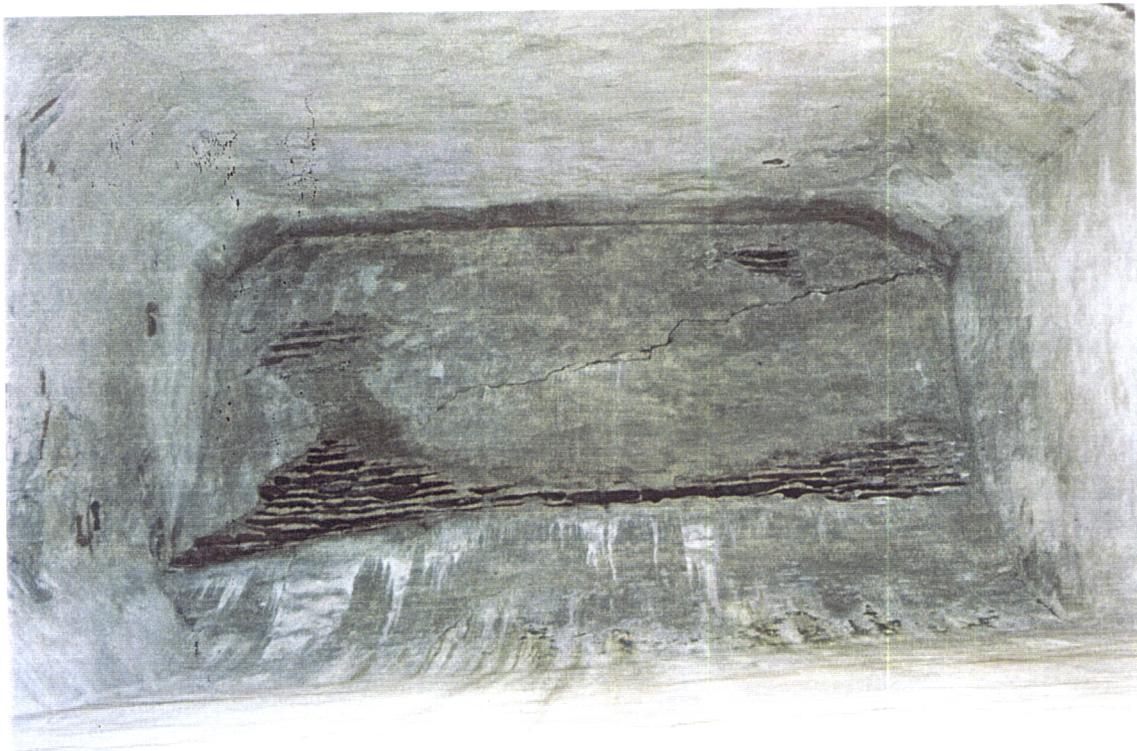


Fig. 9.33 – Igreja de S. Francisco de Évora. 6º tramo da galeria Norte: humidade, degradação do reboco da abóbada e fenda pronunciada que atravessa aquela, no sentido longitudinal

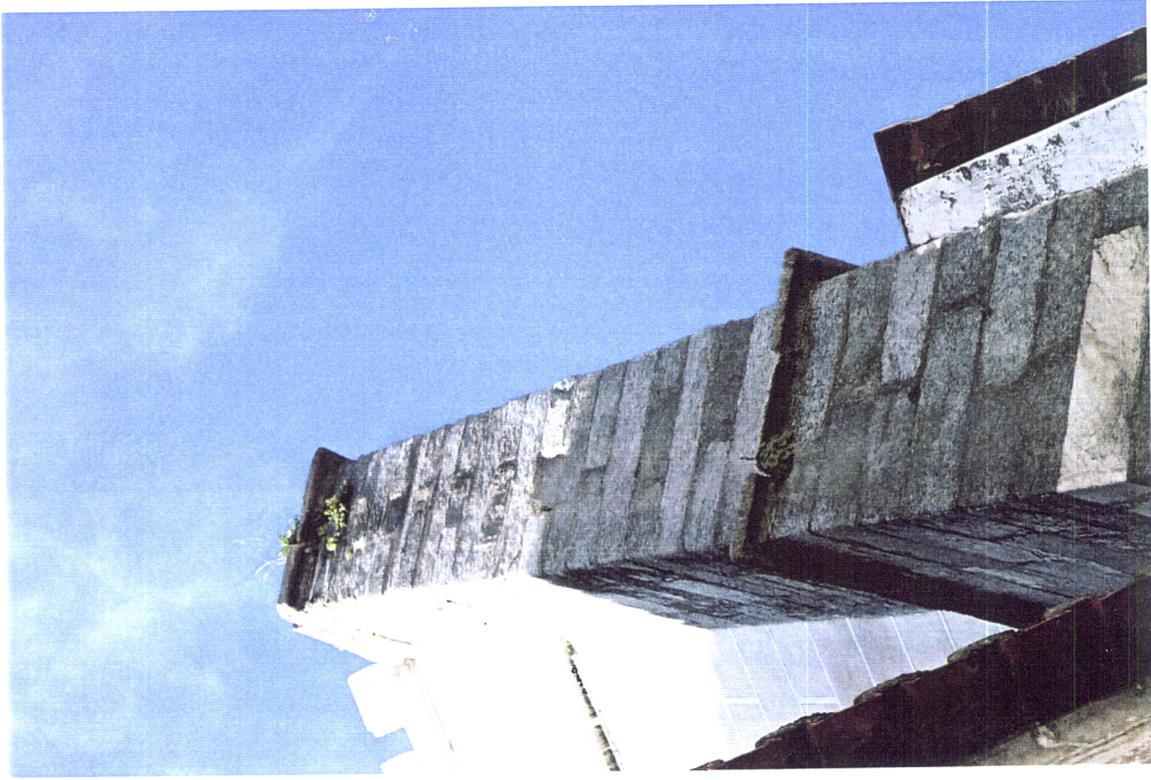


Fig. 9.35 – Igreja de S. Francisco de Évora. Cabeceira: contraforte do Lado Sul: fissuras e colonização biológica, por acção de líquenes negros e plantas superiores

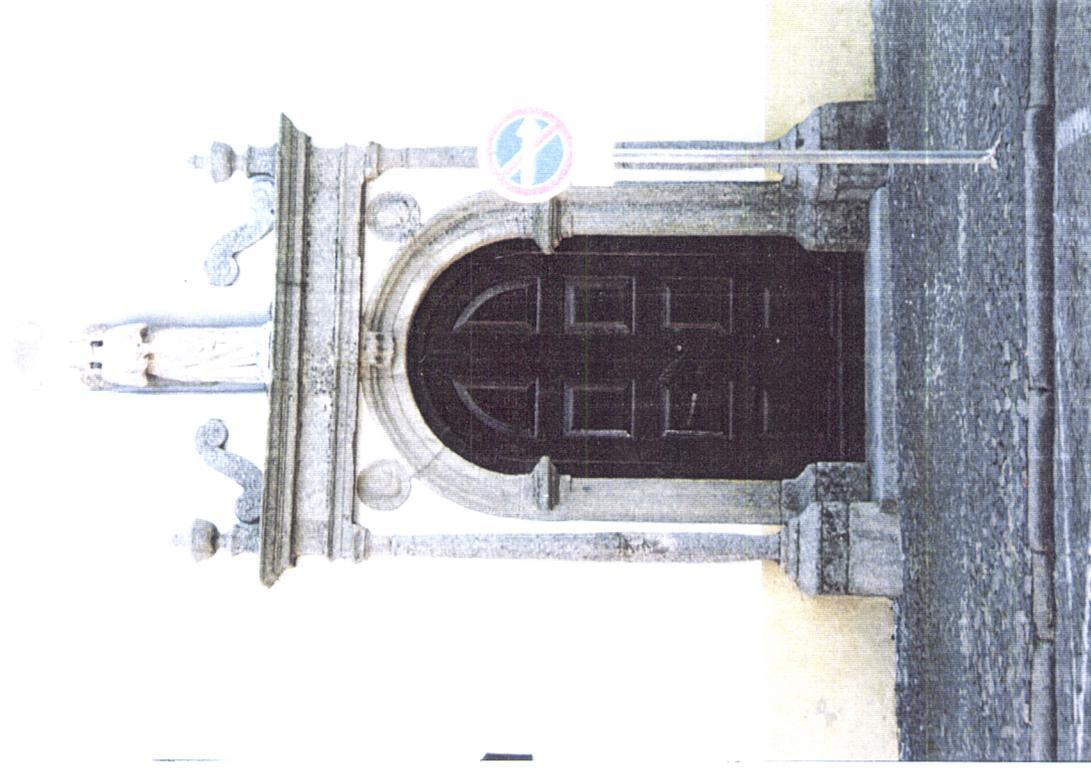


Fig. 9.36 – Igreja de S. Francisco de Évora. Portal da Capela de S. Joãozinho



Fig. 9.37 – Igreja de S. Francisco de Évora. Portal da Capela de S. Joãozinho: arenização, acentuada, das colunas que o ladeiam

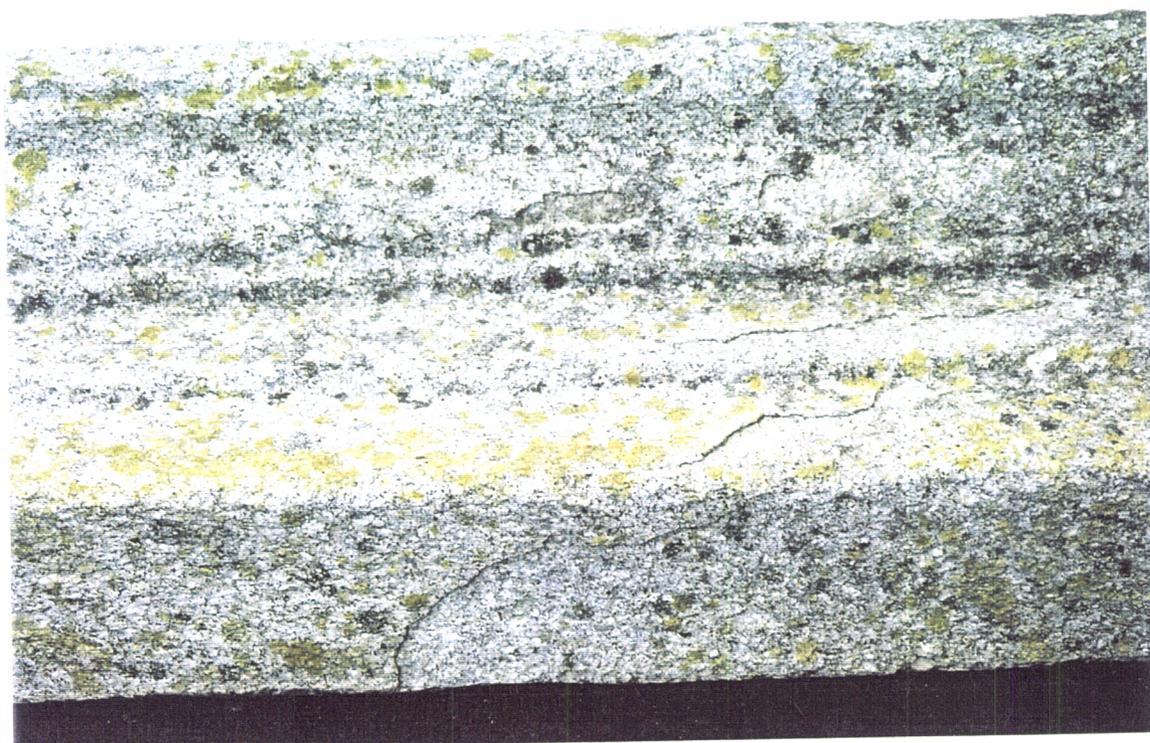


Fig. 9. 38 – Igreja de S. Francisco de Évora. Portal da Capela de S. Joãozinho: colonização de líquenes na zona do dintel

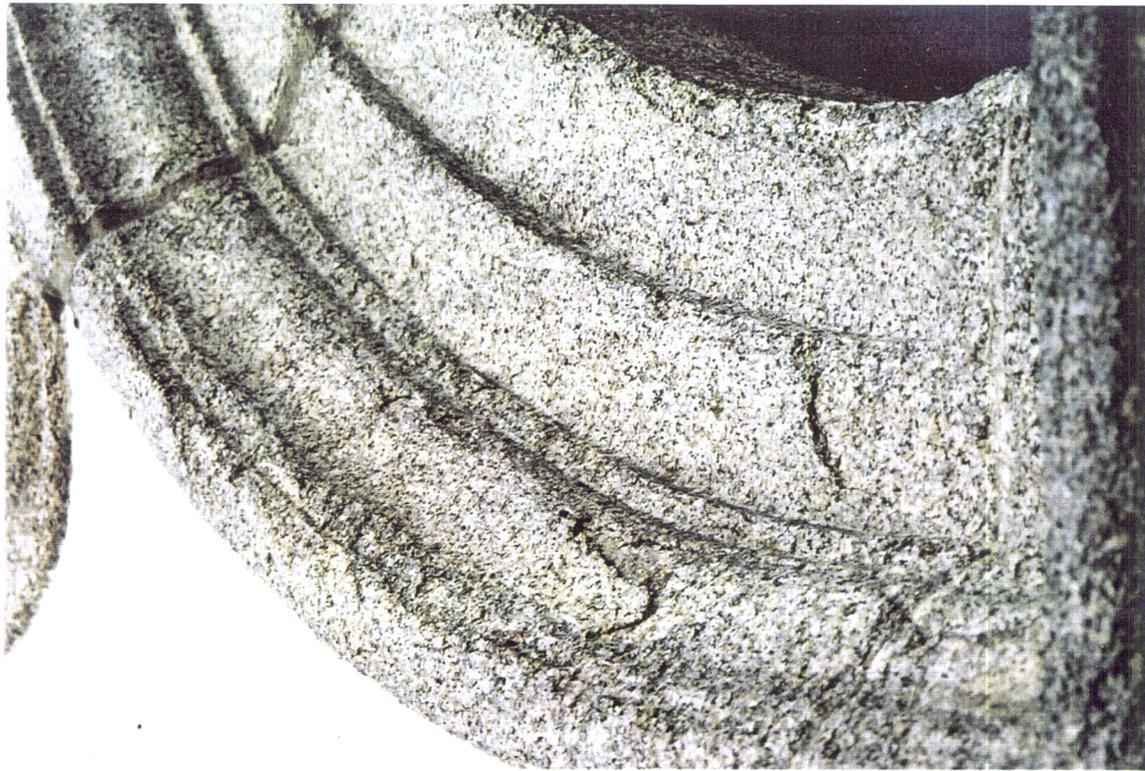


Fig. 9. 39 – Igreja de S. Francisco de Évora. Portal da Capela de S. Joãozinho: destacamento de películas na zona do arco perfeito

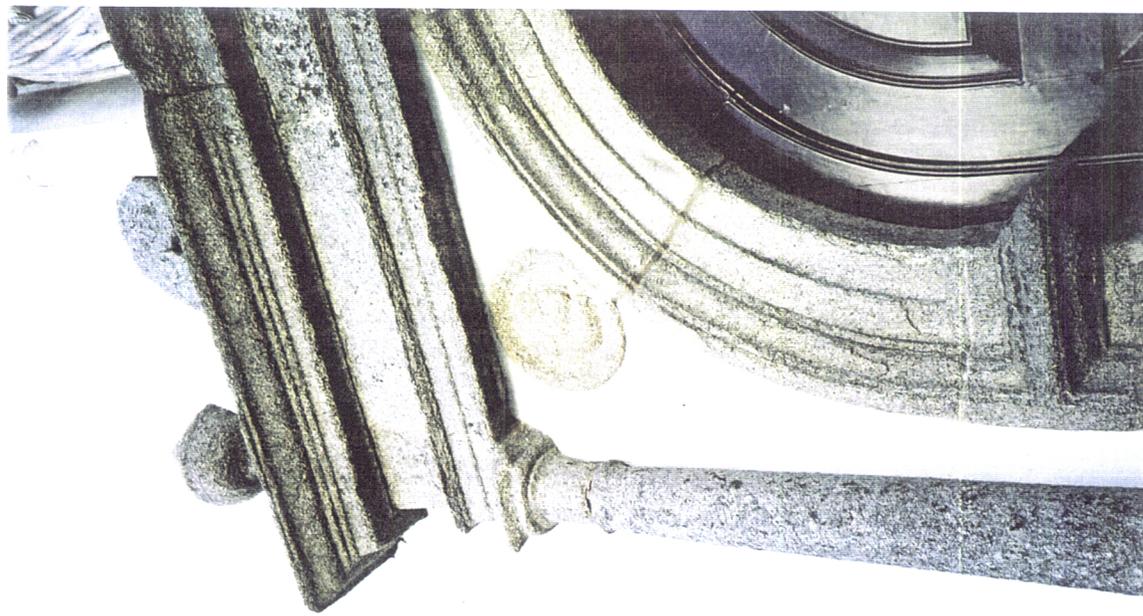


Fig. 9.40 – Igreja de S. Francisco de Évora. Portal da Capela de S. Joãozinho: Fenda vertical, com origem no lado esquerdo do dintel

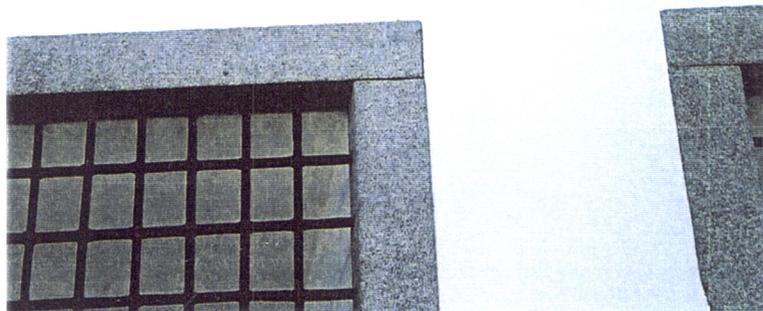
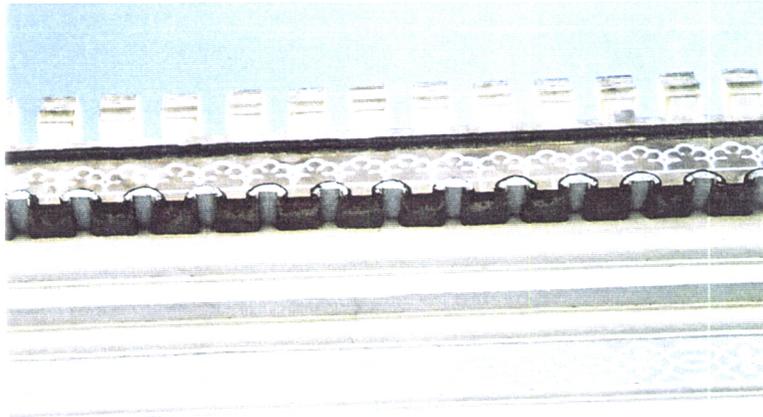


Fig. 9.41 – Igreja de S. Francisco de Évora. Sala da Ordem Terceira: fenda vertical sobre um dos vãos exteriores



Fig. 9.42 – Igreja de S. Francisco de Évora. Ala Nascente do claustro: inclinação acentuada dos seus pés direitos



Fig. 9.43 – Igreja de S. Francisco de Évora. Ala Nascente do claustro: colonização de plantas superiores



Fig. 9.44 – Igreja de S. Francisco de Évora. Ala Nascente do claustro: arenização acentuada dos capitéis e colonização de líquenes negros

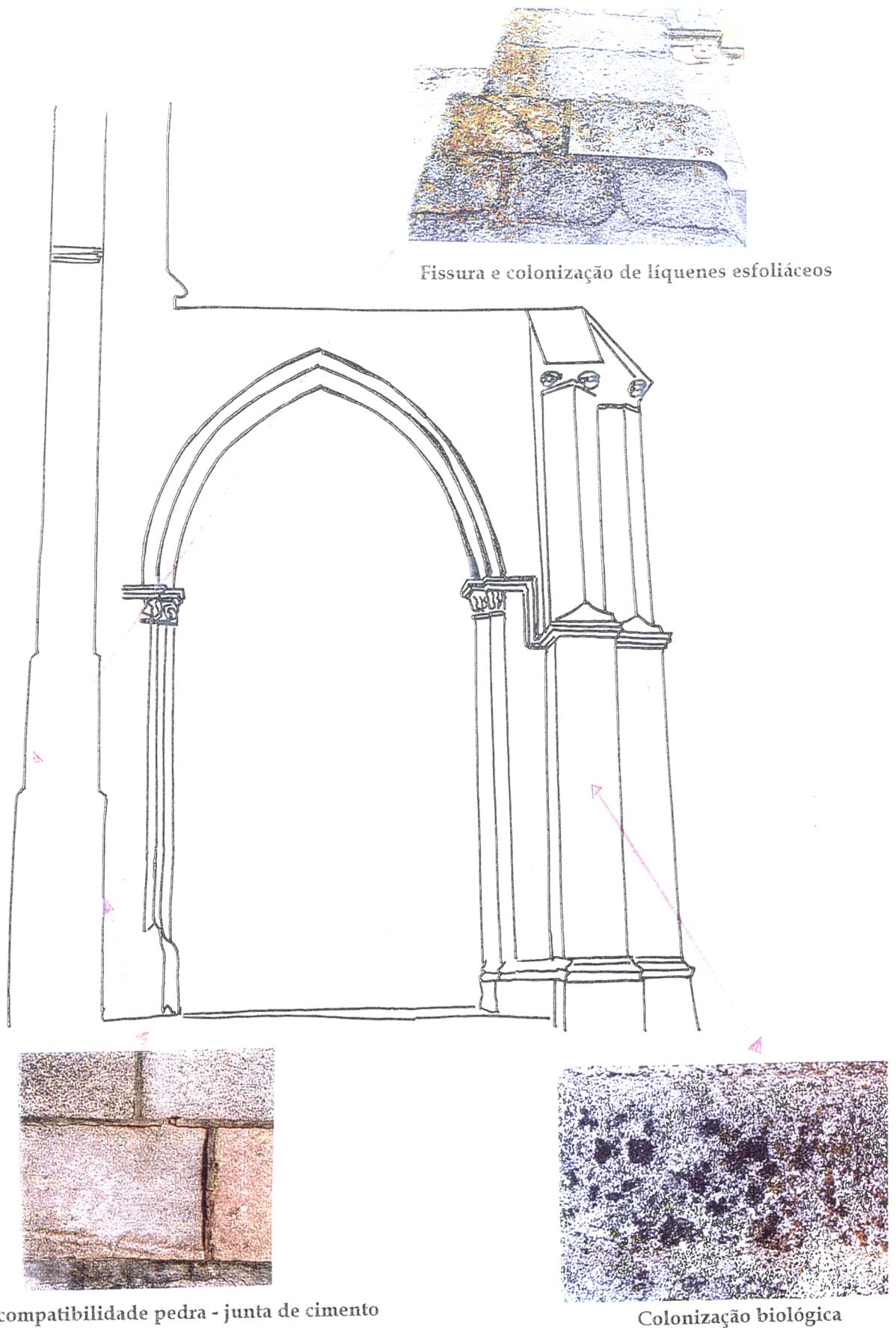
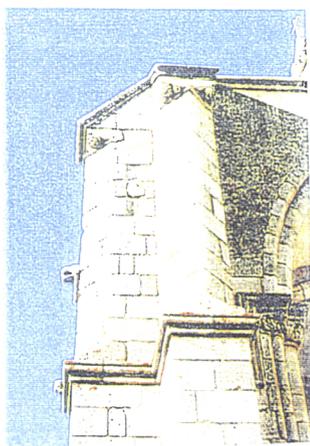
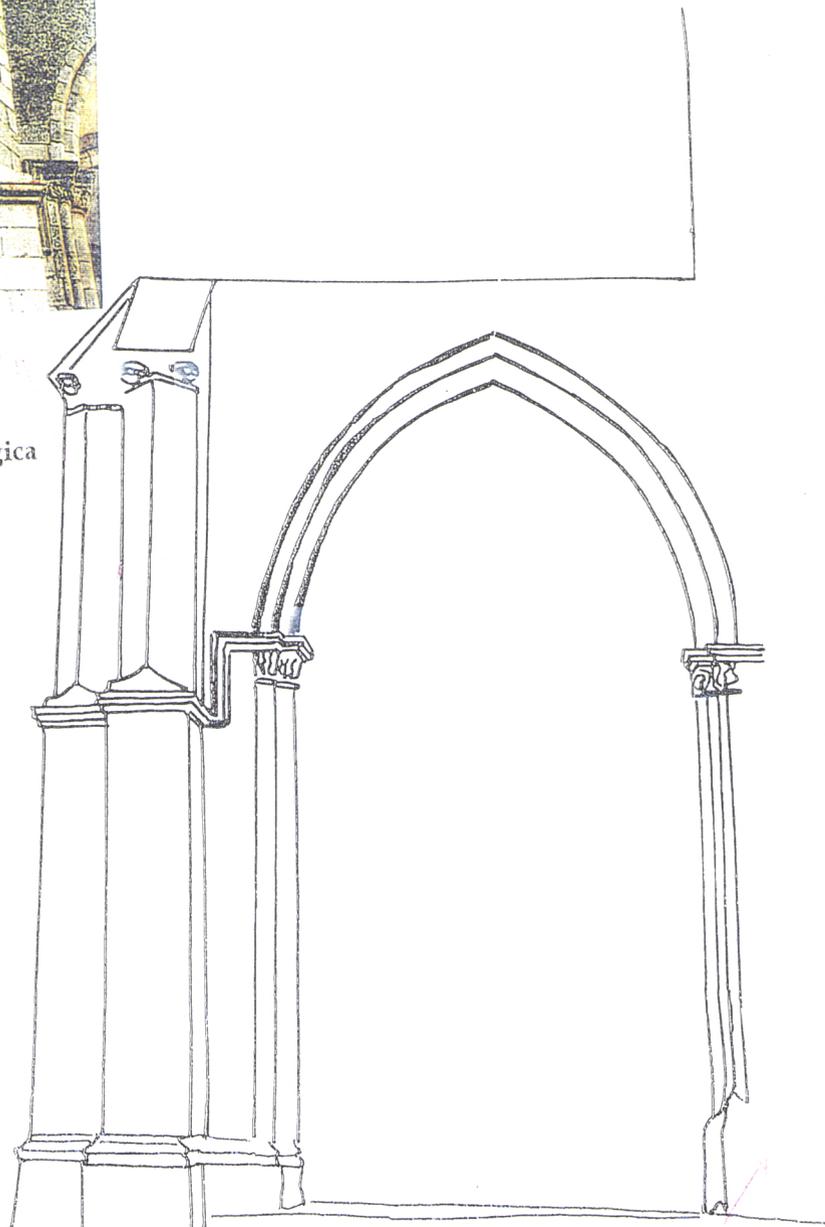


Fig. 9.45 – Igreja de S. Francisco de Évora. Localização das patologias do lado Norte do Pórtico



juntas abertas
e
Colonização biológica



Destacamento de películas

Fig. 9.46 – Igreja de S. Francisco de Évora. Localização das patologias do lado Sul do Pórtico

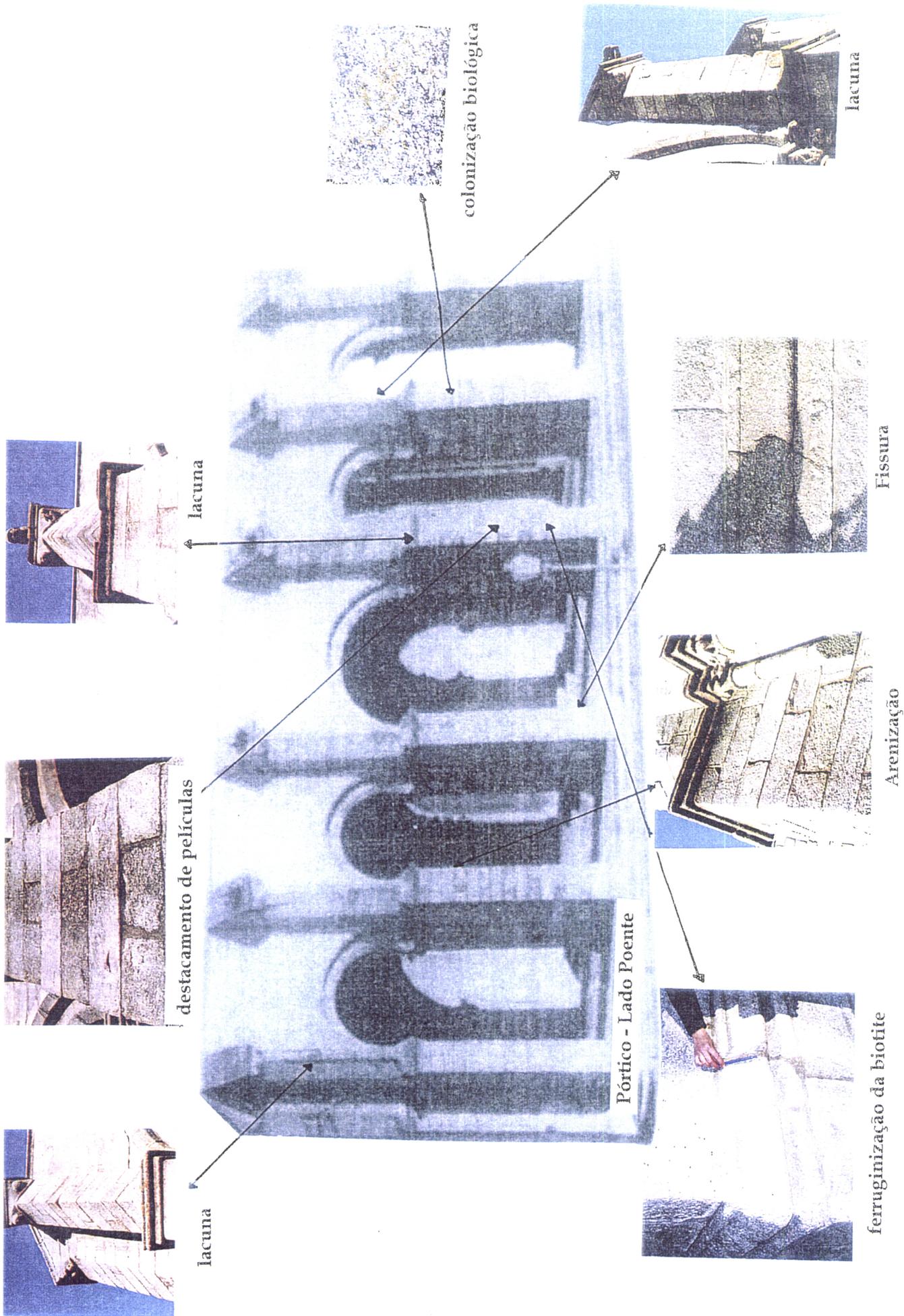


Fig. 9.47 – Igreja de S. Francisco de Évora. Localização das patologias do lado Poente do Pórtico



Fig. 9. 48 – Igreja de S. Francisco de Évora. Sistema de cobertura da galeria interna e das capelas laterais que lhe subjazem

CAPÍTULO X

A SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO EDIFICADO

10.1 – Breve panorâmica internacional dos critérios de intervenção em monumentos (sécs. XIX e XX)

10.1.1 - Viollet-le-Duc e o restauro monumental em França

O Decreto da Convenção Nacional francesa de 1794, relativa à conservação dos monumentos foi considerada uma importante manifestação de interesse pelo património. Esse interesse foi motivado, porém, pelos efeitos devastadores, sobre esse mesmo património, da Revolução Francesa, a qual promoveu à destruição maciça de inúmeros monumentos identificados com a Monarquia e a Igreja. Em 1801, Napoleão, restituiu, ao culto católico, muitas das igrejas profanadas, ficando o Estado responsável pelo seu restauro, o que se tornava, praticamente, impossível, devido à falta de meios económicos. Por isso, muitos dos edificios, que apresentavam ruína, foram demolidos ou vendidos a particulares.

Depois da restauração monárquica, houve uma vontade manifesta de retorno ao passado, com a conseqüente necessidade de recuperar os monumentos que melhor o representavam. A atenção recaiu sobre os edificios mais danificados, como as igrejas e os castelos. A formação da maioria dos arquitectos de então, centrada na Antiguidade e no Neoclassicismo, não fazia deles, os mais capazes de cuidar da arquitectura gótica, o que resultou em demolições e reconstruções arbitrárias, em inúmeras catedrais, veementemente criticadas por alguns literatos, mais ilustrados da época, como Vítor

Hugo, que em 1825, escrevia: *guerra aos demolidores*¹¹⁴. Também Vitet, primeiro inspector geral dos monumentos históricos, advertia para os perigos de tais intervenções, as quais comprometiam a própria história dos edifícios. A Vitet sucedeu Próspero Mérimée, e sob a sua administração se desenvolveram os mais importantes restauros, depois da instituição, em 1837, das *Comissões de Monumentos Históricos*, encarregadas de seleccionar os arquitectos responsáveis pelos projectos.

Por volta dos anos cinquenta, surge no contexto daquelas, Eugène-Emmanuel Viollet-le-Duc, o qual foi uma figura chave da história do restauro monumental em França, influenciando, até ao final do séc. XIX, praticamente, toda a Europa. Nasceu em 1814, no seio duma família pertencente à burguesia parisiense, bem integrada na vida intelectual da capital e relacionada com a Corte. Seu pai era o arquitecto responsável pela conservação das casas reais e o seu tio era pintor. Realizou a sua formação académica na Escola de Belas Artes e realizou uma série de viagens, entre as quais, se contam as efectuadas à Itália, entre 1836 e 1837, completando a sua formação com um estudo minucioso do património da Antiguidade e, muito especialmente, da época medieval¹¹⁵.

Foi um hábil desenhador, um bom escritor e um exímio aguarelista. Das suas criações literárias, destaca-se o *Dictionnaire raisonné de l'architecture française du XI au XVI siècle*¹¹⁶. Nessa obra define o seu critério sobre restauro, afirmando que restaurar um edifício não é conservá-lo, repará-lo ou refazê-lo, mas restabelecê-lo num estado completo, que é possível que nunca tenha existido. Deste pressuposto recorre a liberdade de reconduzir as obras de arte a uma pretensa unidade formal, ou melhor a uma forma ideal, que devia prevalecer sobre qualquer outra consideração, actuando com a máxima liberdade na hora de completar as obras, incluindo elementos oriundos de

¹¹⁴ - Morales, J. Alfredo, *Património histórico-artístico*, História 16, Madrid, 1996, p. 112

¹¹⁵ - Idem, p. 114

¹¹⁶ - Idem, *Ibidem*

outros edifícios, ou mesmo inventando-os. Chega a legitimar reconstruções, substituições, adições e eliminações, baseadas em analogias tipológicas ou de estilo. É um critério que não se aplica à simples manutenção ou reconstrução como no passado, mas que busca a sua forma prístina, original, que poderia jamais ter existido.

Os inúmeros restauros desenvolvidos por Viollet-le-Duc, até à sua morte em Lausana, em 1879, são o melhor testemunho da sua prática de restauro estilístico. Entre eles, se conta, o restauro da catedral de Notre Dame de Paris, onde acrescentou a agulha do cruzeiro, projectando outras duas, altíssimas, para remate das torres, as quais não se construíram e onde colocou dezenas de estátuas nas fachadas e portais, segundo os modelos das existentes em Amiens, Reims e Bordéus.

Em 1865, realiza, totalmente, “ em estilo “ a fachada da catedral de Clermont-Ferrand. Mas grande interesse teve a sua actuação na igreja da Madalena de Vezelay, cujo interior e abóbadas reconstruiu. A aplicação do princípio da forma prístina, deu-se, contudo no castelo de Pierrefonds, transformado e recriado, numa fantasia neogótica.

A actuação de Viollet-le-Duc deve ser criticada e, com ela, a de todos os seus seguidores nacionais e estrangeiros, os quais levaram até às últimas consequências a teoria de restauro de Viollet-le-Duc. No entanto, deve ser reconhecido o seu mérito como salvador de grande número de monumentos, a sua sólida formação teórica e o seu conhecimento vivo e directo dos edifícios.

10.1.2 – A teoria naturalista e conservacionista de Ruskin e a prática do restauro em Inglaterra

Jonh Ruskin (1819 – 1900) é outra das faces do pensamento romântico europeu, em matéria de restauro, cujo contributo surge numa Inglaterra, onde não se colocavam os

mesmos problemas suscitados numa França mutilada, ao nível do seu património, pela Revolução francesa, mas onde emergia um novo olhar sobre os valores do passado, despoletado pela Revolução Industrial. Sociólogo, escritor e crítico de arte, não tinha, contudo, formação de arquitecto, pelo que a sua contribuição foi, sobretudo, teórica. É sobejamente conhecido pela ampla produção literária, saída da sua lavra, pela qualidade dos seus desenhos e aguarelas e pelos seus apontamentos de viagens. O seu pensamento influenciou, decisivamente, a cultura do seu tempo, dentro e fora do país que o viu nascer.

Estudou em Oxford, tendo empreendido inúmeras viagens, as quais o levariam a Itália, em 1833¹¹⁷. Dedicou-se ao estudo da arquitectura, legando-nos vários ensaios, de carácter pedagógico, com vista à iniciação dos artistas no gosto pela natureza e pela arte. Veneza inspirou-lhe a sua defesa veemente do estilo gótico. É na obra *The seven lamps of architecture*¹¹⁸, que se concentram as suas teorias face ao restauro. Viollet-le-Duc, encontrava-se em plena actividade, em meados do séc. XIX, quando a voz de Ruskin começou a fazer-se ouvir. A posição de Ruskin, frente às obras de arte, converteu-se numa contemplação, quase, de cariz místico. O respeito absoluto pela obra de arte, tal qual ela nos chegou, é a base do seu conceito de restauro romântico, não se tratando, tanto, dum método de restauro, mas do posicionamento a tomar face ao monumento. Com este teórico, passa-se duma intervenção activa, tipo restauro estilístico, para uma situação de contemplação e espera, sem intervenção alguma. Segundo a sua teoria, podemos disfrutar da obra de arte, contemplar a sua decadência, admirar o seu estado de ruína, mas não devemos tocá-la, porque não nos pertence. Há em Ruskin, uma identificação clara entre a natureza e a obra de arte, sofrendo ambas as

¹¹⁷ - Idem, p. 119

¹¹⁸ - Ruskin, *Las siete lámparas de la arquitectura*, Editorial Alta Fulla, Barcelona, 1997 (transcrição espanhola)

vicissitudes dum ciclo vital completo, desde o nascimento à morte, no qual não se deve interferir.

Considera, ainda, o aspecto *pitoresco* da ruína, um valor artístico, valorizando, dentre destas as pertencentes ao estilo gótico e renegando as manifestações da arte da Antiguidade clássica, do Renascimento e do Barroco (decorrente da sua formação romântica).

As ideias de Ruskin tiveram continuidade no seu directo discípulo, William Morris, em torno do qual se concentrou um grupo de intelectuais, opositores do “ restauro estilístico “, os quais criaram em 1877, uma sociedade de protecção dos monumentos antigos, denominada: *Society for the Protection of Ancient Buildings*. O manifesto desta sociedade, redigido por William Morris, chamava a atenção para a necessidade *da manutenção periódica dos edifícios, o emprego de meios rudimentares para manter aqueles de pé, sem pretender criar e evitar qualquer manipulação da estrutura e das partes ornamentais*¹¹⁹.

10.1.3 - Camilo Boito e a escola italiana do *restauro científico*

Na década de oitenta do séc. XIX surge em Itália, uma via de restauro de monumentos que pode considerar-se intermédia entre as posições extremadas de Viollet e Ruskin. Essa via é representada por Camilo Boito (1836 – 1914). Nascido em Roma, formou-se na Alemanha, Polónia, Pádua e Veneza, onde obtém a sua cátedra em Arquitectura¹²⁰. Foi um escritor e teórico versátil. O seu trabalho teórico teve enormes consequências, servindo os seus escritos de guia para o debate cultural, no campo da conservação e restauro, durante dezenas de anos. Contra a escola francesa de restauro

¹¹⁹ - Morales, J. Alfred, *op.cit.*, p.121

¹²⁰ - Ceschi, Carlo, *Teoria e storia del Restauro*, Bulzoni, Roma, 1970, p. 107

estilístico, Boito defendeu: a consolidação do existente; a manutenção de acrescentos, mesmo quando não se harmonizem com a obra primitiva; a valorização da sua riqueza arquitectónica e documental, rejeitando a reconstrução em estilo. Contra a escola naturalista e conservacionista de Ruskin, advogou: a importância da intervenção mínima, admitindo acrescentos com vista à consolidação. Com efeito uma das suas frases chaves, que ainda hoje se deve atender quando se efectua um restauro é a seguinte: *é melhor consolidar que reparar, melhor reparar que restaurar*¹²¹.

A sua postura em relação à intervenção nos monumentos, ficou clara em 1879, quando apresentou a um congresso de arquitectos e engenheiros uma relação com uma série de normas sobre a natureza das intervenções, que foi aprovada, em parte, pelo Ministério da Instrução pública, que as transformou em circulares, destinadas aos encarregados pelos Monumentos. Mas foi, sobretudo, em 1883, que, por ocasião do III Congresso Nacional de Engenheiros e Arquitectos, que as ideias inovadoras de Boito, transcenderam os círculos académicos. Essas ideias, que constituíram, quase, uma “Carta de Restauro”, foram as seguintes¹²²: diferença de estilo entre o novo e o antigo; diferença de materiais nas novas construções; supressão de ornamentos nas partes novas; exposição dos elementos eliminados, junto ao monumento; sinal convencional na parte nova ou incisão, na mesma, da data da intervenção; Inscrição explicativa, à cerca da intervenção; descrições e fotografias das várias etapas de restauro, colocadas no monumento ou num local próximo (substituível por uma publicação); notoriedade visual das intervenções.

Seguidor de Boito, de quem foi discípulo, Gustavo Giovanoni (1873-1947), acrescentou àquelas indicações, o valor do ambiente como parte integrante do monumento e a importância das construções arquitectónicas mais modestas, as quais no

¹²¹ - citado em Custódio, Jorge, *De Alexandre Herculano à Carta de Veneza*, in « Dar Futuro ao Presente », Lisboa, SEC, IPAAR, 1993

¹²² - Ceschi, Carlo, *op.cit.*,p. 109

conjunto influenciariam a Carta de Atenas de 1931, bem como a Carta de Veneza de 1964, as quais constituem, ainda hoje, duas das grandes referências históricas na intervenção dos monumentos.

10.1.4 – Cesari Brandi e o *restauro crítico*

O contributo de Cesari Brandi (1906-1988) foi de grande alcance, sobretudo se tivermos em conta a sua obra *teorie del restauro*, considerada um clássico na formulação do conceito actual de restauro. Os princípios defendidos por aquele, influenciaram decisivamente a carta italiana de 1972, uma das referências primordiais para a prática da conservação do património arquitectónico, na actualidade.

Para Cesari Brandi o restauro è *il momento metodológico del riconoscimento dell'opera d'arte, nella sua consistenza fisica e nella sua duplice polarità estetica e storica, in vista della sua trasmissione al futuro*¹²³. Considera, ainda, que apenas a matéria da obra de arte deve ser restaurada e que sua consistência física é primordial, para a transmissão do objecto ao futuro: *dal punto de vista del riconoscimento dell'opera d'arte come tale, há preminenza assoluta il lato artistico; all'atto che il riconoscimento mira a conservare al futuro la possibilità di quella rivelazione, la consistenza fisica acquista un'importanza primaria*¹²⁴.

O restauro, segundo Brandi, deve dirigir-se ao restabelecimento da unidade potencial da obra de arte, sem cometer falsificações históricas e artísticas, e sem apagar a patina como sedimentação do tempo sobre a obra, apontando, ainda, como único momento legítimo para se intervir, o momento da actualidade, colocando de parte todas as que pretendam actuar no momento da produção ou no que decorreu entre esse momento e o

¹²³ - cit. em Pirazzoli, Nullo, *Teorie e storia del restauro*, Edizioni Essegi, Ravenna, 1994, p. 236

¹²⁴ - Idem, *Ibidem*

da actualidade, o que produziria falsos históricos ou *pastiches*. O restauro não pode presumir o tempo, segundo as suas palavras: *come reversibile né l'abolizione della storia*¹²⁵. Nessa mesma linha de pensamento, rejeita reconstruções totais ou parciais duma obra, ainda que, por hipótese, se parta dum conhecimento das suas características materiais e estéticas.

Desaconselha alterações no espaço envolvente da obra, sobretudo tratando-se de ambientes arquitectónicos antigos, assim como a deslocação das mesmas para outros locais, só passível de ser efectuada, devido a altos motivos de segurança e conservação.

Introduziu o conceito de reversibilidade das intervenções, considerando que as mesmas não devem impedir actuações futuras, sendo de eliminar quaisquer intervenções de carácter irreversível.

Estabelece, por fim, como necessárias a distinção das partes restauradas da obra original, ainda que mantendo a unidade do conjunto e a conservação de amostras do estado precedente ao restauro (e mesmo de partes não-coevas, que representem a passagem do tempo sobre a obra). Estes princípios por ele defendidos decorrem do facto da obra de restauro dever-se manifestar como *evento storico quale essa è, per il fatto di essere azione umana, e di inserirsi nel processo di trasmissione dell'opera d'arte al futuro*¹²⁶.

¹²⁵ - Idem, p. 237

¹²⁶ - Idem, p. 238

10.2 – Critérios de intervenção no contexto nacional

10.2.1 – De Alexandre Herculano à actualidade

Desde as primeiras comemorações da morte de Alexandre Herculano (1810-1877), que se reconheceu o papel pioneiro da sua intervenção pública na valorização do Património cultural português¹²⁷. O seu papel e o despertar do interesse pelo passado, resultou de algumas circunstâncias específicas que justificavam, pelos danos causados nos valores patrimoniais, o despertar da atenção do Portugal romântico, antes adormecida: o terramoto de 1755, as invasões francesas (1807-1811) e a vitória do Liberalismo em 1834.

O terramoto de 1755 e a dimensão das perdas patrimoniais, obrigou a uma inventariação das mesmas, de que as memórias paroquiais de 1758, são um reflexo. Esse esforço de inventariação tornou-se, ainda, mais premente, com as invasões francesas, que destruíram e pilharam inúmeros conventos e igrejas, sobretudo a Norte do Tejo.

A vitória do liberalismo, constituiu outro terramoto, *fruto da vontade do homem*, a qual implicou o surgimento de novos valores culturais em oposição aos valores sócio-económicos e políticos do Absolutismo. A formação histórica de Herculano e a influência das ideias românticas, introduzidas em Portugal, por alguns liberais no exílio, dotaram-no dum visão crítica em relação à destruição maciça dos monumentos nacionais, e levaram-no a encetar um profundo alerta da necessidade de salvar os mesmos. É nessa linha, que em 1838-9, Herculano publica quatro artigos na revista « o Panorama », intitulados *Os Monumentos*¹²⁸, os quais podem ser considerados o primeiro

¹²⁷ - Custódio, Jorge, *op.cit.*, p. 33

¹²⁸ - Referimo-nos aos seguintes artigos: *Os Monumentos* (I), n° 69, pp. 266-268 e *Os Monumentos* II, n° 70, pp. 275-27, in vol. II, Ed. Sociedade Propagadora dos Conhecimentos, Lisboa, 1838; *Mais um brado*

manifesto a favor da salvaguarda do património arquitectónico e artístico do país. No entanto, como romântico, a sua atenção vai sobretudo para a arquitectura gótica, defendendo a sua unidade arquitectónica, na mesma linha do que se defendia noutros países como a França, onde os efeitos catastróficos da Revolução Francesa, sobre os monumentos do *Ancien Régime*, levaram à revolta de alguns ilustrados como Vitor Hugo. As limitações da actuação do autor do *Portugaliae Monumenta Historica*, prendia-se com a sobrevalorização medievalista, em detrimento dos acrescentos barrocos, os quais chega a considerar de *mau gosto*.

Antes da acção de Herculano, as preocupações com o património havia já preocupado alguns sectores mais ilustrados da sociedade, nomeadamente D. João V, que, em 1721, publica a primeira lei patrimonial – alvará de 20 de Agosto de 1721 – onde se proíbe a destruição dos edificios antigos, responsabilizando as câmaras pela sua conservação e comunicação dos vestígios e espólio encontrados, à Real Academia de História. Em 1802, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, reordena a republicação do mesmo alvará, transferindo as funções, anteriormente, atribuídas à supracitada Academia, para o Secretário – Mor da Real Biblioteca de Lisboa, pelo que, entre 1802 e 1870, a Inspeção dos Monumentos Nacionais esteve nas mãos daquela instituição. Estes pormenores legislativos, no entanto, pouco ou nada contribuíram para a conservação do Património. O que é certo é que, a longo prazo, a acção de Herculano, influenciaria toda uma geração, desencadeando uma série de importantes acontecimentos até à implantação da República, dos quais salientam-se os seguintes¹²⁹:

a favor dos Monumentos I, nº 93, pp. 43-45, e *Mais um brado a favor dos Monumentos*, nº 94, pp. 50-52, in vol. III, *idem*, 1839

¹²⁹ - Custódio, Jorge, *De Alexandre Herculano à Carta de Veneza*, op.cit., pp. 41-54

1840 – Fundação da Sociedade Conservadora dos Monumentos Nacionais, para a defesa dos valores nacionais, com sede no Convento do Carmo, e início do restauro de importantes monumentos portugueses, como o Mosteiro da Batalha, a Torre de Belém, o Mosteiro dos Jerónimos, a Sé de Lisboa, entre outros, muito embora assentes nos princípios do restauro estilístico de Viollet-le-Duc

1858 – O arquitecto Joaquim Narciso Possidónio da Silva, obtém licença de D. Pedro V, para desenhar, medir e proceder ao cadastro de edifícios da arquitectura portuguesa, que poderiam ser considerados Monumentos Nacionais (cujo paradeiro se desconhece)

1864 – Fundação da Real Associação dos Arquitectos civis e Arqueólogos portugueses, cujo obreiro foi o citado arquitecto Joaquim Possidónio da Silva

1875 – Relatório do Marquês de Sousa Holstein, denominada: *Observação sobre o actual estado do Ensino das Artes em Portugal, a orgânica dos Museus e o Serviço de Monumentos históricos e de Arqueologia*

1876 – Publicação do Boletim da Associação dos Arquitectos civis e Arqueólogos portugueses

1880 – Publicação da primeira lista intitulada de *Monumentos Nacionais e padrões históricos e comemorativos de varões ilustres e que são elementos apreciáveis para o estudo da história das artes em Portugal*

1882 – Criação da Comissão dos Monumentos Nacionais, sob a presidência de Possidónio da Silva, a qual se encarregou de fazer o reconhecimento oficial dos Monumentos Nacionais, com vista à elaboração de um inventário artístico e ao levantamento de plantas e alçados dos primeiros edificios a classificar

1890 – Entre esta data e o fim da Monarquia Constitucional, desenvolveram-se vários restauros, como o da Sé de Coimbra, dirigido por António Augusto Gonçalves, o da Guarda por Rosendo Garcia d'Araújo Carvalheira, o castelo de Leiria por Ernesto

Korrodi, e o da Sé de Lisboa, devido à iniciativa de Augusto Fuschini, todos na linha de restauro integral de Viollet-le-Duc

1897 – Criação do Conselho Superior dos Monumentos Nacionais, no Departamento do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, ao qual competia classificar os Monumentos Nacionais

1909 – Primeira lista oficial dos Monumentos Nacionais

1910 – Lei que consagra a lista supracitada.

A importância destas acções no âmbito da salvaguarda e inventariação do Património português, não escondem, a prevalência, nos restauros efectuados, da linha de restauro integral de Viollet-le-Duc. Casos paradigmáticos desse partido foram os restauros da Catedral da Guarda, do Castelo de Leiria e da Sé de Lisboa, da autoria, respectivamente de Rosendo da Carvalheira, Ernesto Korrodi e Augusto Fuschini¹³⁰.

Rosendo da Carvalheira (1863-1919) foi um acérrimo defensor das teorias de Viollet-le-Duc, e todo o seu projecto de restauro da Catedral da Guarda é o reflexo do seu apego aos princípios da unidade de estilo. A sua adesão a esses mesmos princípios, estão, claramente, enunciados numa memória, da sua autoria, relativa àquele restauro, em que afirma: *o termo restauração tem (...) o valor restrito de reposição do estado provável em que o edifício ficou ao concluir-se*¹³¹. Considera aquele arquitecto, ainda, o contributo de outros estilos, com as consequentes alterações e acrescentos, *escandalosas excrescências*¹³², que urgia demolir, para reconduzir o edifício à sua traça gótica primitiva. Entre as várias demolições que levou a cabo, conta-se, entre outras, que não vou aqui aprofundar, por não ser esse o objectivo deste trabalho, algumas

¹³⁰ - Outros restauros foram efectuados entre 1840 e o fim da Monarquia Constitucional, entre os quais se contam os da Batalha, Torre de Belém, Jerónimos, Alcobaça, acusando a influência de Viollet-le-Duc.

¹³¹ - Carvalheira, Rosendo, *Memória sobre a Sé da Guarda e a sua possível restauração*, in « Districto da Guarda » de 9 de Abril, Guarda, 1899

¹³² - Idem, 4 de Junho de 1899

construções exteriores, como a Sacristia, a Sala do Capítulo, um muro e telheiro que escondiam ao arco botantes do lado Norte.

Também no Castelo de Leiria, a actuação de Ernesto Korrodi (1870-1944), nas duas primeiras décadas do séc. XX, se pauta pela reconstrução em estilo, com recurso a obras fantasiosas, criticadas no *Boletim*, nº 1 da DGEMN¹³³, em que se contam: o alpendre de madeira e telha junto à Torre de Menagem e a casa de guarda em estilo gótico. Contudo essa crítica não colocava de lado o restauro em estilo, mas apenas o recurso a ele, sem estudos arqueológicos prévios, como considerava ter acontecido neste caso.

Na Catedral de Lisboa, o engenheiro Augusto Maria Fuschini (1846 – 1911), empreende um restauro em estilo, procurando a tal forma prístina, que poderia nunca ter existido. O seu projecto para as fachadas exteriores reflectem esse intento, apenas, parcialmente, cumprido, devido à sua morte em 1911. Nesse projecto Fuschini defendia a alteração das mesmas, por ele consideradas demasiado monótonas, enriquecendo-as com elementos do estilo românico que Portugal nunca conhecera. Como nos diz Maria João Neto: *Fuschini tinha grandes limitações próprias das circunstâncias que envolviam a atitude de defesa do património arquitectónico e restauro, entre nós. Não tinha formação de arquitecto, muito menos conhecimentos específicos de intervenção em monumentos. O seu conhecimento da arquitectura medieval provinha-lhe da leitura de alguma bibliografia internacional, particularmente francesa, eivada de preceitos de reintegração estilística primitiva. (...) não era tanto o “ arqueólogo “ que colocava a atenção “ crítica “ na exploração de elementos que lhe permitissem uma hipotética reconstrução do edifício primitivo. Era mais o esteta, o literato e o historicista que*

¹³³ - *Boletim*, nº 1, da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Lisboa, Setembro 1935, pp. 15-16.

*procurava deixar o monumento nas condições idealizadas que melhor reflectissem a sua simbologia histórica*¹³⁴.

Neste contexto, de eivada preferência pelos pressupostos teórico-práticos da escola francesa, do restauro estilístico, emerge a personalidade de Gabriel Pereira (1847-1911), estudioso de arte eborense, que num tom crítico, em *Restaurar e Conservar*, afirma: *Com a teoria de Viollet-le-Duc não há saber ou engenho capazes de salvar as obras de arte do arbítrio; e o arbítrio é, neste caso, um falsificação, uma ratoeira aos vindouros, e mentira aos contemporâneos*¹³⁵. Coloca-se ao lado das teorias de Camilo Boito, revelando ser um intelectual actualizado, a par das grandes correntes europeias sobre o restauro em monumentos. A sua chamada de atenção para maior validade das teorias daquele (*é melhor consolidar que reparar, melhor reparar que restaurar*), não encontra, praticamente, eco em Portugal, onde a *influência de Viollet-le-Duc se fazia sentir como um vendaval*¹³⁶.

Depois da reorganização dos serviços artísticos e arqueológicos, pelo Decreto nº 1 de 26 de Maio de 1911, o acontecimento mais importante no âmbito das medidas tomadas para a preservação do património arquitectónico em Portugal, reporta-se ao início do Estado Novo, com a criação da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, a 25 de Maio de 1929, a qual será o rosto das filosofias de intervenção adoptadas naquele período. O critério de actuação do Estado Novo, sob a acção daquela instituição, é desde cedo enunciado (1934), numa comunicação do Director-Geral Henrique Gomes da Silva, apresentada ao I Congresso da União Nacional, a qual foi publicada, no ano seguinte, no *Boletim MONUMENTOS*, nº 1¹³⁷. Essa comunicação denominada: *Monumentos Nacionais; orientação técnica a seguir no seu restauro*,

¹³⁴ - Neto, Maria João, *op.cit.*, p. 554

¹³⁵ - Pereira, Gabriel, *Restaurar e Conservar*, in « Estudos diversos ». Évora, 1895, p. 56

¹³⁶ - Custódio, Jorge, *op. cit.*, p. 52

¹³⁷ - *Boletim*, nº 1 da DGGEMN, *op.cit.*

resume as orientações técnicas e filosóficas, que presidiram às actuações empreendidas pelo Estado Novo sobre os monumentos nacionais. A conotação política do texto, torna-se evidente, logo no início, quando Gomes da Silva, exalta a actuação empreendida nos monumentos, desde 1929 pela acção do governo, através do Ministério do Comércio e Comunicações, e a partir de 1934, por intermédio do Ministério das Obras Públicas e Comunicações.

Segundo Gomes da Silva, o Estado Novo era depositário duma herança patrimonial *irreconhecível*, devido às alterações que os sécs. XVII e XVIII, introduziram nos monumentos, considerando proveitoso o momento de *renovação nacional* que se vivia, para reconduzir aqueles à *pureza da sua traça primitiva*, o que exigia, em termos de metodologia, uma investigação prévia de carácter histórico e arqueológico, para que as intervenções assentassem em fundamentos sólidos: *uma restauração solidamente baseada em elementos que não ofereçam dúvidas ... obedece-se sempre e rigorosamente aos elementos obtidos durante as pesquisas e que serviram de base ao estudo do restauro*¹³⁸.

As suas indicações, consideravam seis intervenções exemplares, as quais tinham restituído aos monumentos as formas “ originais “: as obras da Igreja de Cedofeita do Porto, dos mosteiros de Alcobaça e Batalha, do castelo de Leiria e das Sés do Porto e Lisboa.

É, contudo, na conclusão da comunicação, que Gomes da Silva enuncia claramente e sem deixar margem para dúvidas, as três ideias basilares, que presidiriam a partir de então, às actuações da DGEMN:

¹³⁸ - Idem, p. 19-20

1 – Os monumentos nacionais deveriam ser restaurados com devoção patriótica, porque eram *padrões imorredouros das glórias pátrias e opulentos mananciais de beleza artística*, constituindo exemplos instrutivos para as futuras gerações, no *culto de religião, da pátria e da arte*. Com esta ideia o autor reforça o carácter nacionalista dos restauros, nos quais eram tidos em linha de conta, sobretudo, os valores artísticos e patrióticos dos monumentos, o que revela de forma evidente a submissão cultural à ideologia política vigente, de renovação nacional, e que explica a preferência do regime salazarista, por monumentos ligados à génese da Nacionalidade: castelos, igrejas românicas e góticas, padrões e sinais comemorativos.

2 – O critério de restauro deveria orientar-se no sentido de devolver ao monumento a sua *beleza primitiva, expurgando-o de excrescências posteriores* e as mutilações *vandálicas*, promovidas pelo tempo e pela acção do homem. Aqui Gomes da Silva, retoma, em parte, a teoria de restauro estilístico, da escola francesa, a qual já tinha sido ultrapassada na Europa, pelo menos em termos conceptuais, nomeadamente, na Carta de Atenas de 1931, evidenciando um serôdio oitocentismo em matéria de restauro, que se manterá sem grandes alterações, até aos anos cinquenta, altura em que se forma o germen duma corrosiva oposição à ideologia conservacionista do Estado Novo.

3 - Assegurava-se que as construções, reportáveis a estilos diferentes do fundacional, seriam mantidas e reparadas, quando evidenciassem valor artístico. Neste ponto Gomes da Silva, entra em contradição com o que refere atrás, quando fala da necessidade de expurgar os monumentos de acrescentos posteriores. Interpretada à letra, esta afirmação está de acordo com os princípios de conservação actuais, mas ela esconde, com efeito, a



valorização desigual desses acrescentos, entre os quais eram desconsiderados e passíveis de serem removidos os remontáveis aos sécs. XVII e XVIII.

As orientações acima descritas vão constituir a prática do restauro em Portugal, tendo contribuído para tal, a longa temporada em que Gomes da Silva, esteve à frente da DGEMN (1929 – 1960), o que não impediu críticas a essas actuações, nomeadamente no seio da própria instituição, através do arquitecto Raúl Lino, o qual se opôs à prática de demolições sistemáticas de construções da envolvente dos edificios medievais¹³⁹.

A oposição àquelas práticas de restauro vão ganhar consistência a partir dos anos cinquenta e sessenta. Antes disso a repercussão das atitudes de conservação europeias, nomeadamente as preconizadas pela Carta de Atenas de 1931, foi, praticamente nula, exceptuando alguns princípios, entre os quais se contam, como mais relevantes, as indicações referentes à educação (principalmente a educação escolar utilizada pelo regime de acordo com a ideologia vigente), o levantamento arquitectónico dos monumentos, a definição das áreas de protecção¹⁴⁰ e o uso de materiais modernos, cuja contenção na sua utilização seria mais tarde recomendada, na Carta de Veneza de 1964.

As décadas de cinquenta e sessenta marcam o arejamento ideológico do Estado Novo em matéria de conservação, possibilitada entre muitos outros factores pelo crescente interesse pelo Renascimento, Maneirismo e Barroco; pela apreensão do valor não apenas das grandes criações arquitectónicas, como defendia Henrique Gomes da Silva, mas também de outras mais modestas; finalmente, pela participação portuguesa no *II Congresso Internacional dos Arquitectos e dos Técnicos do Monumentos históricos*,

¹³⁹ - Buxo, Domingos de Almeida, *Herança cultural e práticas de restauro arquitectónico, em Portugal durante o Estado Novo (intervenções nas fortificações do Distrito de Portalegre)*, Tese de Doutoramento em Conservação do Património Arquitectónico, Universidade de Évora, Évora, 2000

¹⁴⁰ - A acção da DGEMN, relativa ao levantamento arquitectónico dos monumentos e à definição de zonas de protecção, é anterior à carta de Atenas. Esta apenas vem reforçar a sua necessidade.

realizado em Veneza, no ano de 1964, do qual resultou a criação da secção portuguesa do ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (1964-65).

Desde 1965 até à actualidade outros acontecimentos relevantes, como a realização do *Congresso para a Salvaguarda das Paisagens e sítios históricos*, na Gulbenkian, em 1969 e a ratificação na legislação portuguesa, da convenção relativa ao *Património Mundial* (1972), são sintomáticos da actualização portuguesa face às concepções europeias na área da conservação do património.

Finalmente, a partir de 1974, as alterações políticas tiveram consequências importantes ao nível cultural, com especial expressão ao nível da adesão de Portugal às convenções europeias reguladoras da conservação do património e pela publicação de medidas legislativas, progressistas e actualizadas, entre as quais se contam: a assinatura da convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural, em 1979¹⁴¹; a criação do IPPC (Instituto Português do Património Cultural, em 1980¹⁴²; a criação do primeiro Curso de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico, na Universidade de Évora, em 1989¹⁴³; a criação do IPPAR (Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico), em 1992¹⁴⁴.

10.3 - O contributo de alguns textos fundamentais

O crescente interesse pelas questões relativas ao património histórico edificado, conheceu um grande impulso no decorrer do séc. XX, o que ocasionou vários encontros internacionais, sendo formulados princípios gerais de actuação, em Cartas e Declarações. Seleccionamos, na nossa presente análise, quatro documentos, que

¹⁴¹ - Decreto nº 49/ 79, de 6 de Junho

¹⁴² - Decreto Regulamentar, nº 34 de 2 de Agosto

¹⁴³ - Portaria nº 525, de 10 de Julho

¹⁴⁴ - Decreto-Lei nº 106 – F, de 1 de Junho

consideramos bastante importantes, o primeiro pelo seu pioneirismo, os segundos pela sua actualidade, o quarto por constituir um texto português, resultante da reflexão da Sociedade para a Preservação do Património Construído, que denota a actualização do nosso país, em relação àquelas questões.

10.3.1 - A Carta de Atenas (1931)¹⁴⁵

Uma das conclusões preliminares, resultantes do confronto entre as diversas práticas dos países representados, foi a da maior importância da manutenção regular dos edifícios, em detrimento do “ restauro “. A preservação foi, pois, considerada prioritária nas acções, como medida preventiva, capaz de evitar intervenções de maior envergadura. Em relação aos imóveis, considerou-se, ainda, que o ideal deveria ser o de manter a função, para a qual, aqueles, foram construídos, muito embora se ressaltasse a possibilidade de poderem ser adaptados a outros fins, desde que, com total respeito pelos seus valores históricos e artísticos.

Recomendou-se, também, o respeito pelos estilos ou períodos históricos dos edifícios, sem exclusão de nenhum, desencorajando-se as operações de demolição sistemática das suas zonas de protecção.

Deram-se indicações precisas, aos vários países representados, no sentido da reorganização dos seus arquivos e levantamentos dos monumentos nacionais, à publicação de bibliografia específica referente à conservação e preservação arquitectónicas.

¹⁴⁵ - Société des Nations. *Conclusions de la Conférence et recommandations del'Assemblée de la Société des Nations, adoptées le Octobre 1932*

O património edificado foi reconhecido como um bem colectivo e como tal a sobreposição do interesse público ao privado, impunha aos Estados a responsabilização da sua salvaguarda e defesa.

As técnicas modernas e a utilização dos novos materiais, como o cimento e o betão, foram, na altura, incentivados, tendo em conta, a consolidação dos edifícios, desencorajando-se, porém, a escavação sem conservação, das ruínas arqueológicas.

A cooperação entre países foi considerada fundamental, pelo que se acordou a constituição dum centro de documentação internacional, relativo ao património existente e de acções visando a sensibilização, educação e formação das populações para a defesa dos monumentos

Esta carta marcou, definitivamente, o abandono do restauro estilístico e o início da reformulação de princípios internacionais relativos à conservação do património edificado.

10.3.2 – A Carta de Veneza (1964)¹⁴⁶

Esta carta, segundo vem explícito na sua introdução, pretende reexaminar a Carta de Atenas, para, através, dum estudo mais aprofundado dos seus princípios, proceder ao alargamento do seu âmbito.

A carta começa, assim, por chamar a atenção para o reconhecimento da responsabilidade da salvaguarda dos edifícios históricos para as gerações futuras, aspirando a transmiti-los com toda a sua riqueza e autenticidade, visto se tratarem dum testemunho vivo das tradições seculares dum povo.

¹⁴⁶ - publicada em *Textos fundamentais*, Cadernos da SPPC (Sociedade para a Preservação do Património construído), nº 1, Évora, 1996

Alarga o conceito de monumento histórico ao local onde o edifício se encontra implantado, reconhecendo a importância não só das grandes criações arquitectónicas, como de outras mais modestas, que tenham adquirido, com o passar do tempo, um significado cultural relevante.

Apela à interdisciplinaridade, reconhecendo a importância da colaboração de todas as ciências e técnicas, que possam contribuir para o estudo e conservação do património monumental.

Aponta como objectivo da conservação e do restauro a salvaguarda da obra de arte, mas também das respectivas evidências históricas.

Reconhece a importância da manutenção regular, na conservação dos monumentos, para a qual contribui a atribuição àqueles de fins, socialmente úteis.

Aponta o dever da manutenção do espaço envolvente tradicional, desaconselhando novas construções, demolições ou outras modificações, que possam alterar as relações volumétricas e cromáticas do mesmo.

Interdita, salvo condições excepcionais, a remoção ou substituição do todo ou parte do edifício para outro local.

A remoção de elementos de escultura, pintura ou decoração, que façam parte integrante do edifício, apenas é admitida no caso de constituir a única forma de garantir a sua preservação.

Reconhece o carácter altamente especializado do restauro, sendo o seu objectivo a preservação dos seus valores estéticos e históricos, com respeito pelos materiais originais e baseado em documentação autêntica. Todo o trabalho adicional deve ser distinguível da composição arquitectónica original e apresentar a marca do tempo presente. Deve, ainda, anteceder e acompanhar o restauro o estudo arqueológico e histórico do edifício.

Aconselha o uso das técnicas tradicionais, sempre que possível, aceitando o uso de técnicas modernas, quando aquelas se revelarem inadequadas, e desde que esteja demonstrada a sua eficácia.

Reconhece a importância da contribuição das várias épocas num edifício, rejeita a unidade de estilo, na pegada da Carta de Atenas, e admite remoções ou destruições, em casos excepcionais, quando o que se pretenda colocar à vista tenha grande valor histórico e o que se removeu seja de pouco interesse.

Reconhece a *anastylosis* como o único método válido para a reconstrução de ruínas arqueológicas, consistindo esta a remontagem de peças soltas que estejam em fase de desagregação, estipulando que os materiais utilizados devem ser reconhecíveis e o seu uso restringido ao mínimo necessário.

Os trabalhos de conservação devem ser, sempre, acompanhados por relatórios e registos gráficos, guardados em arquivos e colocados à disposição dos investigadores, aconselhando-se a sua publicação.

10.3.3 – A Carta de Restauro italiana (1972)¹⁴⁷

A Carta italiana de 1972, aborda princípios extensíveis a todas as obras de arte, demonstrando os seus pressupostos teóricos, assinalável actualidade, no que concerne às acções de conservação no património edificado. Nela se insurge, contra algumas acções, que enunciamos já de seguida: adições de estilo ou analógicas, mesmo que existam documentos que provem como era a obra originalmente; remoções ou adições, que apaguem a evolução histórica da obra, abrindo-se um parêntesis para falsificações ou pequenas alterações que desvirtuem os valores históricos e estéticos da mesma;

¹⁴⁷ - *Idem, Ibidem*

trasladações de monumentos, exceptuando em casos extremos, que coloquem em risco a sua segurança e conservação; alterações da envolvente decorativa e ambiental dos edifícios; alterações ou remoções das pátinas.

Em contrapartida, a carta, advoga alguns práticas fundamentais, como: adições de partes acessórias de cariz estrutural; reintegrações de partes, comprovadas documentalmente, através do uso de materiais diferenciáveis, ainda que harmónicos, e claramente distinguíveis à vista desarmada; *anastylosis*, comprovadas documentalmente; recomposição de partes fragmentadas da obra; reconstrução de lacunas, de menor importância, recorrendo à utilização de materiais diferenciados ou neutros; substituição de pedras corroídas ou muros, que apresentem alguma perigosidade, em termos de segurança, estando eliminada, previamente, a possibilidade da sua correcção; remoção de rebocos deteriorados ou pinturas, com vista à procura de reminiscências decorativas ou cromáticas anteriores, as quais devem ser registadas ou incorporadas na nova superfície. Esta deve ser distinguível da original, através de marcas nas paredes; Limpeza de pedras, onde se tenha acumulado lixo, guano de pássaro ou pó, com recurso à utilização de vassouras de material de elementos vegetais ou ar comprimido, à pressão moderada; alteração da envolvente do edifício, quando tenham desaparecido o envolvimento e ambiente tradicionais; importância das operações preventivas, nas acções de restauro; adaptação dos edifícios a novos usos, com eles compatíveis, implicando a menor alteração possível do exterior, bem como a organização espacial do interior; necessidade do carácter reversível das acções, de molde a que os materiais utilizados não impeçam novas intervenções, ou seja caso disso, o desfazer das anteriores; importância da interdisciplinaridade e da necessidade da elaboração de memórias descritivas e fotográficas das intervenções realizadas.

10.3.4 – Declaração de Princípios - Sociedade para a Preservação do Património Construído (SPPC)¹⁴⁸

A SPPC defende como princípio geral, o primado do significado cultural e a obrigatoriedade de serem seguidos princípios éticos, em todas intervenções sobre o património realizadas, adoptando como princípios gerais os estipulados na Carta de Veneza, sem excluir a necessidade da reunião de esforços para a elaboração duma carta de Conservação Nacional, que atenda às particularidades do caso português.

Sublinha a complexidade das acções de conservação do património, exigindo avaliações e formas de actuação peculiares, concebidas de forma integrada e pondo em prática, os princípios teóricos orientadores. Perfilha, nessa linha de pensamento, a submissão das técnicas aos princípios e não a adaptação destes às práticas usuais, que envolvem essas técnicas.

Reconhece a importância da interdisciplinaridade para a correcta prossecução e eficácia das intervenções, muito embora considere a conservação do património, uma disciplina autónoma, regida por regras próprias.

Entende o conceito de conservação como um conjunto de acções destinadas a prolongar o tempo de vida das edificações, e a manter ou restabelecer a sua unidade, sem cometer mistificações artísticas ou históricas, e sem alterar os traços característicos da passagem do tempo.

Reclama o seu empenho na reabilitação das técnicas e materiais tradicionais, com vista a um conhecimento mais aprofundado das mesmas e a obtenção de melhores resultados, por considerá-las um património de valor intrínseco a preservar e que muitas vezes constitui as soluções mais apropriadas nas acções de conservação.

¹⁴⁸ - A SPPC é uma entidade de natureza científica e cultural, aberta à participação de pessoas e entidades interessadas na preservação do património construído. Esta declaração encontra-se publicada em *Textos fundamentais*, op.cit.

Advoga o princípio da intervenção mínima, que permita atingir os objectivos preconizados, defendendo, ainda, o respeito intransigente pela autenticidade estética, histórica, material, construtiva e do espaço envolvente, sem que nenhuma prevaleça em detrimento das restantes.

Defende a documentação das intervenções no património, por respeito pela verdade histórica e como garante da transmissão do máximo de informação, às gerações futuras, promovendo a circulação da informação pelos seus membros e junto ao público em geral, com vista à sensibilização deste para as questões patrimoniais.

Considera, também, a necessidade das intervenções obedecerem aos princípios éticos aceites pela comunidade científica, de molde a garantir a qualidade das intervenções, a conservação do máximo de elementos originais e a diminuição do risco de acções indesejáveis.

Por fim considera a preservação do património uma tarefa a ser assumida como um esforço colectivo, com vista à perpetuação da memória dum povo, havendo obrigatoriedade na sua preservação e transmissão às gerações do futuro

CAPÍTULO XI

AS INTERVENÇÕES EFECTUADAS DURANTE O ESTADO NOVO (1937 –1974)

11.1 – Breve análise das intervenções anteriores a 1937

Das intervenções levadas a cabo, anteriormente à actuação da DGEMN, contam-se as realizadas na 2ª metade do séc. XIX, decorrentes do carácter destrutivo que alguns acontecimentos imprimiram no património histórico edificado¹⁴⁹, de que o nosso objecto de estudo é mais um exemplo. As obras efectuadas reportam-se a três períodos distintos:

- 1º período (1860 – 1862), que conta com a actuação do arquitecto Jonh Bouvie Jr. (remete-se para o capítulo da cronologia das obras), evidencia o seguimento de uma linha de reconstrução estilística francesa, materializada, no objecto em análise, na construção duma torre sineira, inexistente, copiando o estilo decorativo do exterior do mesmo e no refazimento dos rebocos exteriores, com recurso a juntas fingidas e esgrafitados.

- 2º período (1869 – 1871 ?), que compreende a actuação do Governo, por intermédio do Engenheiro das Obras Públicas, e a do arquitecto-cenógrafo Giuseppe Cinatti. Ao primeiro coube o *desafrontamento* da igreja, consequência necessária, da construção duma praça junto àquela. Essa operação, deve ser, por nós, contextualizada num plano de renovação urbanística da cidade de Évora, de

¹⁴⁹ - Nomeadamente o terramoto de 1755, as invasões francesas de 1808 e a extinção das Ordens Religiosas, em 1834

carácter higienista, que fomentou a construção de praças e parques, e que indirectamente resultou em actuações de restauro nos monumentos contíguos àquelas zonas. Aquelas operações de *desanfrontamento*, implicaram a demolição do fecho renascentista do Aqueduto da Água de Prata, de elevado valor histórico-artístico e composto por um torreão de perfil octogonal, encimado por lanternim, o qual terminava junto à galilé da igreja de S. Francisco (fig. 11.1). Esta demolição, decorrente da disposição governamental de 1864¹⁵⁰, constituiu um atentado de lesa-arte, revelador da inconsistência das práticas de salvaguarda. Após aquela atitude demolidora, Giuseppe Cinatti foi encarregue da recomposição da galilé, procedendo à reconstrução do arco e do cunhal do lado Sul daquela (remete-se novamente para a cronologia das obras). A princípio a clara ausência de lógica arquitectónica que observamos na galilé, derivada da utilização de arcos de tipologias diferentes, levou-nos a levantar a hipótese daquele não corresponder ao projecto inicial, mas de resultar da integração ou reaproveitamento de materiais de outras construções arruinadas, procedimento que se integrava na actuação de Cinatti, foi, por nós, posteriormente, colocada de lado, por verificarmos, numa fotografia anterior ao restauro daquele arquitecto, que o mesmo se restringiu, de facto, a recomposição do pórtico, tal qual foi referida acima, e como vinha estipulada num documento da época. Fica por isso, por resolver, esta questão cujos estudos futuros possam vir a resolver.

Sabemos que a actuação daquele arquitecto alargou-se ao Convento e Palácio, mas infelizmente, o rastro dessas obras perdeu-se, devido ao desaparecimento

¹⁵⁰ - Carta de Lei de 25 de Junho de 1864, onde se incumbe a Câmara Municipal de Évora de construir uma praça junto à igreja e a prover a obras nos restos do Palácio e Convento de S. Francisco de Évora, in « Diário do Governo », nº 97 de 2 de Maio de 1892

dos desenhos daquele arquitecto, bem como ao próprio desaparecimento posterior daquelas construções.

- 3º período (1894-95), marcado pelas acções impulsionadas pelo “ benemérito “ eborense Francisco Fragoso de Barahona, que tendo comprado os restos do Convento e Palácio de S. Francisco (1894), os quais apresentavam avançado estado de ruína, os mandou destruir, reconstruindo no seu lugar o casario ora existente (fig.11.2). Mais uma vez se coloca em evidência a inconsistência das atitudes sobre o património arquitectónico, empreendidas nessa época, em que a destruição dos vestígios do passado, se apresentava como a atitude imediatista a tomar, pela incapacidade de os reparar. Mais uma vez, também, ressalta a política higienista da edilidade de Évora, legitimada pelo desuso dos edificios e pela expansão urbanística, *uma justificação suficiente em nome do progresso, mas inqualificável para o património eborense*¹⁵¹. O Caso de S. Francisco, não constituiu um acto isolado, antes se integrando na destruição maciça de conventos e cercas da cidade, em que se contam como exemplos, entre outros, os conventos de Santa Catarina (1900) e o do Paraíso (1902).

Das outras obras realizadas parecem ter sido importantes a reparação das fendas da fachada da igreja e a construção duma subfundação para a torre, cuja base insuficiente e a má destruição do seu peso, segundo um relatório de 1884, sobre o estado de conservação da igreja¹⁵², teriam ocasionado fendas na parede lateral Norte da cabeceira.

¹⁵¹ - Fernandes, Maria da Conceição Lopes Aleixo, *Os “ restauros “ e a memória da cidade de Évora*, Dissertação de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico, Universidade de Évora, 1998

¹⁵² - Monteiro, Adriano Augusto, *Relatório da inspecção, feita em Maio de 1884, ao estado de conservação do templo de S. Francisco de Évora*, in « Sul », nº 378, Setembro de 1884

11.2 – As intervenções realizadas durante o Estado Novo (1937 – 1974)

Como já assinalado anteriormente, o rosto da actuação do Estado Novo, ao nível da intervenção do património arquitectónico, foi a DGEMN, criada em 1929. Apesar da sua actividade remontar a 1929, só a partir de 1937 é que aparecem registos relativos à igreja em estudo. Através da análise dos vários *dossiers* de processos de obras, efectuados nesta igreja, fica claro o carácter sistemático das intervenções, por parte da então 3ª Secção da Direcção dos Monumentos Nacionais, sediada em Évora.¹⁵³

De acordo com o processo de obras entre 1937 e 1974 há o registo de doze intervenções. Esses registos não contemplam, com efeito, a totalidade das obras efectuadas durante esse período de tempo, nem tão pouco são suficientemente elucidativos, em relação à forma como foram efectuadas as mesmas, pelo que as informações veiculadas tiveram que ser entrecruzadas com outras colhidas no processo administrativo e no arquivo fotográfico, permitindo uma visão mais aproximada da realidade.

A partir do entrecruzamento de todos esses dados, apresentaremos de seguida as principais intervenções, as quais serão agrupadas por décadas, para uma melhor visão de conjunto:

¹⁵³ - Depois de criada em 1929 a DGEMN sofreu algumas reestruturações da sua orgânica, entre as quais se contam algumas que afectaram directamente a Secção de Évora. Esta surgiu da reestruturação de 1935, em que os serviços de Monumentos foram unificados numa única Direcção dos Monumentos Nacionais, com secções dela dependentes: Évora, a partir de 1936, possuía a 3ª Secção da Direcção dos Monumentos Nacionais. A partir de 1947 a nova Direcção dos Serviços dos Monumentos Nacionais possuía uma Repartição Técnica, dividida em várias secções, correspondendo a 3ª a Évora. Esta secção passa a designar-se, a partir de 1963, por 3ª Secção do Sul, ou simplesmente Secção do Sul da Repartição Técnica da Direcção dos Serviços dos Monumentos Nacionais. Finalmente em 1970, aconteceu a última remodelação importante, dentro dos limites cronológicos do nosso trabalho, tendo sido criadas quatro Direcções de Monumentos (do Norte, Centro, Lisboa e Sul) a última das quais com sede em Évora.

- A década de 30

As obras realizadas na igreja em estudo tiveram o seu início em 1937, como já referido. O alerta para a necessidade dessas obras partiu do Grupo Pró- Évora¹⁵⁴, tendo então sido interiorizada pela DGEMN, a qual pela mão do seu Director Geral Henrique Gomes da Silva, emitiu a *Ordem de Serviço n.º 556*, de 14 de Fevereiro de 1936, dirigida ao Director dos Monumentos Nacionais, onde diz: *sendo solicitadas obras de conservação para a igreja de S. Francisco de Évora, cujos telhados deixam penetrar, abundantemente, as águas das chuvas, digno-se V. Ex.ª informar na primeira oportunidade que sobre o assunto lhe oferecer*¹⁵⁵. Ainda no mesmo mês é emitida uma nova *Ordem de Serviço*¹⁵⁶, por parte de Gomes da Silva, onde aquele comunica que o *Grupo Pró-Évora continua a instar pela reparação de que carece a igreja de S. Francisco, a que se referiu a Ordem de Serviço n.º 556*, ao que responde o Director dos Monumentos Nacionais: *As obras de reparação serão iniciadas logo que o tempo melhore, tratando-se como se trata de levantar e substituir a actual cobertura do telhado, incluindo a consolidação de todo o coroamento da Igreja*¹⁵⁷.

Com efeito, a primeira memória descritiva do processo de obras do objecto em análise¹⁵⁸, datada de 1937, sob o título de *obras de restauro e limpeza* (com um orçamento estimado, inicialmente, no valor de 434.810\$00), assinada pelo então arquitecto-chefe da 3ª Secção da Direcção dos Monumentos Nacionais (Évora), Humberto Reis, contempla não apenas a reparação e consolidação do telhado da nave,

¹⁵⁴ - Associação de defesa do património eborense, criada em 1919

¹⁵⁵ - Arquivo da DGEMN. *Processo Administrativo*, n.º S 07 05 10/ 17

¹⁵⁶ - Arquivo da DGEMN. *Ordem de Serviço*, n.º 928, de 18 de Fevereiro de 1936, in *Processo Administrativo*, n.º S 07 05 10/ 17

¹⁵⁷ - Arquivo da DGEMN. *Comunicação*, n.º 367, de 15 de Abril de 1936, in *Processo Administrativo*, n.º S 07 05 10/ 17

¹⁵⁸ - Arquivo da DGEMN/ Direcção Regional dos Edifícios e Monumentos do Sul. *Processo de Obras*, n.º S 07 05 10/ 17

como outros trabalhos achados necessários. Mas analisemos essa memória descritiva: logo no início se clama a urgência de se proceder a obras de consolidação da abóbada da nave, prevendo-se a demolição das paredes de alvenaria, em divisórias, do telhado, e a construção duma cinta de betão armado para reforço dessa estrutura, em consequência das quais, se previa a reconstrução do telhado. Previam-se, ainda, outras operações como a reparação dos rebocos da galilé, a consolidação da abóbada que a cobre e o assentamento de pedras de cantaria em contrafortes.

Contava-se, também, com algumas obras de *menor importância* como a reparação geral das coberturas dos anexos e Sacristia, assentamento de vitrais, reparação geral das ameias e, por fim, a demolição de uns anexos *sem qualquer valor*. Veremos, oportunamente, adiante neste capítulo, a distância que existe entre o registo de obras e aquilo que foi realizado de facto e veremos, ainda, como ironicamente, os trabalhos, cunhados por aquela entidade como de menor importância, resultaram na prática altamente discutíveis, especialmente no que concerne a demolições.

As empreitadas das obras, previstas e realizadas, couberam numa primeira fase ao construtor civil António Domingues Esteves (1937-39) e numa segunda fase a Manuel de Jesus Cardoso (1940-42 ?)¹⁵⁹.

Para além das intervenções constantes naquela memória descritiva, na década de 30, houve que retirar isoladores de telefones dos telhados e as ligações eléctricas que estavam presas nos contrafortes da galilé, *que para além de tudo, prejudicam a beleza arquitectónica deste monumento*¹⁶⁰.

Na galilé, para além da reparação dos rebocos e assentamento de pedras de cantaria em contrafortes, como consta na memória descritiva de 1937, as fotos da DGEMN relativas

¹⁵⁹ - Arquivo da DGEMN/ DREMS. *Processo de Obras*, nº S 07 05 10/ 17

¹⁶⁰ - Arquivo da DGEMN. Comunicação nº 12, de 12 de Outubro de 1936, do arquitecto-chefe da 3ª Secção (Évora) – Humberto Reis - ao Director dos Monumentos Nacionais, *in Processo Administrativo*, nº S 07 05 10/ 17

a essa intervenção, denotam, também, a reparação e rebaixamento do pavimento de granito da mesma.

Referem-se, ainda, no Processo de obras relativo a 1937, alguns pormenores técnicos das citadas intervenções¹⁶¹, entre os quais se contam: a demolição *cuidadosa* das paredes de alvenaria do telhado do corpo da igreja, a regularização das abóbadas com betonilha e substância hidrófuga, para assentamento de telha, o qual compreende telhas romanas nos canais e portuguesa nas cobertas, limpeza e lavagem de paramentos de silharia existentes, incuindo tomada de juntas com argamassa hidráulica, entre outros.

- Década de 40

Nesta década deu-se continuação aos trabalhos iniciados em 1937, segundo constam na memória descritiva, os quais se terão prolongado até 1942/ 43. Em 1941 em virtude de um temporal, ocasionam-se estragos nos telhados das capelas e anexos, nomeadamente o levantamento de telhas, tendo sido a reparação feita logo em Abril do mesmo ano. Sensivelmente na mesma altura a Câmara Municipal de Évora procedia ao calcetamento da Praça junto à igreja, tendo então surgido um pleito entre aquela e a DGEMN, por não se saber a quem atribuir a responsabilidade de calcetamento duma pequena faixa deixada a descoberto, desde as últimas obras, derivada da demolição dum anexo junto à fachada Norte da igreja. Apesar de desconhecermos o desfecho da situação, devido à inexistência de documentos, nesse ponto elucidativos, sabemos que a Direcção dos Monumentos Nacionais emitiu a sua opinião, considerando que a responsabilidade caberia à Câmara, justificando essa posição do seguinte modo: *não é justa a pretensão daquela Câmara, em virtude desta Direcção ter demolido os anexos e levantado a*

¹⁶¹ - Arquivo da DGEMN/ DREMS. Orçamentos das intervenções, *in Processo de Obras*, n° S 07 05 10/ 17

*calçada dos passeios da igreja, dando maior alargamento à praça e, portanto em benefício do Município. É de toda a justiça que aquela Câmara proceda às obras de calçetamento e lajeamento daquela*¹⁶².

Data também desta época *obras de restauro e reconstituição* do claustro, documentadas fotograficamente pela DGEMN. Em 1943, o arquitecto-chefe da 3ª Secção da Direcção dos Monumentos Nacionais de Évora, Humberto Reis, envia um ofício à Direcção dos Monumentos Nacionais, onde diz: *encontrando-se em obras de restauro e reconstituição a parte do claustro junto da igreja de S. Francisco, voltada a Norte, e existindo no Museu Regional, desta cidade, um corpo completo de três arcos de cantaria, pertencente àquele claustro, venho rogar que se digne V. Ex.ª a providenciar no sentido de ser reconduzido ao seu primitivo lugar o referido corpo arquitectónico*¹⁶³.

Providências foram tomadas no sentido de se obter autorização do dito museu para recolocar os arcos no local de origem. O pedido foi acolhido favoravelmente pelo director do museu, Mário Tavares Chicó, o qual se prontificou na devolução daqueles, cabendo como contrapartida, à DGEMN, prover, na sala onde aqueles estavam expostos, às alterações necessárias, para a boa apresentação das restantes peças.

As obras do claustro compreenderam para além da reintegração dos tais arcos na ala Norte e reconstrução parcial da mesma, totalmente inexistente na altura, a desobstrução dos restos da ala Nascente e Poente (cuja análise crítica será feita adiante).

¹⁶² - Arquivo da DGEMN. Comunicação nº 1151, de 28 de Abril de 1941, da Direcção dos Monumentos Nacionais ao Engenheiro Director-Geral - Henrique Gomes da Silva – *in Processo Administrativo*, nº S 07 05 10/ 17

¹⁶³ - Arquivo da DGEMN. Comunicação nº 208, de 30 de Agosto de 1943, *in Processo Administrativo*, nº S 07 05 10/ 17

- Década de 50

Em Janeiro de 1953, o arquitecto-chefe da 3ª Secção de Évora, Rui Couto, num officio dirigido à Direcção da Repartição Técnica dos Serviços dos Monumentos Nacionais (Lisboa) dá conta de algumas obras, a serem efectuadas na igreja em estudo, entre as quais se destacam o refechamento das fendas da abóbada e a sua consolidação, *a fim de se evitar a possibilidade de perigar a sua estabilidade.*¹⁶⁴

Entretanto em Fevereiro do mesmo ano, o telhado da capela de S. Joãozinho abateu, *em virtude de ter apodrecido o seu madeiramento*, estando, directamente, assente na abóbada, *o que ocasiona, para além do aspecto deplorável de ruína que se observa do exterior, o perigo de infiltrações das águas acabarem de aluir a abóbada e provocarem o seu desmonoramento e conseqüente perigo de causar vítimas*¹⁶⁵.

Para além daquela situação, *na gárgula que dá para a Rua do Paço nasceu uma figueira cujas raízes estão levantando uma pedra de cantaria e que se encontra em perigo de se despenhar na rua, podendo atingir alguns transeuntes*¹⁶⁶.

Em Julho do mesmo ano, as obras para reparação daquelas anomalias, havia já sido terminadas, as quais, segundo consta do relatório da visita efectuada por Rui Couto, consistiram na demolição do telhado e alívio da abóbada do entulho existente e na colocação dum novo madeiramento, sobre o qual se assentou a telha. Também a pedra que ameaçava ruir, junto à gárgula, foi assente.

Em Março de 1955 um artigo, publicado pela Imprensa, sob o ilustrativo título *Grande parte da igreja de S. Francisco está correndo um grave perigo de derrocada*, chamava

¹⁶⁴ - Arquivo da DGEMN. Comunicação nº 21, de 12 de Janeiro de 1953, *in Processo Administrativo*, nº S 07 05 10/ 17

¹⁶⁵ - Arquivo da DGEMN. Comunicação nº 70, de 7 de Fevereiro de 1953, de Rui Couto ao arquitecto chefe da Repartição Técnica, *in Processo Administrativo* S 07 05 10/ 17

¹⁶⁶ - Arquivo da DGEMN. Comunicação nº 100, de 5 de Março de 1953, de Rui Couto ao arquitecto chefe da Repartição Técnica, *in Processo Administrativo*, nº S 07 05 10/ 17

a atenção da DGEMN para os danos que as infiltrações de água das chuvas estavam provocando nas paredes e abóbadas da igreja devido à acumulação de detritos nos canais de escoamento das mesmas. Outros aspectos eram referidos como *as fendas abertas, por onde escoam as águas, com extraordinária abundância* ou, ainda, *as duas enormes fendas* das dependências da Ordem Terceira, bem como o *aspecto desolador* das paredes laterais da cabeceira, provocado por humidades. No final do artigo é lançado um repto à DGEMN: *estamos contudo certos que a entidade a quem o assunto compete, não demorará os necessários trabalhos de limpeza dos telhados e reparação das abóbadas e paredes, evitando a ruína do sumptuoso templo (...)*¹⁶⁷.

Com efeito as obras efectuadas por aquela entidade entre 1955 e 1958, de acordo com as memórias descritivas do Processo de obras, referentes a esses anos, foram de encontro àquele repto, destinando-se, fundamentalmente, à reconstrução de telhados e consolidação das abóbadas da nave¹⁶⁸.

Em Abril de 1955, a intervenção, estimada, inicialmente, no valor de 236.014\$00, estabelecia como obras a realizar a reconstrução dos telhados da Sacristia e Capela dos Ossos e anexos, a limpeza e reparação de telhados, refecimento de juntas em terraços, construção de cintas de betão armado para consolidação das abóbadas da nave, retoques de pintura das abóbadas da Capela dos Ossos e reparação das fendas das abóbadas da nave.

Alguns dos pormenores técnicos das citadas obras, a mencionar são: a substituição e pintura, com induto preservativo (não se especifica qual) do madeiramento, em mau estado, dos telhados e o assentamento de telha românica nos canais e portuguesa nas

¹⁶⁷ - Arquivo da DGEMN. Artigo do jornal « Notícias de Évora », de 6 de Março de 1955, que acompanha a comunicação nº 180, de 12 de Março de 1955, do arquitecto chefe da 3ª Secção da Repartição Técnica da Direcção dos Serviços dos Monumentos Nacionais (Évora) – Rui Couto – ao arquitecto chefe da Repartição Técnica da Direcção dos Serviços dos Monumentos Nacionais (Lisboa), in *Processo Administrativo*, nº S 07 05 10/ 17

¹⁶⁸ - Arquivo da DGEMN/ DREMS. *Processo de Obras*, nº S 07 05 10/ 17

cobertas, com argamassa hidráulica, na Sacristia e Capela dos Ossos; preenchimento das fendas das abóbadas da nave, com alvenaria de tijolo¹⁶⁹.

Em Fevereiro 1956, segundo a memória descritiva, as obras destinavam-se à semelhança do previsto para Abril de 1955, à reconstrução dos telhados da Sacristia, parte da Capela dos Ossos e Sala do Capítulo (num valor de 52.000\$00). Numa carta do guarda da Capela dos Ossos dirigida ao arquitecto-chefe da 3ª Secção (Évora) Rui Couto, aquele dá conta da dita capela estar alagada de chuva, o que nos leva a crer que a reparação do seu telhado, previsto em 1955, nunca ter chegado a ser realizado. Por sua vez a intervenção de 1956, restringiu-se à substituição de telhas partidas, o que o futuro acabaria por demonstrar ser insuficiente. A verdade é que a 1 de Fevereiro de 1958, um artigo do *Diário de Lisboa* aponta o perigo de se perder aquela capela, a qual estava inundada de chuvas, as quais se havia infiltrado pelas abóbadas, colocando, também, em risco as pinturas a fresco das mesmas¹⁷⁰. Foi, pois, apenas em 1958, que a reconstrução do telhado daquela capela se tornou realidade, o que implicou a demolição total do mesmo e a colocação de um novo madeiramento, devidamente imunizado, sobre o qual se assentaram as novas telhas românicas nos canais e portuguesa nas cobertas¹⁷¹.

- Década de 60

Este período conta com seis intervenções constantes no Processo de Obras, nomeadamente as de 1960, 1962, 1963, 1965, 1966 e 1969. Os trabalhos previstos e realizados foram, essencialmente, de conservação: reparação de rebocos, limpeza de

¹⁶⁹ - Arquivo da DGEMN/ DREMS. Orçamentos das intervenções, in *Processo de Obras*, nº S 07 05 10/ 17

¹⁷⁰ - Arquivo da DGEMN. Artigo do jornal « *Diário de Lisboa* », de 1 de Fevereiro de 1958, que acompanha a comunicação nº 270, de 10 de Fevereiro de 1958, do arquitecto chefe da 3ª Secção da Repartição Técnica (Évora) – Rui Couto – ao Director da Repartição Técnica (Lisboa), in *Processo Administrativo*, nº S 07 05 10/ 17

¹⁷¹ - Arquivo da DGEMN/ DREMS. Memória descritiva relativa ao ano de 1958, in *Processo de Obras*, nº S 07 05 10/ 17

telhados, colocação de vidros em caixilhos e vitrais, reparação e pintura de portas, entre outros¹⁷².

Logo em Junho de 1960, um artigo de jornal “ denunciava “ *o estado vergonhoso das paredes exteriores da cabeceira, as quais se encontravam negras (sobretudo a parede testeira)*¹⁷³. Através dum officio de Rui Couto tomámos conhecimento de em Janeiro de 1961, a reparação dos rebocos dessa zona estar, praticamente, terminada¹⁷⁴.

A reparação dos rebocos do exterior da cabeceira, alargou-se ao interior, prevendo a memória descritiva do Processo de Obras, relativa ao ano de 1965, *a reconstrução de rebocos da abóbada e paredes da abside*¹⁷⁵.

Em 1969, o pároco da igreja, num officio dirigido ao arquitecto-chefe da Secção do Sul da Repartição Técnica dos Monumentos Nacionais – Rui Couto – relata os danos provocados pelo sismo da madrugada de 28 de Fevereiro desse ano, onde se salientam: as telhas desligadas no telhado da nave, *o que ocasiona a entrada de águas pluviais, a queda de alguma argamassa das fendas da nave (a qual refere serem muito antigas) e, por fim, as fendas nos arcos e abóbadas, bem como o desligamento dos painéis da Capela dos Ossos, que punham em perigo a sua estabilidade*¹⁷⁶. Sabe-se que, como medida imediata, foram escorados os arcos fendidos, de molde a obstar ao seu desmonoramento, não havendo mais registos das restantes reparações efectuadas.

¹⁷² - Arquivo da DGEMN/ DREMS. *Processo de Obras*, nº S 07 05 10/ 17

¹⁷³ - Arquivo da DGEMN. Recorte de Jornal, de 26 de Junho de 1960, que acompanha a comunicação nº 850, de 10 de Julho de 1960, do arquitecto chefe da 3ª Secção de Évora – Rui Couto - ao arquitecto chefe da Repartição Técnica (Lisboa), *in Processo Administrativo*, nº S 07 05 10/ 17

¹⁷⁴ - Arquivo da DGEMN. Comunicação nº 22, de 6 de Janeiro de 1961, de Rui Couto ao arquitecto chefe da Repartição Técnica (Lisboa), *in Processo Administrativo*, nº S 07 05 10/ 17

¹⁷⁵ - Arquivo da DGEMN/ DREMS. *Processo de Obras*, nº S 07 05 10/ 17

¹⁷⁶ - Arquivo da DGEMN. *Processo Administrativo*, nº S 07 05 10/ 17

- Década de 70 (até 1974)

Em 1972 a paróquia pede à DGEMN obras urgentes, muito especialmente, na Capela de S. Joãozinho, onde mais uma vez o telhado tinha abatido (à semelhança do que acontecera em 1953). A causa estava no apodrecimento da estrutura de madeira onde aquele assentava, pelo que, em 1973, a Direcção dos Monumentos do Sul apresentava como Plano de Obras (com a dotação de 100.000\$00, sendo 50.000\$00 pelo O.G.E. e os outros 50.000\$00 pelo Fundo de Desemprego) a demolição da cobertura em estado de ruína da dita capela, a construção de betão armado em cintas de travacção e de lajes, de betão pré-esforçado, servindo de esteira ao telhado. No assentamento deste previa-se telhas românicas nos canais e portuguesa nas cobertas¹⁷⁷.

O supracitado Plano abrangia, igualmente, obras noutros locais, das quais salientamos: a regularização do pavimento e a reparação dos rebocos das paredes e abóbadas, no claustro; limpeza geral de telhados; caiacção das paredes exteriores da zona do Largo 28 de Maio (actual Praça 1º de Maio) e reconstrução do pavimento de tijoleira regional na entrada da nave da igreja.

Alguns dos pormenores técnicos dos trabalhos a realizar, foram os seguintes: isolamento das lajes da cobertura da Capela de S. Joãozinho, empregando produto asfáltico, dado a quente; picar, emboçar, rebocar e guarnecer, com massa fina de areia, em paredes e abóbadas do claustro, sendo o reboco ao traço de 1:1:6 de cimento, cal e areia, compreendendo caiacção, com três demãos de cal, dada à esponja; caiacção, com três demãos de cal, dada à esponja nas paredes exteriores que deitam para o Largo 28 de Maio (actual Praça 1º de Maio); reconstrução do pavimento de tijoleira regional da nave, compreendendo o arranque cuidadoso das que se encontram em mau estado e

¹⁷⁷ - Arquivo da DGEMN/ DREMS. *Processo de Obras*, nº S 07 05 10/ 17

substituição por outras de dimensões e qualidades semelhantes às existentes, empregando argamassa de cimento e areia, ao traço 1:4¹⁷⁸.

Em 1974 o Plano de Obras, apresentado pela Direcção dos Monumentos do Sul (com a dotação de 80.000\$00, pelo O.G.E.) estipulava, essencialmente, obras nas salas do 2º piso do imóvel, a fim serem aproveitadas pelas entidades religiosas, limpeza de telhados, execução de massame pobre no extradorso das abóbadas do claustro, *a fim de se evitar a sua ruína devido às águas pluviais*, e reparação da porta exterior da Capela de S. Joãozinho¹⁷⁹.

11.2.1 - Análise crítica das intervenções

Depois de reunida a informação disponível acerca das intervenções efectuadas na igreja entre 1937 e 1974 é-nos dado concluir que na sua essência aquelas consistiram em operações de manutenção, consolidação de coberturas, restauros interiores, reconstrução parcial do claustro e demolição de anexos exteriores.

As operações de manutenção e a sua incidência sistemática, durante o período seleccionado, tiveram como principais objectivos: a limpeza de gárgulas e algerozes, a fim de se facilitar o escoamento das águas pluviais, a pintura e colocação de vidros em janelas, caiações e reparação de rebocos exteriores. Mesmo dentro deste tipo de operações, de menor envergadura, a nossa análise crítica impõe-se, pois algumas das vezes recorreram à utilização de materiais modernos inadequados, em termos de reversibilidade e compatibilidade com os materiais existentes (tradicionais).

Entre as restantes operações, de maior envergadura (entre as quais se inserem as consolidações, demolições e reconstruções) algumas houve que merecem ser analisadas

¹⁷⁸ - Idem, *Ibidem*.

¹⁷⁹ - Idem, *Ibidem*

criticamente, quer por assentarem em filosofias de intervenção, dificilmente aceitáveis hoje em dia, quer, ainda, por recorrerem, mais uma vez, ao uso de materiais e sistemas construtivos inadequados (questão da reversibilidade e compatibilidade dos materiais).

- Acções assentes em filosofias de actuação discutíveis (demolições, reconstruções e colocação à vista de vestígios arqueológicos)

A memória descritiva do Processo de Obras, relativo ao ano de 1937, previa, no âmbito das obras de *menor importância*, a demolição de uns *anexos sem qualquer valor*, os quais não eram especificados. De facto a termos como única fonte de informação das intervenções aquele processo, a nossa análise crítica ver-se-ia, veementemente, dificultada, devido ao seu carácter omissivo. Felizmente a conjugação das diminutas informações, por ele veiculadas, com os registos fotográficos das obras efectuadas dotaram-nos duma visão mais aproximada da realidade, permitindo-nos concluir que a demolição era direccionada para um anexo, adossado à parede lateral Norte da igreja, o qual prolongava para Poente as dependências da Ordem Terceira de S. Francisco (as quais se encostam à mesma fachada) (figs. 11.3 e 11.4)

Infelizmente, a inexistência de registos - escritos, gráficos ou fotográficos - do interior do anexo (o que existem são fotografias do exterior, anteriores à demolição) inviabiliza, em larga medida, a correcta avaliação daquela demolição com vista, pelo menos aparentemente, ao desafrontamento da fachada setentrional do objecto de estudo. Ressalve-se, contudo, que a serem verdadeiras as informações veiculadas pelo processo de obras (algo que até ao momento não nos foi possível comprovar) quando afirma a destituição de *qualquer valor* do anexo a ser destruído (leia-se nas entrelinhas *qualquer valor histórico-arquitectónico*) então parece-nos que aquela acção não vai contra a

teoria da conservação actual, englobando-se num tipo de procedimento, passível de ser equacionado ainda nos dias de hoje, depois de avaliados os prós e os contras por uma equipa pluridisciplinar. O carácter complexo deste tipo de operação, *a avaliação dos elementos envolvidos e a decisão sobre o que pode ser destruído não podem depender, apenas, do coordenador dos trabalhos*¹⁸⁰. No entanto, contra esta premissa tão fundamental, da interdisciplinaridade nas acções de restauro, para a teoria da conservação actual, consignada nas cartas de Atenas (1931) e Veneza (1964) a decisão sobre esta intervenção coube, na prática, exclusivamente ao arquitecto chefe da 3ª Secção da Direcção dos Monumentos Nacionais (Évora), à altura Martinho Humberto Reis, sancionada pelo Director dos Monumentos Nacionais, o que é um sinal dum das grandes enfermidades da prática da actuação sobre o objecto de estudo durante, praticamente, durante todo o Estado Novo.

Aquela acção demolidora e apoiando-nos, mais uma vez, nos registos fotográficos, deixou à vista um portal de arquivoltas, em arco quebrado, parcialmente existente (o que incluía arquivoltas, capitéis e bases de colunas) embebido na estrutura murária da parede lateral Norte (fig. 11.5).

Mesmo após a demolição, apenas metade do portal era visível, encontrando-se a outra metade obstruída pelas dependências da Ordem Terceira. Parece não ter havido hesitação em demolir parte daquelas, para que a totalidade do portal ficasse à vista (fig. 11.6). É precisamente a partir deste momento que a nossa análise crítica se impõe e para a qual apenas podemos contar com o contributo dos registos fotográficos, felizmente, relativamente, elucidativos, no que concerne aos trabalhos que então foram levados a cabo. Em primeiro lugar há que criticar a demolição, ainda que diminuta, das citadas dependências, as quais constituem um acrescento barroco, de meados dos sec.

¹⁸⁰ - *A Carta de Veneza*, in « Textos fundamentais », Cadernos da SPPC, nº 1, Sociedade para a Preservação do Património Construído, Évora, 1996

XVIII. Ora perante um acrescento de valor histórico-arquitectónico irrefutável e existente, o arquitecto responsável por aquela intervenção, sobrevalorizou um acrescento gótico, semi-existente, não lhe chegando colocá-lo à vista, mas prover à sua reconstrução, numa linha fantasiosa de restauro estilístico. Assim à estrutura existente já referida que contava apenas com as arquivoltas, capitéis e bases de colunas, acrescentou-se outra arquivolta, as colunas em falta e um gablete triangular (figs. 11.7 e 11.8).

Esta intervenção é, ainda, mais questionável se um dia se vier a confirmar a nossa crença de aquele portal não existir ali originalmente, mas de ter sido para ali deslocado em altura indeterminada. Esta nossa crença é justificável através da leitura arquitectónica do monumento e do facto de nos termos apercebido de que aquele se situa no enfiamento dum dos contrafortes interiores da igreja, daí resultando o facto da sua porta de madeira ser falsa.

Como reflexões finais a retirar desta intervenção devemos chamar a atenção para o facto dela obedecer à procura de vestígios arqueológicos da traça primitiva dos monumentos, preconizada pela DGEMN, durante grande parte do Estado Novo, ao nível do restauro dos monumentos nacionais. Ela obedece, por outro lado, à valorização dos acrescentos medievais, em detrimento dos acrescentos dos sécs. XVII e XVIII, na linha de restauro estilístico conforme aos ideais nacionalistas do Estado Novo, totalmente inconcebível dentro dos princípios conservacionistas perfilhados na actualidade, especialmente, os contidos na Carta de Veneza, a qual afirma, peremptoriamente, no seu artigo nº 11:

As contribuições válidas de todas as épocas para a construção dum monumento devem ser respeitadas, dado que a unidade de estilo não é o objectivo que se pretende alcançar nos trabalhos de restauro (...) a eliminação de alguns desses trabalhos

*posteriores apenas poderá ser justificada em circunstâncias excepcionais, quando o que for removido seja de pouco interesse e aquilo que se pretenda pôr a descoberto tenha grande valor histórico, arqueológico ou estético e o seu estado de conservação seja suficientemente bom para justificar uma acção desse tipo*¹⁸¹.

Na procura de vestígios arqueológicos do pretenso estado primitivo dos monumentos, insere-se uma outra actuação, levada a cabo na mesma altura. Referimo-nos na colocação à vista das frestas e óculos da frontaria da igreja. A memória descritiva do Processo de Obras, relativa ao ano de 1937 prevê a reparação dos rebocos da galilé (paredes e abóbadas). Essa reparação implicou a picagem dos rebocos da galilé, propriamente dita, bem como da frontaria da igreja à qual aquela encosta (fig. 11.9). Essa operação colocou à vista as tais frestas e óculos, os quais foram totalmente desentaipados, como vestígios arqueológicos de estudo (figs. 11.10 e 11.11). Pensamos que, embora discutível, a sua colocação à vista poder-se-ia ter evitado, sendo suficiente o seu registo (escrito e fotográfico), assegurando o conhecimento da sua existência para as gerações futuras. A sua manutenção à vista dificulta, na nossa opinião, a leitura do edifício em termos históricos e estéticos (figs. 11.12 e 11.3). De resto como nos diz Virgolino Ferreira Jorge:

(...) procurar vestígios não deverá ser um fim em si mesmo, nos propósitos de um restauro. De resto para efeitos de divulgação científica, a compreensão e a leitura diacrónica dum monumento deixam-se reconstituir no papel, através de desenhos e fotografias. Portanto, com bons motivos, talvez se possa aconselhar a não restaurar os fragmentos tardigóticos subsistentes numa igreja barroca, após uma necessária

¹⁸¹ - *A Carta de Veneza*, in « Textos fundamentais », Cadernos da SPPC, nº 1, Sociedade para a Preservação do Património Construído, *op. cit.*

*conservação e consolidação, mas a cobri-los novamente, para não comprometer a integridade estética nem a historicidade dum monumento*¹⁸².

Entre 1942 e 1950 (grosso modo) sabemos que o claustro sofreu uma intervenção de vulto, muito embora no processo de obras a mesma não seja mencionada. Foi a partir dos elementos fornecidos pelo processo administrativo e pelas fotografias que conseguimos esboçar um pouco daquela. Em 1943, como já foi mencionado neste trabalho, são tomadas as medidas necessárias para a reintegração de três arcos de cantaria do claustro, os quais tinham sido apeados do local de origem e musealizados, quando se procedeu à demolição dos restos do Convento, em 1895. Sabemos, no entanto, por intermédio duma comunicação de Humberto Reis, que o claustro vinha sofrendo já uma acção de restauro, anteriormente a 1943, nomeadamente a desobstrução da ala Nascente (fig. 11.14). Essa acção distendeu-se, depois de obtida a autorização para a reposição dos arcos de cantaria no seu local de origem, à desobstrução do lanço Poente, do qual apenas existia uma parte muito diminuta da sua estrutura (fig. 11.15) e à reconstrução do lanço Norte, para reintegração dos arcos, o qual era totalmente inexistente na altura, como nos informam, sem margem para dúvidas, os registos fotográficos daquela intervenção (fig. 11.16).

Perante uma ruína arqueológica como é o caso do claustro em análise, parece-nos que as acções a ponderar deveriam ter sido as da preservação e consolidação das estruturas existentes, e não a reconstrução, a qual para além de ser rejeitada pela Carta de Veneza (1964), a qual considera *anastylosis* o único método válido de reconstrução de ruínas, é ainda mais criticável porquanto visou a recriação romântica da ala Norte do claustro,

¹⁸² - Jorge, Virgolino Ferreira, *Princípios de Salvaguarda do Património Monumental*, in « Correio da Natureza », 17, 1992, p. 57

conferindo um falso aspecto de ruína a uma reconstrução, com recurso a material novo (fig. 11.17).

- Uso de materiais inadequados, em termos de reversibilidade e compatibilidade, com os materiais existentes (consolidações, assentamento de pedras de cantaria, reparação de rebocos)

A colocação em 1937 duma cintagem de betão armado na cobertura da nave constituiu uma acção de consolidação, com vista a corrigir as anomalias estruturais da nave, nomeadamente a fendilhação observável em, praticamente, todos os tramos da mesma, e a manter a integridade estrutural da edificação (figs. 11.18 e 11.19). Os moldes em que esta acção foi executada, deve, forçosamente, ser contextualizada na época e na repercussão, no nosso país, de alguns dos princípios enunciados na Carta de Atenas de 1931, entre os quais se aconselhava o uso de materiais modernos, ao nível das acções de restauro e, muito especificamente, o uso de betão armado, à altura considerado um material altamente resistente, aparentemente eterno e cuja experiência de uso era demasiado curta, para se ter uma ideia correcta do seu comportamento¹⁸³. Hoje um certo distanciamento crítico permite-nos verificar que aquela acção de consolidação, foi aquilo que se pode denominar de uma má intervenção, contrariando um dos princípios fundamentais da teoria da conservação actual que é o da reversibilidade das operações, entendendo-se esta como *a possibilidade de um dado material ou solução construtiva poderem ser removidos, no final da sua vida útil, sem causar danos aos restantes*

¹⁸³ - Será interessante notar que se por um lado Portugal ignorou grande parte do que aquela Carta aconselhava, nomeadamente o abandono e rejeição do restauro estilístico, por outro lado fez dela tábua rasa no que concerne ao uso de materiais modernos como o betão armado e o cimento.

*materiais que com ele contactem*¹⁸⁴. A selecção dos materiais a utilizar nas acções de salvaguarda, constitui um dos aspectos cruciais para a determinação da sua qualidade. Aquela selecção é tão mais importante, quanto se destina a edifícios históricos, com uma grande carga de longevidade.

A escolha dos materiais a utilizar devem ter em atenção a natureza dos materiais existentes e devem ser analisados, em termos de compatibilidade com aqueles. Essa análise deve ponderar características tão importantes como a porosidade, a permeabilidade ao vapor de água, a massa volúmica, a condutibilidade térmica, o módulo de elasticidade, a resistência mecânica, a estabilidade físico-química, as variações dimensionais de origem higrotérmica e a afinidade química.

À partida o uso do betão nesta acção de consolidação tem inconvenientes óbvios, como o facto da resistência mecânica e o módulo de elasticidade serem muito elevados, o que em situações de ocorrência de movimentos diferenciais, provoca a transmissão dos esforços aos materiais mais fracos, os quais poderão não ser, suficientemente, resistentes para os absorver. Também as variações dimensionais de origem térmica são bastante maiores no betão que nas alvenarias antigas, ocasionando esforços importantes que aquelas são obrigadas a absorver. Por fim, refira-se que a porosidade e a permeabilidade ao vapor de água são baixas, dificultando a evaporação de água que, eventualmente, exista nas alvenarias, o que poderá originar anomalias importantes.

Como filosofia geral poder-se-á considerar que a utilização de materiais tradicionais é, em regra, a solução mais adequada, quer em termos de desempenho, quer em termos de minimização de danos causados nos edifícios. Sempre que tal não seja possível e se seja obrigado a recorrer a materiais novos devem ser devidamente analisadas as condições de compatibilidade, reversibilidade e durabilidade. Do enunciado torna-se premente

¹⁸⁴ - Henriques, Fernando M.A., *A Conservação do Património Histórico Edificado*, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 1991, p. 4

realização de sondagens na cobertura para se avaliar o comportamento da cintagem de betão.

A utilização da cintagem de betão para consolidação de coberturas repete-se em 1973, na Capela de S. Joãozinho, a qual se encontrava arruinada devido a fortes temporais. Julgamos que esta intervenção, para além dos inconvenientes, já citados para o caso anterior, em termos de reversibilidade e compatibilidade com os materiais originais, estará na origem da fenda que se observa acima do portal exterior da mesma capela, o que se prenderá, com o facto daquela cintagem estar a sobrecarregar a estrutura com um peso para o qual aquela não estaria preparada, inicialmente.

Na galilé para além da reparação de rebocos já referenciada, no decorrer da qual apareceram algumas pré-existências, procedeu-se ao assentamento de pedras de cantaria em contrafortes. No preenchimento das juntas de alguns blocos de pedra, no contraforte do alçado Norte daquela, utilizou-se cimento moderno, em contraponto com as restantes preenchidas com argamassa hidráulica. Apesar de pontual, a utilização do cimento foi uma atitude precipitada, com malefícios no presente, que não teve em consideração a compatibilidade dos materiais utilizados (o granito e o cimento), sobretudo no que diz respeito às variações dimensionais, à permeabilidade ao vapor de água, à resistência mecânica e ao modulo de elasticidade. Como consequência as juntas estão salientes e os blocos de pedra erodidos.

Finalmente refira-se a inclusão de cimento moderno nas argamassas utilizadas na reparação de rebocos exteriores nas intervenções de 1960, 1965, 1973 e 1974. As argamassas utilizadas em edifícios históricos devem ser o mais próximo do original e o mais compatíveis possível com a porosidade e a força compressiva da alvenarias. Como

regra geral a argamassa deverá ser menos rígida que a alvenaria, caso contrário a argamassa não permite a evaporação da humidade através das juntas, pelo que esta procura escapar-se pelas próprias alvenarias, contribuindo para a sua degradação e deixando a argamassa intacta. Por esta razão a inclusão de cimento na argamassa é de evitar.

11.2.2 - Os arquitectos, da 3ª Secção (Évora), responsáveis pelas intervenções do Estado Novo

11.2.2.1 - Arquitecto Martinho Humberto Reis (períodos na 3ª Secção: 27/ 6/ 1936 – 1938; 1943 – 1946)¹⁸⁵

Humberto Reis nasceu no Porto, em 1904, tendo aí frequentado o Curso de Arquitectura Civil na Escola de Belas Artes, o qual concluiu em 1936. Ainda durante o curso (a partir de 1932), trabalhou na Direcção dos Monumentos do Norte, com sede naquela cidade, como desenhador de 3ª classe. A partir de 1936 passa a chefiar a 3ª Secção dos Monumentos Nacionais, em Évora. Em 1937, ascende à categoria de arquitecto de 3ª classe.

Em Janeiro de 1940 é nomeado chefe da 4ª Secção, sediada em Coimbra, mantendo a chefia da 3ª Secção.

Entre Abril de 1943 e Abril de 1946, assumiu paralelamente, o cargo de Chefe da Repartição de Arquitectura da Câmara Municipal de Évora.

Em 1946 assumiu a chefia da 2ª Secção da Direcção dos Monumentos Nacionais (Porto), tendo abandonado, então, definitivamente o cargo que exercia na 3ª Secção de Évora.

¹⁸⁵ - Neto, Maria João Baptista, *op. cit.*, pp. 419-424

Em 1948 foi promovido a arquitecto de 2ª classe, passando no ano seguinte a chefiar a Repartição Técnica da Direcção dos Serviços dos Monumentos Nacionais, em substituição de Raúl Lino, o qual fora indigitado para o cargo de Director dos Serviços dos Monumentos Nacionais.

Em 1950 toma o cargo de DSMN, deixado vago por Raúl Lino, o qual atinge o limite de idade. Volvidos dois anos reforma-se alegando motivos de saúde.

Ao longo da sua carreira efectuou várias viagens ao estrangeiro e participou em alguns encontros, entre os quais se contam:

- Congresso de Arquitectura e Urbanização, realizado em Madrid (1944)
- Viagem aos Açores, em missão de estudo (1945)
- I Congresso da União Internacional de Arquitectos, em Lausane (1948)
- Apresentação dum estudo, em parceria com Mário Tavares Chicó, intitulado *A Arquitectura Religiosa do Alto Alentejo na 2ª metade do século XVI e nos sécs XVII e XVIII*, no Colóquio Internacional de Estudos Luso- Brasileiros, em Washington (1950)
- Viagem de estudo à Índia, na companhia de Mário Tavares Chicó e Carlos de Azevedo (1951).

11.2.2 – Arquitecto João Vaz Martins (períodos na 3ª Secção: Março de 1938 – 1942; 1946 – 1947)¹⁸⁶

Tal como Humberto Reis, o arquitecto João Vaz Martins, iniciou a sua actividade na Direcção dos Monumentos do Norte, como desenhador, quando ainda frequentava o curso de Arquitectura da Escola de Belas Artes no Porto.

Em 1937 foi contratado como arquitecto de 3ª classe, tendo acompanhado, no ano seguinte, as obras do Mosteiro de Alcobaça, o que incluiu o levantamento do monumento e a execução de plantas.

Em 1938 tomou posse duma vaga no quadro da Direcção dos Monumentos Nacionais, sendo destacado, a partir de Março do mesmo ano, para a 3ª Secção de Évora, cuja chefia assumiu em 1939.

Em 1941 acumula a direcção da 3ª Secção, com a chefia da 1ª Secção de Lisboa, coordenando a partir desse ano a publicação do *Boletim Monumentos* da DGEMN.

Em 1946, com a saída de Humberto Reis da 3ª Secção, toma a seu cargo a chefia desta até 1947. Promovido a arquitecto de 2ª classe, em 1948, foi encarregue, no ano imediato, de coordenar o plano geral de obras de restauro de todos os monumentos nacionais do país.

Teve a seu cargo, em 1949, a direcção dos Serviços dos Monumentos Nacionais, enquanto o lugar esteve vago, passando, em 1950, a arquitecto-chefe da Repartição Técnica, cabendo-lhe, então, a coordenação de todas as Secções, bem como a intervenção directa nas obras dos Monumentos da Madeira e dos Açores.

Em 1954 fez o inventário de todos os castelos de Portugal, apresentando os resultados desse trabalho, conjuntamente, com o Director-Geral Henrique Gomes da Silva, no

¹⁸⁶ - Buxo, Domingos José Caldeira de Almeida, *op. cit.*, pp. 186-188

Congresso do Instituto Internacional de Castelos, na Suíça. Ainda no mesmo ano, representou o Ministério das Obras Públicas, na comissão encarregue do plano de defesa dos bens culturais, em caso de conflito bélico.

Devido à visita da Rainha de Inglaterra a Portugal, foi incumbido das obras dos monumentos, abrangidos pelo plano oficial da visita, entre os quais se contavam o Mosteiro de Alcobaça e o Palácio de Queluz, o que lhe valeu um louvor por parte do Governo.

A partir de 1957, colaborou com a Comissão Administrativa das obras da Cidade Universitária de Coimbra, assim como a comissão de revisão do Projecto: *Variante à EN1, na Batalha*.

Deslocou-se à Europa e ao Médio Oriente, com vista a recolher informações para as obras do Paço dos Duques de Bragança, após a conclusão das quais (1959) foi agraciado com o Grau de Oficial da Ordem Militar de Santiago da Espada.

Com vista às Comemorações Henriquinas de 1960, coordenou as obras realizadas no Porto, Coimbra, Lagos e Sagres.

Entre 1959 e 1960 exerceu o cargo de Director interino do Serviço dos Monumentos Nacionais, tomando posse, efectiva, em Maio de 1961.

Participou em Veneza, no II Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos dos Monumentos (1964), tomando parte activa na elaboração da Carta de Veneza.

Como Director de Serviços, dirigiu a conclusão das “ Obras de Santa Engrácia “, destinadas a Panteão Nacional, no âmbito das Comemorações do Quadragésimo Ano do Ressurgimento Nacional, tendo sido condecorado, após a conclusão daquelas (1966), com o Grau de Grande Oficial da Ordem do Infante D. Henrique.

Em 1968 deixa de exercer funções na DGEMN, integrando, a partir de então, o Conselho Superior de Obras Públicas.

11.2.2.3 – Arquitecto Fernando Augusto Peres de Guimarães (período na 3ª Secção: 16/ 12/ 1947 – 30/ 03/ 1949)¹⁸⁷

Fernando Peres de Guimarães nasceu no Porto a 11 de Julho de 1918, tendo obtido nessa cidade o diploma de Arquitectura da Escola de Belas Artes, em 1945. A 2 de Maio desse ano inicia funções na DSMN, vindo a ser contratado como arquitecto fiscal para a 3ª Secção (Évora). Em 1947 foi contratado para desempenhar funções de arquitecto de 3ª classe, no quadro permanente, passando a chefiar a referida Secção.

Em 1949 desvinculou-se da DGEMN, para trabalhar na Companhia dos Caminhos de Ferro portugueses. No ano seguinte regressa àquela entidade para chefiar a 1ª Secção da DSMN (Lisboa), cargo no qual foi provido, em definitivo, em 1956. A partir deste ano passa a substituir, interinamente, o Director dos Serviços dos Monumentos Nacionais e o Chefe da Repartição, na ausência destes.

Em 1959 foi nomeado Chefe da Repartição Técnica da DSMN, em regime de interinidade, situação que se manteve até 1960. Neste ano foi promovido a arquitecto de 2ª classe, sendo provido, definitivamente, no cargo de Chefe da Repartição Técnica da DSMN, em 1961.

Em 1968 foi nomeado Director da DSMN, situação que se manteve até 1979, tomando, então, posse do cargo de Inspector Superior do Conselho Superior de Obras Públicas e Transportes.

Ao longo da sua carreira efectuou várias viagens ao estrangeiro e participou em diversos encontros internacionais, entre os quais se contam:

¹⁸⁷ - Idem, pp. 188-191

- I Congresso de Arquitectos e Monumentos Históricos, realizado em Paris (1957)
- I Simpósio de Museologia Luso-Brasileiro, no Rio de Janeiro (1967)
- Visita de Estudo a institutos de restauro em Roma e Bruxelas, para a reestruturação do Instituto José de Figueiredo (1967)
- Colóquio sobre a Valorização das cidades norte africanas, promovido pelo ICOMOS (Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios), em Túnis (1968)
- 5ª Assembleia Geral do Centro Internacional de Roma, em Veneza (1969)
- Visita de Estudo aos castelos da Escócia, organizada pelo International Burgen Institut (1969)
- Congresso de Estudos sobre Arte em Portugal no séc. XVIII, realizado em Braga (1973)

Dentre as Comissões em que participou destacam-se:

- Representação do Ministério das Obras Públicas (MOP) no Conselho da Estética citadina da Câmara Municipal de Lisboa (1960)
- Representação da Direcção dos Serviços dos Monumentos Nacionais (DSMN) na Comissão para a protecção da paisagem (1962)
- Representação da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) na Comissão de Arte Sacra Diocesana do Patriarcado de Lisboa (1964)
- Representação da DSMN na Comissão de Defesa contra Incêndios dos Imóveis do Património Nacional (1964)

- Representação da DSMN na Comissão para o aproveitamento dos terrenos adjacentes do Palácio Nacional de Queluz
- Vogal da Comissão das Construções Hospitalares até 1968
- Vogal da Comissão para a aquisição de Mobiliário da DGEMN
- Representante do MOP na Comissão para a revisão das Zonas de Protecção de Lisboa
- Vogal do Conselho Consultivo da DGEMN
- Vogal do Conselho Superior de Obras Públicas
- Representante da DGEMN no Comité de Defesa da Paisagem Urbana

11.2.2.4 – Arquitecto Álvaro Magro de Moura Bessa (período na 3ª Secção: 6/ 5/ 1949 – 31/ 12/ 1952)¹⁸⁸

Álvaro Magro de Moura Bessa nasceu em Paranhos, no Porto, tendo frequentado o Curso de Arquitectura da Escola de Belas Artes desta cidade. A 6 de Maio de 1949 começa a trabalhar na 3ª Secção (Évora), onde assume as funções de Chefe de Secção, embora com algumas interrupções, até 31 de Dezembro de 1952.

Em 1953 exerce as funções de arquitecto fiscal das obras do Convento de Arouca, permanecendo na 2ª Secção (Porto) até 31 de Dezembro de 1955.

11.2.2.5 – Arquitecto Rui Ângelo do Couto (período na 3ª Secção: 1953 – 1987)¹⁸⁹

Rui Ângelo do Couto nasceu em Lisboa, em 1917, tendo concluído a sua licenciatura em Arquitectura, pela Escola de Belas Artes daquela cidade em 1944.

¹⁸⁸ - *Idem*, p. 191-192

¹⁸⁹ - Fernandes, Maria da Conceição Lopes Aleixo, *op.cit.*, p. 87

Em 1952 foi contratado como arquitecto de 3ª classe, do quadro permanente da DGEMN, ficando a prestar serviço em Évora, a partir de 1953.

Em 1967 foi promovido a arquitecto de 2ª classe, em 1968 a 1ª classe e em 1979 a arquitecto-chefe da 3ª Secção de Évora. Assumiu o cargo de Director dos Monumentos Nacionais do Sul de 1971 a 1980 e de Director dos Serviços Regionais dos Monumentos Nacionais do Sul a partir de 1980. Nesse ano atingiu o topo da carreira, como arquitecto assessor, mantendo-se como Director até à sua aposentação em 1987.

Da sua autoria foram a quase totalidade dos projectos de conservação levados a efeito nos edificios classificados do Sul de Portugal. Destacam-se como obras da sua autoria: as pousadas de Estremoz e Évora, as obras de valorização e desobstrução do Castelo de Beja e das muralhas de Évora, a adaptação do Convento da Graça a messe de oficiais em Évora, por fim as inúmeras obras de manutenção em imóveis classificados.

Recebeu um sem número de louvores ao longo da sua vida devido à sua obra como arquitecto dos Monumentos.

Relativamente aos arquitectos que exerceram funções na 3ª Secção (Évora), durante o período do Estado Novo, eles foram cinco: Martinho Humberto Reis (1936-38; 1943-46), João Filipe Vaz Martins (1938-42; 1946-47), Fernando Peres de Guimarães (1947-1949), Álvaro Magro de Moura Bessa (1949-1952) e, finalmente, Rui Couto (1953-1987). Todos eles chefiaram a 3ª Secção durante períodos curtos, exoptuando Rui Couto que manteve o seu *consulado* durante trinta e quatro anos. Será interessante notar que ao período deste último arquitecto, correspondem as actuações que menos crítica merecem da nossa parte, tirando algumas acções pontuais, enquanto que as mais discutíveis se reportam aos períodos de Martinho Humberto Reis e João Filipe Vaz Martins, os quais apesar de terem chefiado aquela secção durante pouco tempo, foram

responsáveis pelas actuações mais discutíveis, nomeadamente as demolições, reconstruções (ambos estes tipos de intervenção numa linha de restauro estilístico) e recorrência ao uso de materiais modernos incompatíveis com os materiais tradicionais.

Entre 1936 e 1947, altura correspondente à chefia daqueles dois arquitectos era Director dos Monumentos Nacionais Baltazar da Silva Castro, o qual era um adepto da escola francesa de restauro e do qual aqueles tinham sido discípulos na Escola de Belas Artes no Porto. O momento político-cultural do Estado Novo em que o país mergulhava era propício ao restauro estilístico, sobretudo até aos anos cinquenta, altura em que aquele começa a ser fortemente contestado. Portanto aqueles dois arquitectos dificilmente conseguiram subtrair-se aos caminhos tomados pelas chefias e as suas actuações confirmam e são o sinal mais eloquente da sua submissão aos princípios de restauro perfilhados na época.

Em relação aos arquitectos Fernando Peres de Guimarães e Álvaro Magro de Moura Bessa, desconhecemos qualquer intervenção da sua lavra, sendo silenciosas sobre esse assunto todas as fontes por nós consultadas, nomeadamente os processos de obras e administrativo. Não existe uma única memória descritiva assinada por algum destes dois arquitectos, constando no processo de obras as assinaturas apenas dos arquitectos Martinho Reis, João Vaz Martins e Rui Couto. De facto pensamos, com alguma propriedade, que a grande maioria das obras se deve a estes três arquitectos.

11.2.3 – Considerações finais

Apesar de tudo o que ficou dito para trás seria imprudente da nossa parte e injusto para com o passado, vê-lo apenas sob um ângulo negativo e uniforme. Apesar da análise crítica que hoje nos merece, nunca como no Estado Novo, sobretudo pela acção da

DGEMN, houve uma prática intervencionista ao nível dos monumentos arquitectónicos tão bem definida e sistemática, ainda que assente sobre pressupostos teóricos discutíveis. Se muitos erros foram cometidos, muitas obras sobreviveram e chegaram até nós devido à prática salvacionista do Estado Novo. É verdade que a procura das raízes nacionais, onde se incluíam os estilos românico e gótico, numa vaga de exaltação e renovação nacional, implicou a destruição de contributos de outras épocas importantes, sobretudo dos sécs. XVII e XVIII, as quais se perderam para sempre e jamais podem ser recuperadas. Foram as consequências do carácter paradoxal duma época que viveu à sombra dum regime ditatorial, em que a cultura se subjugou à política e com ele formou um todo. O instrumento, por excelência, da submissão da cultura patrimonial aos fins políticos foi a DGEMN, cujas actuações perfilharam um serôdio oitocentismo, em matéria de restauro, na linha da escola francesa de Viollet-le-Duc. O seguimento dos princípios daquela escola foram enunciados, de forma bastante clara, numa comunicação do seu Director - Geral, o Engenheiro Henrique Gomes da Silva, no I Congresso da União Nacional (1934), tendo constituído, até, sensivelmente às décadas de 50 e 60, a base teórica dos restauros empreendidos. Como nos foi dado concluir da análise das actuações da 3ª secção daquela instituição (Évora) no objecto de estudo, os princípios propostos pelas chefias, ao mais alto nível, foram tidos em linha de conta, sobretudo ao nível das demolições e reconstruções efectuadas. As intervenções mais controversas reportam-se aos anos 30 e 40. Muito embora, a linha seguida naquelas tenha sido do restauro em estilo, também nelas se fez sentir o eco da Carta de Atenas de 1931. Se por um lado Portugal ignorou grande parte do que aquela aconselhava, nomeadamente o abandono do citado tipo de restauro, por outro lado fez dela tábua rasa, no que diz respeito ao uso de materiais modernos, como o betão armado e o cimento.

Para terminar há que reter da análise das intervenções realizadas pela 3ª Secção de Évora, no objecto de estudo, durante o Estado Novo:

1 – Apesar de rejeitados pela Carta de Atenas (1931) e pela Carta de Veneza (1964) realizaram-se: a demolição abusiva, ainda que em pequena escala, dum acrescento do séc. XVIII (caso das dependências da Ordem Terceira), com o intuito de colocar à vista um elemento da “ suposta “ traça primitiva do edifício (o portal inscrito na fachada Norte), o restauro estilístico do mesmo e a recriação romântica do claustro.

2 – Contra os princípios da reversibilidade e compatibilidade das intervenções, tão fundamentais, na actualidade, efectuou-se em 1937 a colocação duma cintagem de betão armado na cobertura da nave, completamente à margem duma avaliação ponderada dos seus efeitos para com os materiais existentes e ignorando-se o seu elevado módulo de elasticidade e resistência mecânica face àqueles, bem como a sua baixa permeabilidade ao vapor de água.

3 – Contra todas as recomendações internacionais, desde a Carta de Atenas (1931), as decisões relativas às intervenções efectuadas na igreja em estudo, deveram-se unicamente ao chefe da 3ª Secção de Évora, ainda que sancionadas pelo Director dos Monumentos Nacionais, ignorando-se o princípio fundamental da multidisciplinaridade.

4 – Apesar de existirem registos das intervenções efectuadas, como é, fortemente, aconselhado pela Carta de Veneza (1964), eles não se referem à totalidade das mesmas, pelo que realizaram-se acções importantes (nomeadamente a reconstrução do

lanço Norte do claustro) que não constam nos mesmos registos, o que dificulta a avaliação das mesmas.

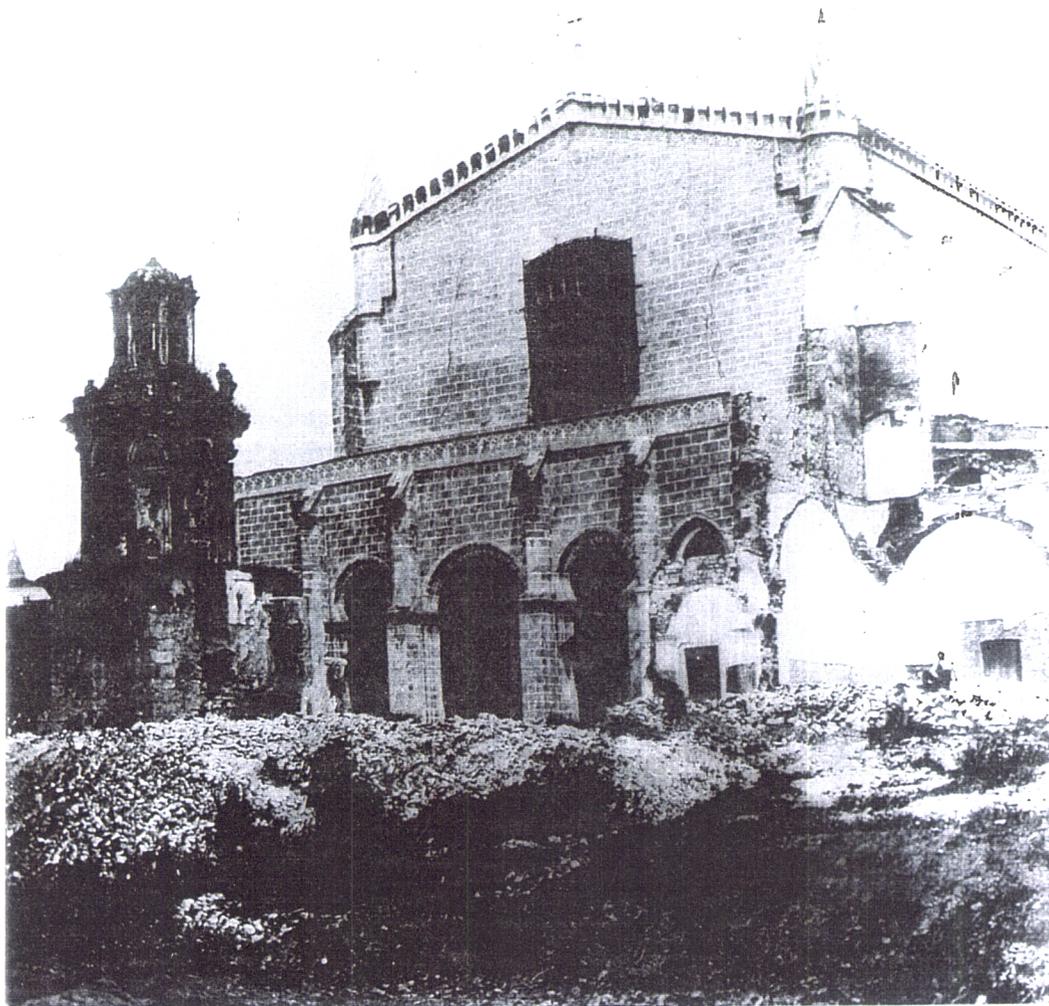


Fig. 11.1 – A igreja de S. Francisco de Évora antes do início das obras de desafrentamento de 1864 (cópia cedida pela DGEMN)



Fig. 11.2 – A igreja de S. Francisco de Évora, antes da demolição dos restos conventuais em 1895 (cópia cedida pela DGEMN)

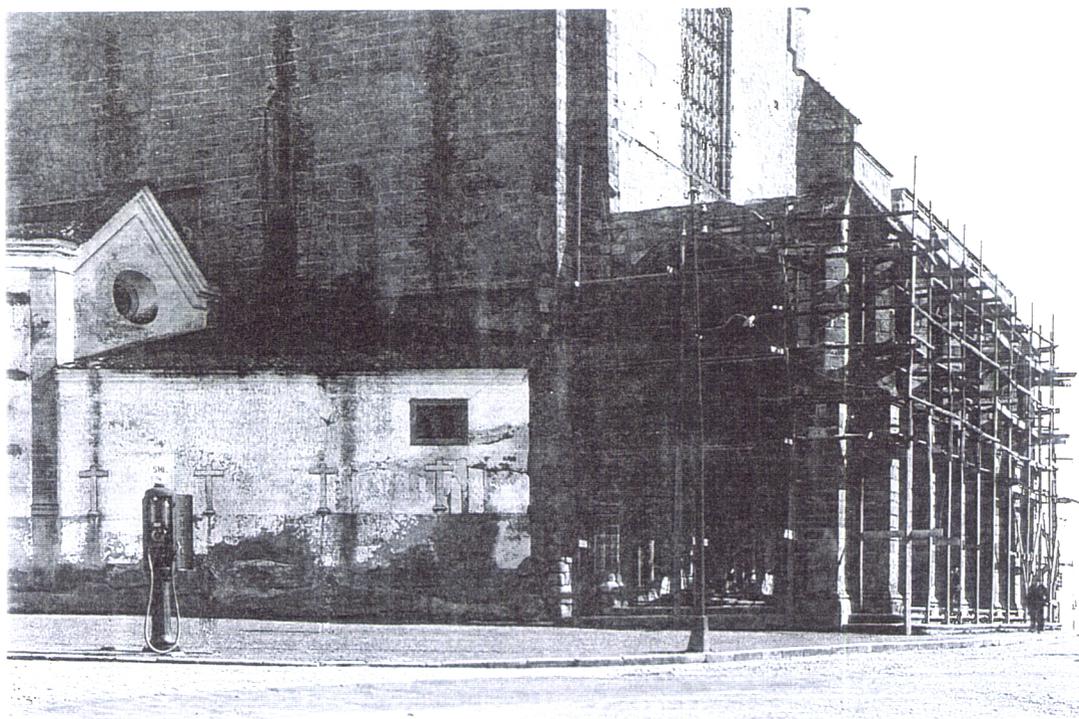


Fig. 11.3 – Igreja de S. Francisco de Évora. O anexo Norte, situado no prolongamento das dependências da Ordem Terceira, antes da sua demolição em 1937 (cópia cedida pela DGEMN)

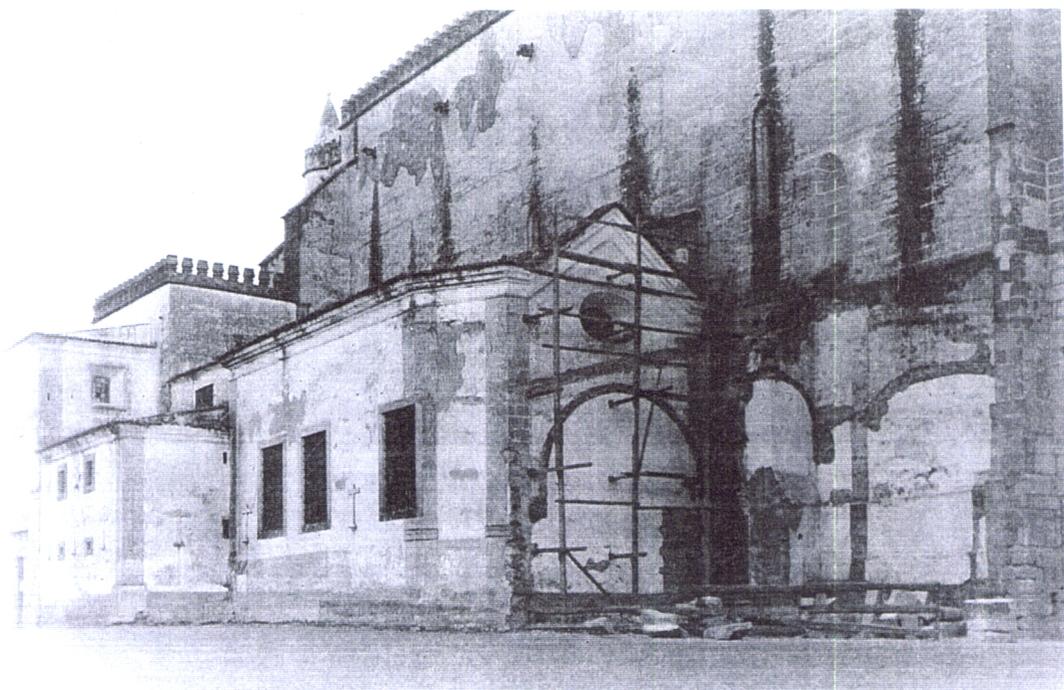


Fig. 11.4 – A igreja de S. Francisco de Évora, depois da demolição do anexo Norte, em 1937 (cópia cedida pela DGEMN)

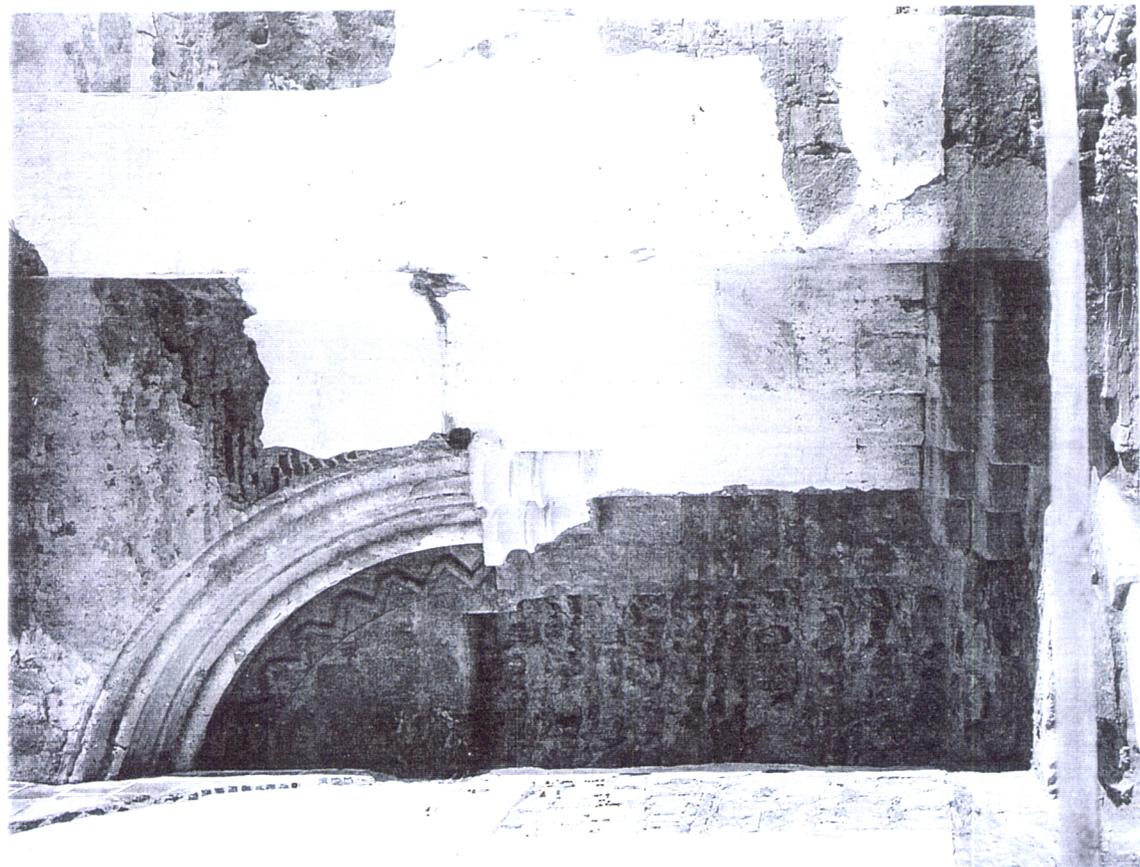
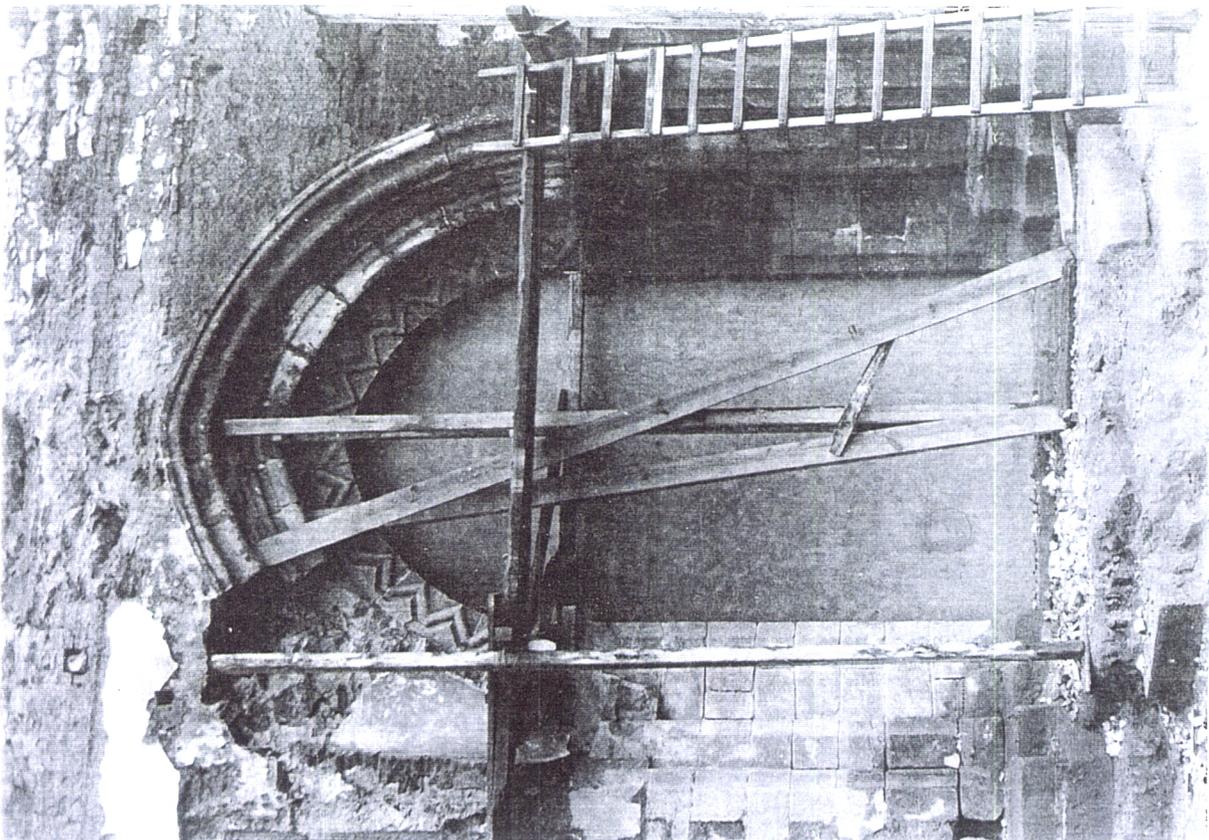


Fig. 11.5 – Igreja de S. Francisco de Évora. O portal de arquivoltas, parcialmente colocado à vista pela demolição do anexo Norte (cópia demolição, ainda em pequena escala, das dependências da Ordem Terceira, datáveis dos séc. XVIII (cópia cedida pela DGEMN)

Fig. 11.6 – Igreja de S. Francisco de Évora. A totalidade do portal à vista, depois da demolição, ainda em pequena escala, das dependências da Ordem Terceira, datáveis dos séc. XVIII (cópia cedida pela DGEMN)

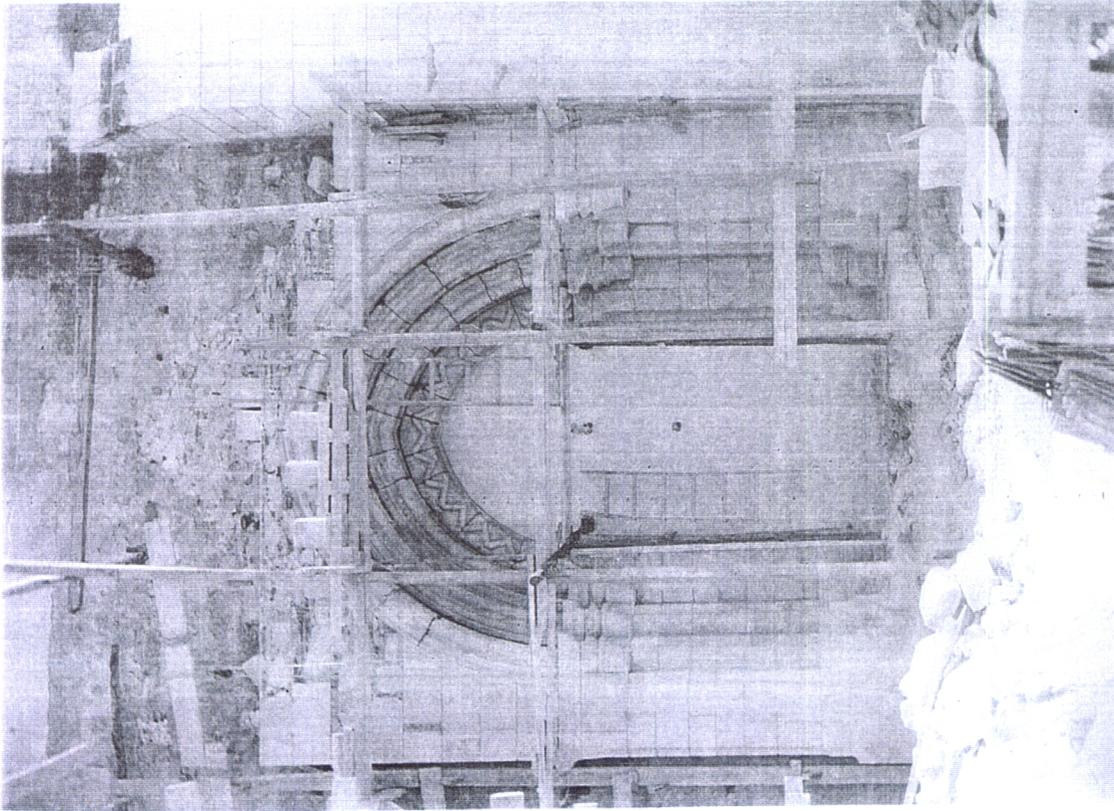


Fig. 11.7 – Igreja de S. Francisco de Évora. Reconstrução do portal
(foto cedida pela DGEMN)

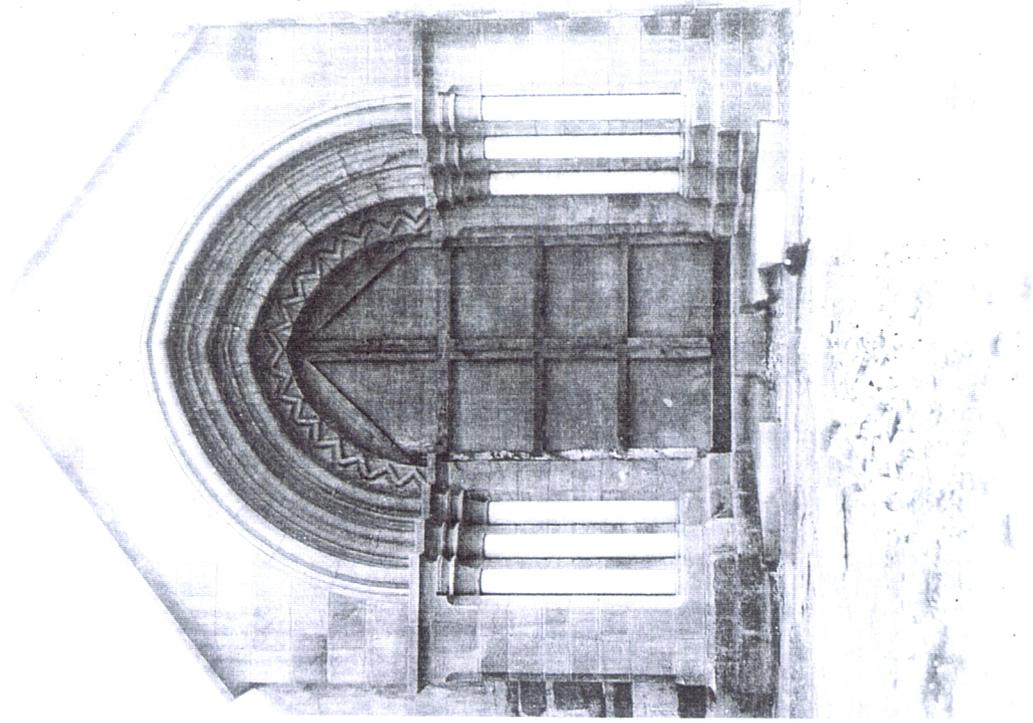


Fig. 11.8 – Igreja de S. Francisco de Évora. O portal depois das obras de reconstrução
(foto cedida pela DGEMN)

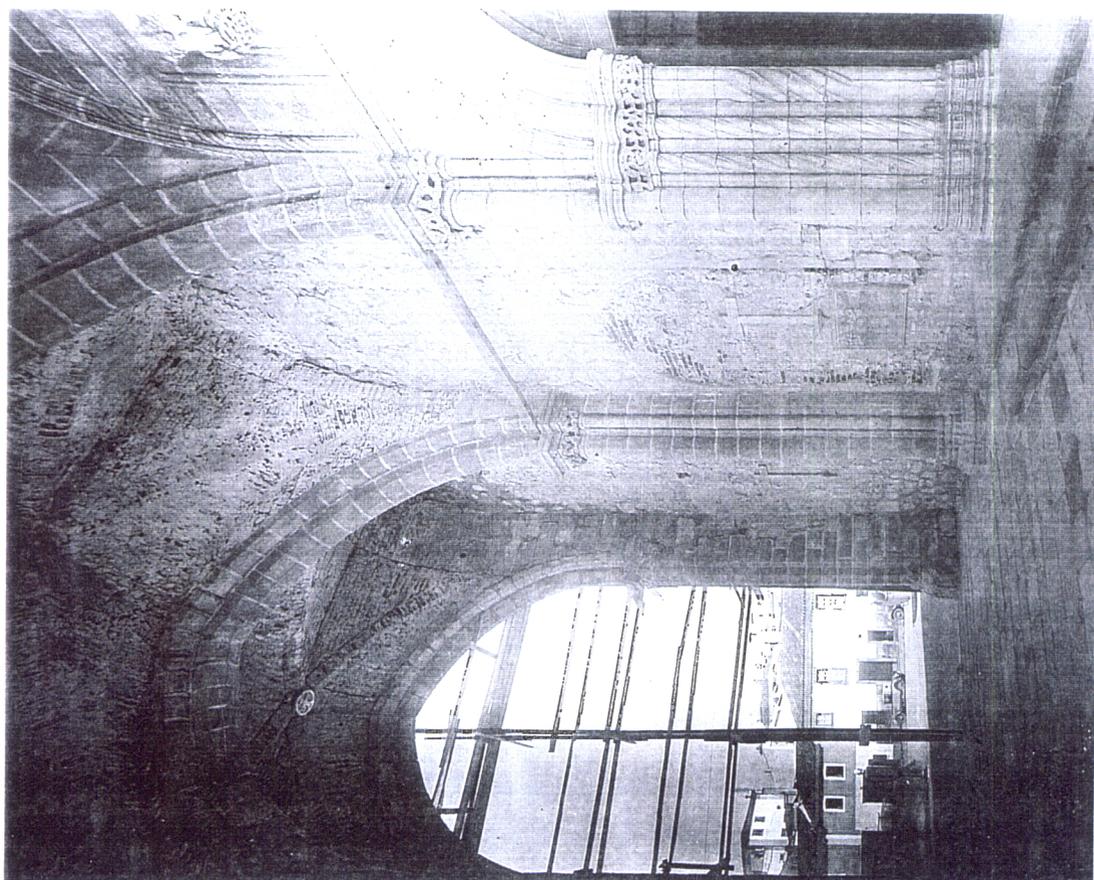


Fig. 11.9 – Igreja de S. Francisco de Évora. A picagem dos rebocos da galilé, em 1937, antes da desobstrução das frestas embebedas na caixa murária da Frontaria (cópia cedida pela DGEMN)

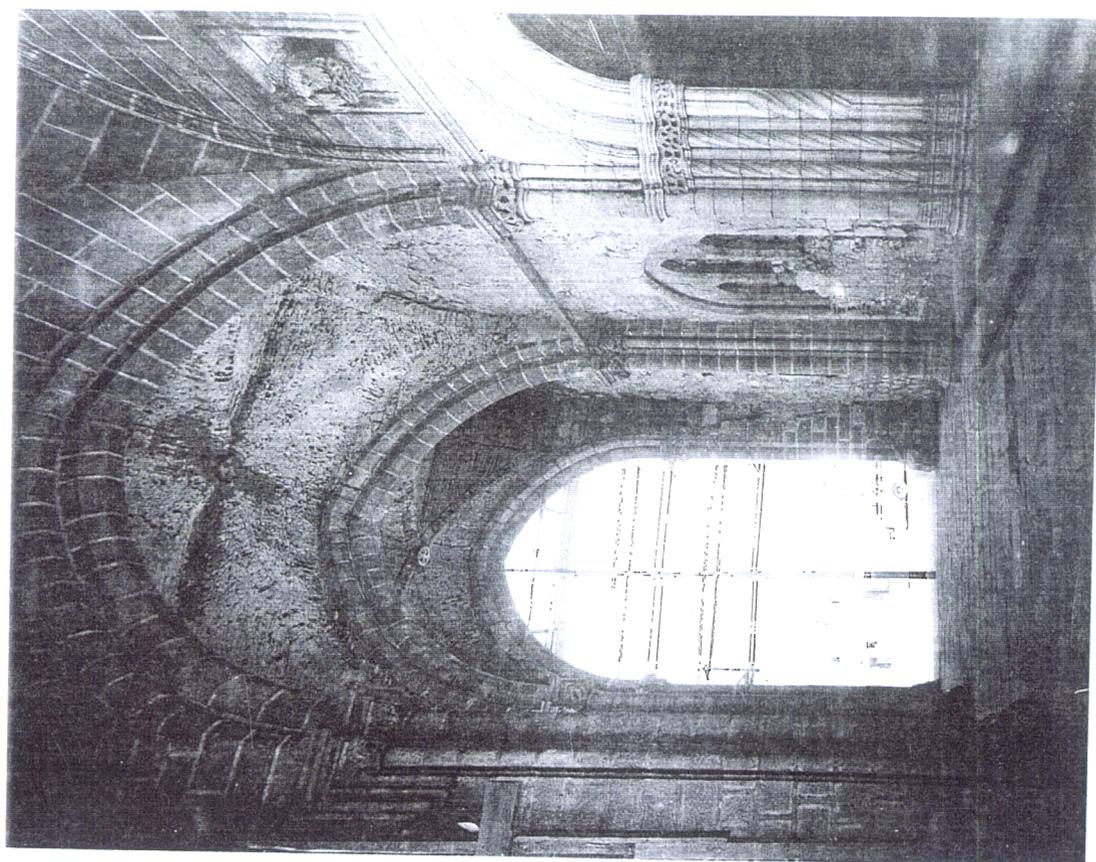


Fig. 11.10 – Igreja de S. Francisco de Évora. As obras de desobstrução das frestas da Frontaria (cópia cedida pela DGEMN)

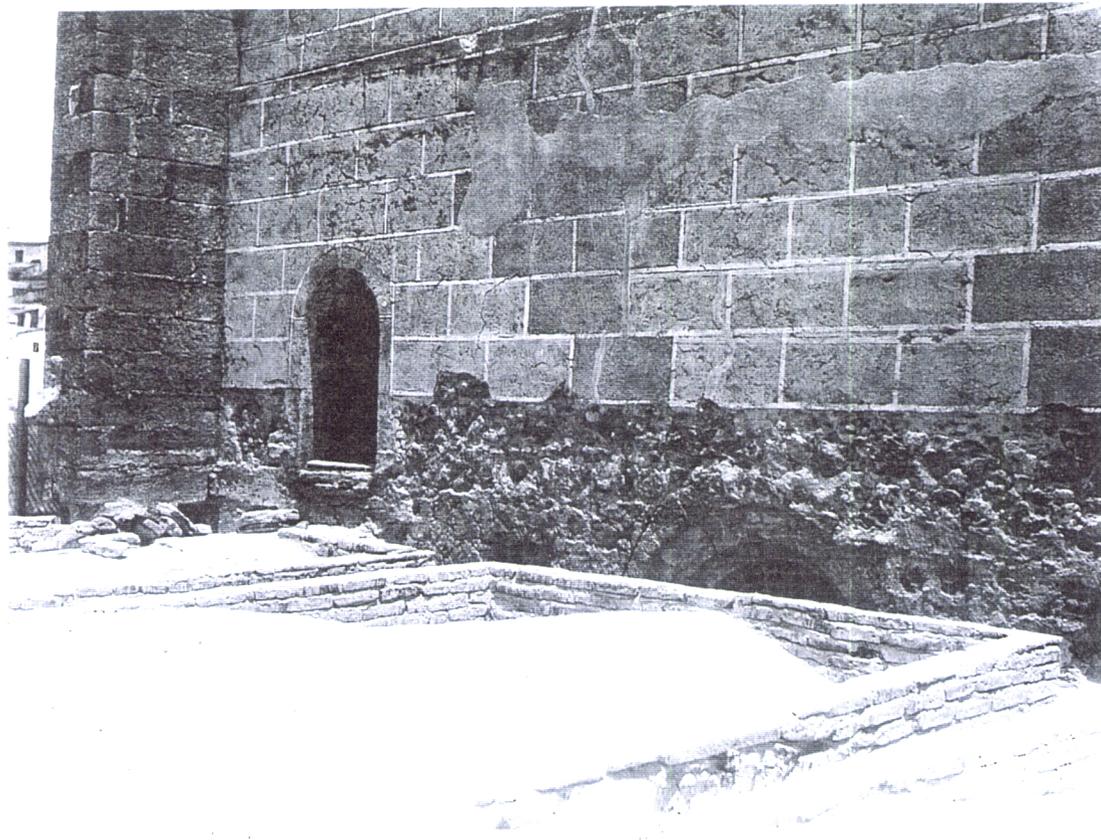


Fig. 11.11 – Igreja de S. Francisco de Évora. Os óculos da Frontaria depois de desentaipados, nas obras de 1937, os quais se encontram, parcialmente, cortados pelo terraço da galilé (cópia cedida pela DGEMN)

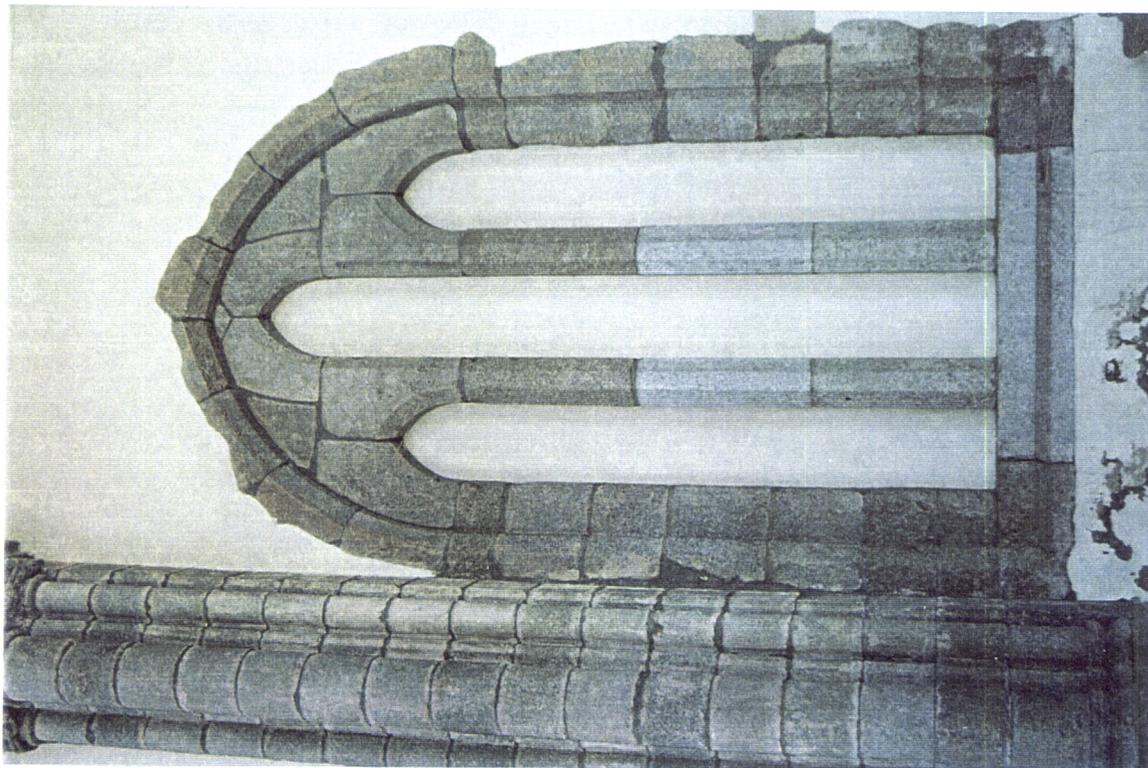


Fig. 11.12 – Igreja de S. Francisco de Évora. A fresta do lado esquerdo da Frontaria, na actualidade (cópia cedida pela DGEMN)

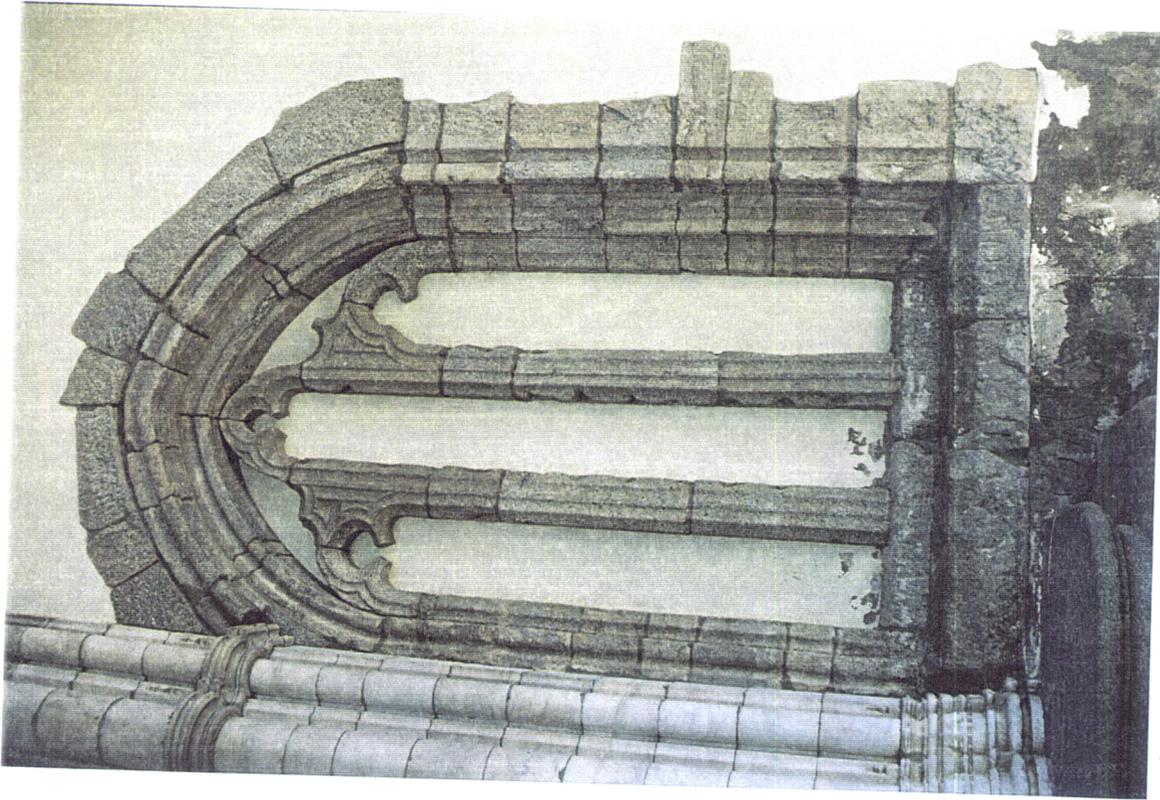


Fig. 11.13 – Igreja de S. Francisco de Évora. A fresta do lado direito da Frontaria, na actualidade (cópia cedida pela DGEMN)

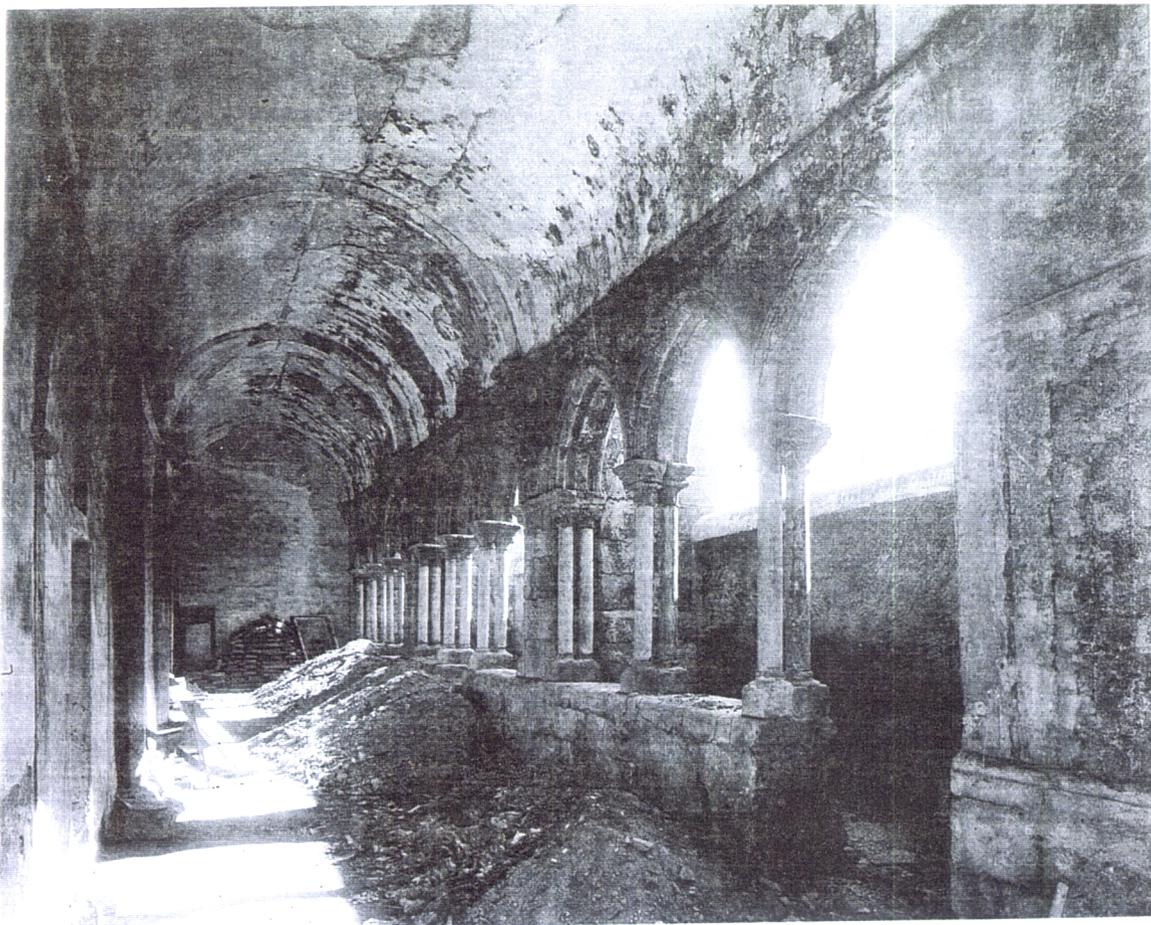


Fig. 11.14 – Igreja de S. Francisco de Évora. Desobstrução do lanço Nascente do claustro, no início da década de 40 (cópia cedida pela DGEMN)



Fig. 11.15 – Igreja de S. Francisco de Évora. Desobstrução do lanço Poente do claustro (cópia cedida pela DGEMN)

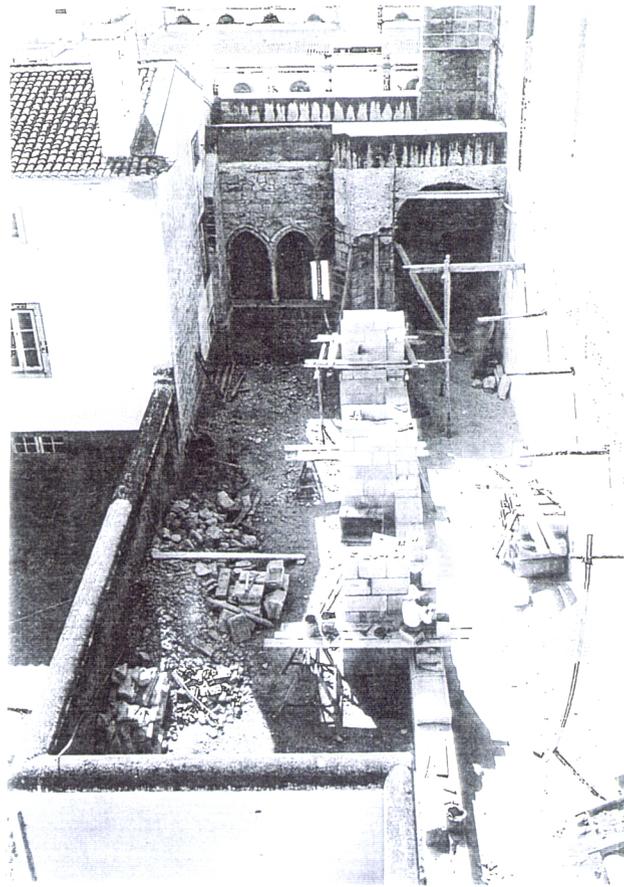


Fig. 11.16 – Igreja de S. Francisco de Évora. As obras de reconstrução do lanço Norte do claustro, na década de 40 (cópia cedida pela DGEMN)

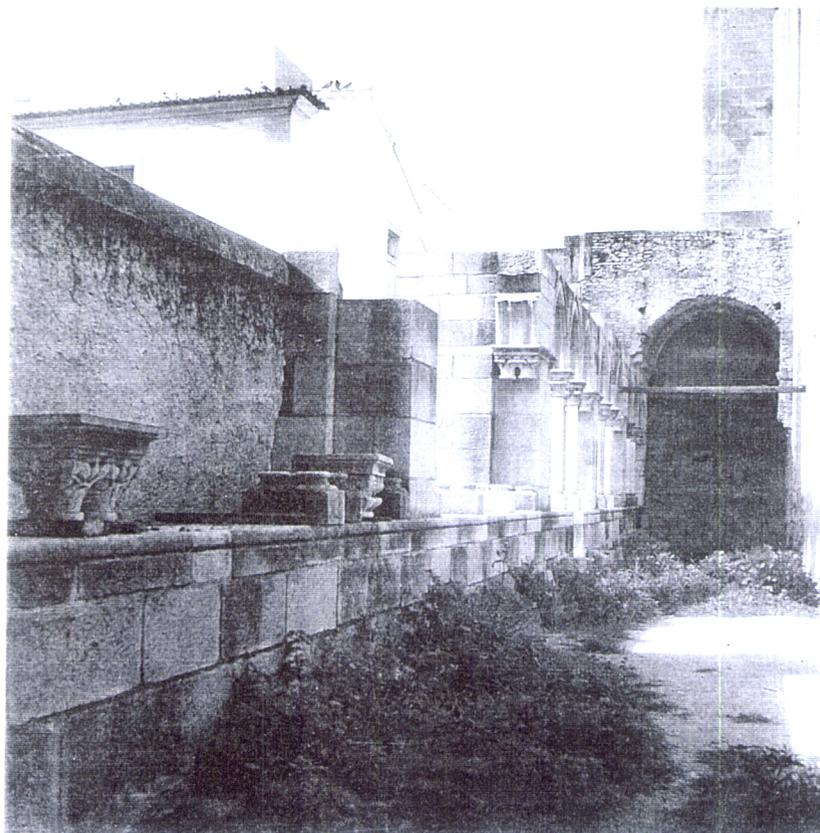


Fig. 11.17 – Igreja de S. Francisco de Évora. O lanço Norte do claustro, em 1950, alguns anos após a sua reconstrução (cópia cedida pela DGEMN)

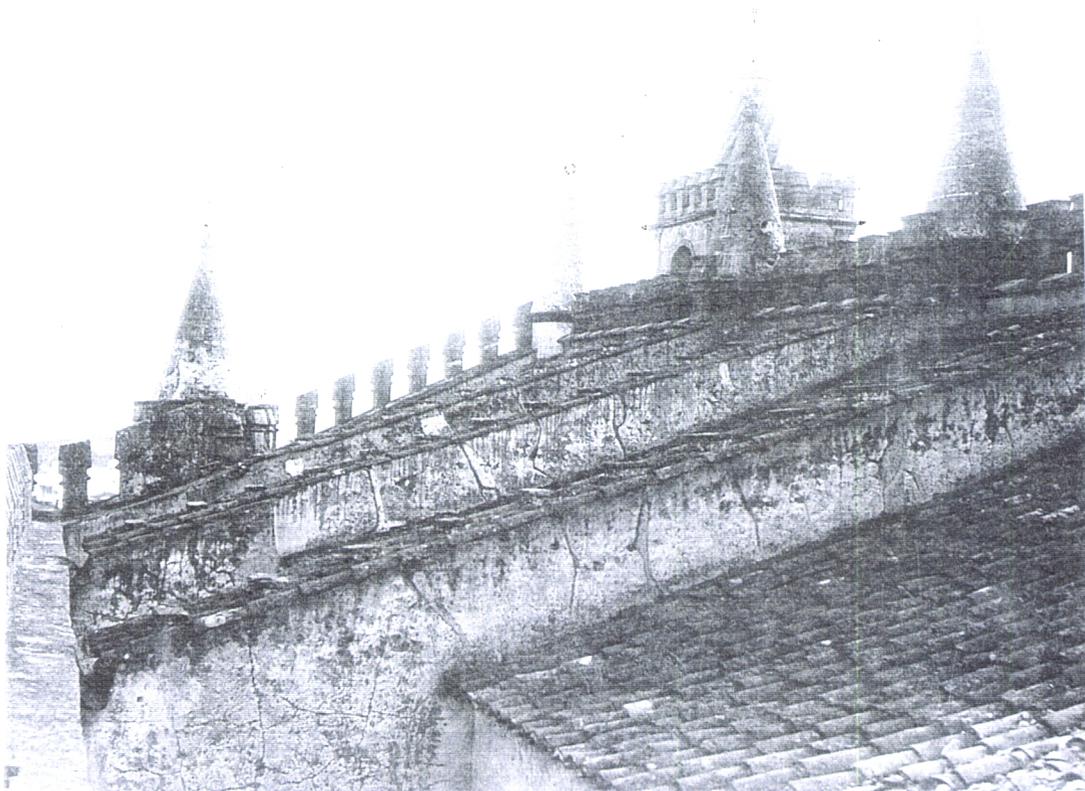


Fig. 11.18 – Igreja de S. Francisco de Évora. O telhado da nave, antes da construção da cintagem de betão, onde ainda se podem observar os muros em divisórias do mesmo (cópia cedida pela DGEMN)

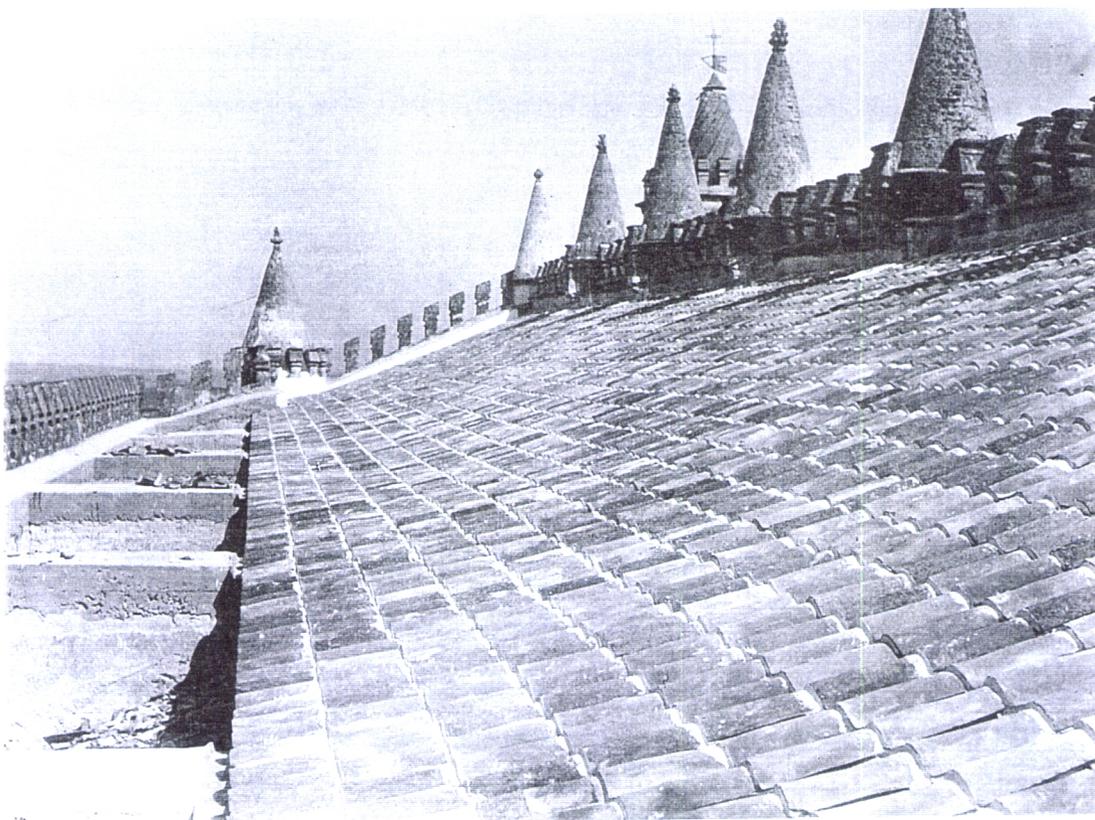


Fig. 11.19 – Igreja de S. Francisco de Évora. O telhado da nave, após a construção da cintagem de betão, em 1937 (cópia cedida pela DGEMN)

partir dos finais do séc. XV, quando, segundo o estudo por nós efectuado, D. Afonso V, se apropriou de partes do mesmo, oferecendo em contrapartida a reedificação da igreja, então em ruína, bem como outras obras de benfeitoria no restante complexo religioso. A instalação sucessiva dos monarcas da segunda Dinastia, naquele, e a sua vertente palaciana, viu o seu fim com D. Filipe I (II de Espanha) que o restituiu a pedido dos franciscanos, os quais rapidamente o reconduziram à sua vocação inicial. O séc. XIX, foi extremamente ingrato para aquele conjunto religioso, tendo o seu estado de ruína, levado à destruição do que restava do Convento e das dependências palacianas, em 1895, não restando hoje mais do que a igreja, uma parte do claustro, a Sala do Capítulo, a Capela dos Ossos, a galeria das Damas, entre outros.

A situação do Convento franciscano é revelador da submissão dos factores geográficos às razões de índole cultural, assim se explicando a sua localização junto a uma cidade, em crescendo de importância sócio-económica, a partir dos sécs. XIII e XIV, meio eleito da pregação tão cara ao franciscanos e requisito fundamental para a subsistência de uma espécie de religiosos, dependentes de esmolas oriundas da caridade de instituições e particulares. É, com efeito, esta relação com a cidade e com os seus habitantes, um dos traços de maior inovação introduzidos pelos franciscanos, em contraposição ao isolamento das Ordens beneditina e cisterciense.

Com planta em cruz latina e eixo longitudinal na direcção E-O, a igreja de S. Francisco apresenta cabeceira de planta rectangular, de dois tramos, de parede testeira recta e contrafortes dispostos nos ângulos. O cruzeiro, de planta rectangular, surge como mais um tramo da nave. O transepto, pouco saliente, apresenta dois tramos, para cada um dos braços e botaréis nos ângulos, à semelhança do referido para a cabeceira. O corpo da igreja é de nave única, de seis tramos, a que se ligam, em cada um dos lados, seis capelas pouco profundas e intercomunicantes. A frontaria, orientada a Poente, é

antecedida por um pÓrtico, de cinco tramos. No piso superior existe uma galeria interna, situada sobre as capelas laterais, dividida em seis tramos, em correspondência com os tramos da nave.

A igreja é rodeada a Norte pela Sala da Ordem Terceira de S. Francisco e pela Capela dos Castros ou Mendanhas, contÍguas à nave e com acesso através do transepto, bem como pela capela de S. Joãozinho, contÍgua à cabeceira.

A Sul rodeiam-na a sacristia e a torre sineira, ao lado da cabeceira, a Sala do Capítulo, situada no prolongamento do transepto, e a Capela dos Ossos, na continuidade daquela. ContÍgua a Sul da nave e a Poente do transepto e Sala do Capítulo localiza-se o que resta do claustro primitivo.

As obras de renovação da igreja nos finais do séc. XV e alvares dos XVI, terão dotado a igreja, em grande parte, do aspecto que, ainda, hoje tem, conservando-se, contudo, no edifício actual indÍcios do velho templo, remontáveis, segundo nos quer parecer, aos sécs. XIII e XIV. As obras, de acordo com estudo efectuado, parecem ter começado nos finais do séc. XV (nos finais da década de 70), tendo intervindo nelas, sucessivamente, D. Afonso V, D. João II e D. Manuel. Possivelmente iniciadas pelos braços do transepto e cabeceira nos reinados dos dois primeiros monarcas referidos, terão sido concluídas no de D. Manuel, o qual terá feito o corpo da igreja e o respectivo abobadamento. Nos sécs. XVII e XVIII a igreja terá beneficiado de obras no seu interior, nomeadamente, a construção de retábulos, altares de talha dourada e azulejaria barrocos. O terramoto de 1755, as invasões francesas de 1808 e a extinção das Ordens religiosas em 1834, tiveram efeitos dramáticos sobre a igreja, tendo esta sido alvo de algumas intervenções (1860 – 1895) que a subtraíram à ruína, nomeadamente: a intervenção de Jonh Bouvie Jr., em 1860/62; a do Governo, a partir de 1869; a de Giuseppe Cinatti, iniciada em 1871; a do eborense Francisco de Barahona, entre 1894 – 1895.

No entanto, a intervenção sistemática e regular sobre a igreja, coube à DGEMN, entre 1937 e a actualidade.

A análise da planta e dos alçados do objecto de estudo revela, segundo a nossa opinião, três influências fundamentais: influência mediterrânica (sobretudo do Midi francês e da Catalunha) patente na escolha da nave única com capelas, entre os contrafortes, e na procura de simplicidade dos alçados interiores e exteriores; mudéjar, também na austeridade dos volumes e na presença de alguns elementos, próprios daquela sensibilidade, que pontuam o monumento, como os merlões chanfrados (coroamento das fachadas exteriores) e os arcos de ferradura (pórtico); finalmente, nacional no que concerne à escolha da parede testeira recta da cabeceira, introduzida, na arquitectura religiosa do Alentejo, pela igreja de Nossa Senhora da Conceição de Beja.

Relativamente aos mestres de obras, a documentação, levantada até ao momento, não comprova em definitivo, a intervenção directa na igreja de nenhum dos nomes que são apontados pela historiografia, mas apenas a sua ligação a obras no Convento e no Palácio, pelo que constitui um dos temas a necessitar duma maior investigação no futuro. Não deixámos, porém, de citar alguns nomes que, eventualmente, podem ter tido algum papel na factura da obra, contando-se entre eles: Lourenço Gonçalves, Affonso de Pallos e o mouro Azmede.

Os materiais utilizados foram sobretudo o granito, o mármore e o calcário (dentro dos materiais pétreos); o pinho, o carvalho e a casquinha (materiais lenhosos); os azulejos, os tijolos e as telhas (cerâmicos); o ferro (metálicos).

As principais técnicas utilizadas foram: a alvenaria de pedra aparelhada (paredes), alvenaria de tijolo (abóbada da nave), cantaria (contrafortes, portas e janelas); pavimentos de soalho de madeira (pinho), de tijoleira e de lajes de pedra (granito); coberturas planas em terraço e coberturas inclinadas, utilizando asnas, etc.

A análise do estado de conservação actual da igreja denota a preponderância de anomalias de carácter estrutural no seu interior, sendo especialmente marcantes as fendas da abóbada da nave e da galeria interna, situada acima das capelas laterais, bem como, no último caso, a degradação acentuada dos rebocos. No exterior a nossa atenção recaiu sobre o decaimento do material pétreo (granito), especialmente visível ao nível dos contrafortes da cabeceira, do portal da Capela de S. Joãozinho, do claustro e do pórtico que antecede a frontaria.

As intervenções da DGEMN, efectuadas entre 1937 e 1974, na igreja em questão, foram, na sua essência, de manutenção, consolidação de coberturas, restauros interiores, reconstrução parcial do claustro e demolição de anexos exteriores. Implicaram nalguns casos actuações discutíveis, pelo uso de materiais modernos inadequados (contrários aos princípios da reversibilidade e compatibilidade) e por resultarem de filosofias de intervenção inaceitáveis (restauro estilístico de Viollet-le-Duc), à luz da teoria actual da conservação. Entre as obras mais criticáveis, surge a demolição parcial das dependências da Ordem Terceira (prevista em 1937), a reconstrução do portal de gablete da fachada Norte (planificada em 1937), a construção duma cintagem de betão para consolidação da cobertura da nave (projectada em 1937), a reconstrução parcial da ala Norte do claustro (iniciada em 1943).

BIBLIOGRAFIA

1 – Manuscritos

1.1 – Arquivo da Biblioteca Pública de Évora

Breve Relação do Convento de S. Francisco de Évora, Códice Manisola, nº 74-3

Notícia do estado em que ficou o Convento de S. Francisco em 1834, depois da extinção das Ordens Religiosas (folha solta), Códice C, nº 5
2 - 21

Livro do Tombo das capelas do Convento de S. Francisco, de 1643, Códice CLXVI
1 - 5

1.2 – Arquivo da DGEMN/ Direcção Regional dos Edifícios e Monumentos do Sul (Évora)

Processo de Obras da igreja de S. Francisco de Évora, nº S 07 05 10/ 17

1.3 – Arquivo da DGEMN/ Direcção de Serviços de Inventário e Divulgação (Lisboa)

Processo Administrativo da igreja de S. Francisco de Évora, nº S 07 05 10/ 17

Processo da Zona de Protecção da igreja de S. Francisco de Évora, nº S 07 05 12/ 17

2 - Impressos

A arte mudéjar, a estética islâmica na arte cristã, Catálogo do Ciclo Internacional de Exposições Museu sem fronteiras, Lisboa, Civilização Editora, 2000

Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, 4 tomos, Coimbra, 1910-1924
Análise preliminar das anomalias verificadas na igreja de S. Francisco de Évora,
Processo 082/ 1/ 13256, Lisboa, Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC),
Março de 1997

Appleton, João A. da Silva, *Edifícios antigos, contribuição para o estudo e seu comportamento e das acções de reabilitação a empreender*, Lisboa, LNEC, 1991

Atanázio, Manuel Mendes, *A Arquitectura do Manuelino, novos problemas de espaço e técnica*, Moçâmedes, 1969

Barata, António F., *Évora Antiga*, Évora, Edições Minerva Commercial, 1909

Idem, *Évora e seus arredores*, Évora, Notícias de Évora, 1904

Barreira, João (dir.), *Arte Portuguesa*, 3 volumes, Lisboa, Edições Excelsior, s.d.

Barros, Luís Aires de, *Alteração e alterabilidade das rochas*, Lisboa, Instituto Nacional de investigação científica, 1991

Idem, *As rochas empregues nos monumentos de Lisboa, ao longo da sua história*, in Actas das sessões do I Colóquio temático « O Município de Lisboa e a dinâmica urbana (sécs. XVI – XIX)», Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1995

Basilica de Saint Cecile de Albi, Albi, APA-POUX Post cards S.A, 1997

Beirante, Maria Ângela, *Évora na Idade Média*, vol. I, Dissertação de Doutoramento em História, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas de Évora da Universidade de Évora, 1998

Belém, Frei Jerónimo, *Chronica Seráfica da Santa Província dos Algarves, da Regular Observância do Seráfico Padre S. Francisco*, 1ª Parte, Livro 2º, Caps. I-IV, Lisboa, 1750, parcialmente transcrita in Pereira Gabriel, « *documentos históricos da cidade de Évora* », Topografia Casa Pia, Évora, 1885, pp. 13-21; 46-48; 71-72

Bergonha, Arlindo Jorge, *Meteorização do granito e deterioração da pedra em monumentos da cidade do Porto*, Dissertação de Doutoramento em Ciências, Universidade do Minho, Braga, 1997

Berlioz, Jacques, *Monges e Religiosos na Idade Média*, Lisboa, Terramar, 1994

Boito, Camillo, *Questioni pratiche di belle arti, restauri, concorsi, legislazione, professione, insegnamento* (resolution of third congress of engineers and architects, Rome, 1883), Hoepli, Milano, 1983 (English translation)

Brandi, Cesari, *IL Restauro, Teoria e pratica (1939-86)*, Roma, Editiori Riuniti, 1995

Braudel, Fernand, *La Mediterranée et le Monde Mediterranée à l`epoque de Philippe II*, vol. I, Paris, Armand Colin, 1966

Buxo, Domingos de Almeida, *Herança cultural e práticas de restauro arquitectónico em Portugal durante o Estado Novo (intervenções nas fortificações do Distrito de Portalegre)*, Tese de Doutoramento em Conservação do Património Arquitectónico, Universidade de Évora, 2000

Câmara, Maria Alexandra Trindade Gago da, *Azulejaria barroca em Évora – um inventário*, Évora, Centro de História da Arte da Universidade de Évora, 1999

Carvalho, José L., *Salvaguarda do Património Edificado*, in « 1º Encontro sobre conservação e reabilitação de edificios de habitação », 2 vols., Lisboa, LNEC, Junho de 1985

Castro, Elda, *A conservação dos Monumentos em pedra*, memória nº 627, Lisboa, LNEC, 1987

Idem, *Studies on stone treatments*, memória nº 584, Lisboa, LNEC, 1983

Castro, Elda e Maria do Rosário Bravo, *A civilização e a deterioração dos monumentos de pedra*, memória nº 689, Lisboa, LNEC, 1987

Chaves, Henrique, *As obras do Palácio D. Manuel*, in « A Cidade de Évora », Évora, Março-Junho de 1949, pp. 317-327

Chicó, Mário Tavares, *A arquitectura gótica em Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte, 1981

Choay, Françoise, *L'Allegorie du Patrimoine*, Paris, Col. « la couleur des idées », Editions du Seuil, 1992

Conde, Maria Antónia, *Claustro do Convento de S. Francisco de Évora: conservar, restaurar ou renovar ?*, in « 2º ENCORE, Encontro sobre conservação e reabilitação de edifícios », Lisboa, LNEC, 1994, pp. 409-17

Costa, Lucília Verdelho da, *Alfredo de Andrade (1839-1915), da pintura à intervenção no património*, Lisboa, Edições Veja, 1997

Custódio, Jorge, *De Alexandre Herculano à Carta de Veneza*, in « Dar futuro ao passado », Lisboa, SEC, IPAAR, 1993, pp. 33-71

David, Celestino, *Évora Encantadora*, Évora, 1973

Dias, Pedro, *História da Arte em Portugal*, vol. 4 (o Gótico), Lisboa, 1986

Dimier, Anselme, *Les moines batisseurs*, Paris, Fayard, 1964

Dossat, Yves, *Opposition des anciens Ordres à l'installation des mendiants*, in « Cahiers de Fanjaux », n° 8, 1973

Duby, George, *S. Bernardo e a arte cisterciense*, Lisboa, Edições Asa, 1959

Durliat, Marcel, *Le role des ordres mendiants dans la création de l'architecture gothique méridionale*, in « Cahiers de Fanjaux », n° 10, 1975

Espanca, Túlio, *Antiquilhas eborenses*, in « A cidade de Évora », n° 69 e 70, Évora, Câmara Municipal de Évora, 1986-87

Idem, *Évora*, Évora, Editorial Presença, 1993

Idem, *Évora na invasão francesa de 1808*, in « A cidade de Évora », n° 39 e 40, Évora, Câmara Municipal de Évora, Janeiro-Dezembro de 1957, pp. 41-109

Idem, *Inventário artístico de Portugal*, Concelho de Évora, vol. VII, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, 1996

Idem, *Palácios Reais de Évora: o Palácio Real de S. Francisco*, in « Cadernos de História e Arte eborense », Évora, Edições Nazareth, 1946

Esperança, Frei Manuel da, *História Seráfica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Província de Portugal*, 5 vols., Lisboa, 1656-1720

Fernandes, Maria da Conceição Lopes Aleixo, *Os "restauros" e a memória da cidade de Évora (1836-1936)*, Dissertação de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico, Universidade de Évora, 1998

Flood, David, *Pierre Jean-Olivi et la règle franciscaine*, in « Cahiers de Fanjoux », nº 10, 1975

Focillon, Henri, *Arte do Ocidente, a Idade Média românica e gótica*, Lisboa, Editorial Estampa, 1993

Fonseca, Padre Francisco da, *Évora Gloriosa*, Roma, 1728

Franco, Padre Manuel, *Évora Ilustrada*, Évora, Edições Nazareth, 1945

Góis, Damião de, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, Parte IV, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1955

Grilo, Maria Ludovina, *O Concelho de Évora nas memórias paroquiais de 1758*, in « A cidade de Évora », nº1, II série, 1994-95, pp. 119-149

Henriques, Fernando, *A conservação do património histórico edificado*, memória nº 775, Lisboa, LNEC, 1991

Idem, *Algumas reflexões sobre a conservação do património histórico edificado em Portugal*, in « 2º ENCORE, Encontro sobre Conservação e Reabilitação de Edifícios », Lisboa, LNEC, 1994, pp. 67-78

Herculano, Alexandre, *Os Monumentos*, in « Panorama », nº 69 e 70, Lisboa, 1838

Ibáñez, Ignacio González Varas, *La catedral de Sevilla (1881-1900), el debate sobre la restauración monumental*, Sevilla, 1994

Lacerda, Aarão de, *História da Arte em Portugal*, vol. II, Porto, 1948

Lawrence, C. H., *The Friars. The impact of the Early Mendicant Movement on Western Society*, Londres/ Nova Iorque, 1994

Manuel, Caetano da Câmara, *Através da cidade de Évora*, Évora, Minerva Commercial, 1900

Martín, A., *Ensayos y experiencias de alteracion en la conservacion de obras de piedra de interés histórico-artístico*, Fundacion Ramon Areces, 1990

Matos, Manuel Carlos de Lacerda, *Factores ocorrentes em intervenções sobre o Património arquitectónico*, Dissertação de Mestrado em Recuperação do Património arquitectónico e paisagístico, Universidade de Évora, 1995

Mattoso, José, *Portugal Medieval, novas interpretações*, Lousã, Imprensa Nacional, 1992

Miguel, Ana Maria Macarrón e Ana González Mozo, *La conservación y la restauración en el siglo XX*, Madrid, Editorial Tecnos, 1998

Mitjau, Francesc, *Santa Maria del Mar, Catedral de la Ribeira*, Barcelona, Fundacion Uriach, 1990

Moniz, Manuel Carvalho, *O Convento e a igreja de S. Francisco de Évora*, Évora, 1959

Monteiro, Adriano Augusto da Silva, *Relatório da inspecção feita, em Maio de 1884, ao estado de conservação do templo de S. Francisco*, in « Sul », Folha Bissemanal e noticiosa, n.ºs 378, 379, 381, 383, 385, 387, 389, 391, 393, 394, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401 e 402, Évora, Setembro/ Outubro/ Novembro de 1884

Morales, Alfredo J., *Património histórico-artístico*, Madrid, História 16, 1996

Neto, Maria João Quintas Baptista, *A Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a intervenção do Património arquitectónico em Portugal (1929-1960)*, 3 vols., Dissertação de Doutoramento em História da Arte, Faculdade de Letras de Lisboa, Universidade de Lisboa, 1995

Oliveras, Josep Calzada, *Catedral de Girona*, Editorial Escudo de Oro, 1995

O Franciscanismo em Portugal, in « Actas do I-II Seminário », Fundação Oriente, 1996

Palácio de D. Manuel em Évora, Boletim da DGEMN, 79, Lisboa, 1955

Património arquitectónico e arqueológico classificado, Distrito de Évora, Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (IPPAR), s.d.

Pereira, Gabriel, *Documentos históricos da Cidade de Évora*, Évora, 1885

Idem, *Estudos Diversos*, Évora, 1895

Piedade, António Canha de Andrade, *Pedras naturais*, in « Cadernos de Edificações », nº 2, Instituto Superior Técnico, 1979

Pinheiro, Nuno Santos, *O islamismo e o arco ultrapassado na Península Ibérica e sua influência na arquitectura alentejana*, Lisboa, Hugin Editores, 1997

Pinto, Ana Paula Ferreira, *Conservação de pedras graníticas, estudo de acção de hidrófugos*, Lisboa, 1997

Pirazzoli, Nullo, *Teorie e storia del restauro*, Ravenna, Edizioni Essegi, 1994

Rodrigues, J. Delgado, *Alguns aspectos geológicos ligados à alteração das rochas*, comunicação apresentada ao seminário 22, « Deterioração e conservação de pedras em monumentos », Lisboa, LNEC, 1978

Rosa, João, *Alentejo Pitoresco, Paisagens e costumes*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1929

Ruskin, Jonh, *Las siete lámparas de la arquitectura*, Barcelona, Editorial Alta Fulla, 1997

Santos, Reynaldo dos, *A Arquitectura em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1929

Idem, *Oito séculos de Arte Portuguesa*, vol. II, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, s.d.

Silva, Jorge Henrique Pais da, *Páginas de História da Arte, artistas e monumentos*, Lisboa, Editorial Estampa, 1993

Idem, *Estudos sobre o Maneirismo*, Lisboa, Editorial Estampa, 1983

Silva, José Custódio Vieira da, *O fascínio do fim*, Lisboa, Livros Horizonte, 1997

Idem, *O Tardo-gótico em Portugal, a arquitectura no Alentejo*, Lisboa, Livros Horizonte, 1989

Silva, Padre José Joaquim, *Évora Lastimosa*, 1^o e 2^a partes, Lisboa, Impressão Régia, 1809-1814

Simões, Augusto F., *Évora, Igreja e Convento de S. Francisco*, in « Archivo Pittoresco», *Semanário Ilustrado*, Tomo XI, II^o Anno, 1868, pp. 9-84

Idem, *Paços Reaes de Évora*, in « *Archivo Pittoresco* », tomo XI, IIº Anno, 1868, pp.1-42

Simplicio, Maria Domingas, *O espaço urbano de Évora, contributo para o melhor conhecimento do sector intramuros*, Évora, Universidade de Évora, 1992

Simson, Otto Von, *A catedral gótica, origem da arquitectura gótica e o conceito medieval de Ordem*, Lisboa, Editorial Presença, 1991

Southern, Richard W., *A Igreja medieval*, Lisboa, s.d.

Teixeira, Luís Manuel, *Dicionário Ilustrado de Belas Artes*, Lisboa, Editorial Presença, 1985

The Church of the Jacobins in Toulouse, the restoration, Toulouse, s.d.

Verges, Tomas, *Santa Maria del Pi i la seva història*, Barcelona, Editorial la Formiga D'Or, 1992

Viterbo, F.M. Sousa, *Dicionário Histórico e Documental dos Architectos ...*, 3 vols., Lisboa, Imprensa Nacional, 1904

ÍNDICE DOS ANEXOS

ANEXO I – Pormenor da iluminura da folha de rosto do foral manuelino de 1501, onde no meio da vista panorâmica da cidade de Évora se destaca a igreja de S. Francisco de Évora, a qual se encontra nas obras de finalização da cobertura, *in* Catálogo da exposição « Francisco Henriques, um pintor em Évora no tempo de D. Manuel », Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, 1997, p. 16

ANEXO II – Documento de 1503, relativo ao ordenado de Álvaro Velho, vedor das obras do Mosteiro de S. Francisco, onde se faz alusão às obras de finalização da igreja do mesmo mosteiro, *in* Pereira Gabriel « Documentos históricos da cidade de Évora », Évora, 1885, p. 6

ANEXO III – Carta de Lei de 25 de Junho de 1864, onde se incumbe a Câmara Municipal de Évora de construir uma praça junto à igreja e prover a obras nos restos do Palácio e Convento de S. Francisco, *in* Diário do Governo, nº 154 de 25 de Junho de 1864

ANEXO IV – Carta de Lei de 2 de Maio de 1892, na qual se autoriza a Câmara Municipal de Évora a vender, segundo os preceitos legais, os restos da cerca e do edifício do extinto Convento de S. Francisco, *in* Diário do Governo, nº 97 de 2 de Maio de 1892

ANEXO V – artigo de Jornal da autoria do arquitecto Adães Bermudes, no qual aquele chama a atenção para as causas das fendas da nave da igreja de S. Francisco, *in* « Democracia do Sul », Évora, 19 de Setembro de 1928

ANEXO VI – Memórias descritivas e orçamentos das intervenções da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais na igreja de S. Francisco entre 1937 e 1974, *in Processo de Obras*, nº S 07 05 10/ 17

ANEXO VII – Comunicação nº 106, de 18 de Março de 1941, do arquitecto chefe da 3ª Secção dos Monumentos Nacionais (Évora) – João Filipe Vaz Martins – ao Director dos Monumentos Nacionais, onde se faz alusão ao pleito entre aquela Secção e a Câmara Municipal de Évora, na origem do qual estava a atribuição da responsabilidade de calçetar uma pequena faixa, deixada a descoberto, junto à igreja de S. Francisco, pelas demolições dos anexos Norte, *in Processo Administrativo*, nº S 07 05 10/ 17, da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, relativo à igreja de S. Francisco

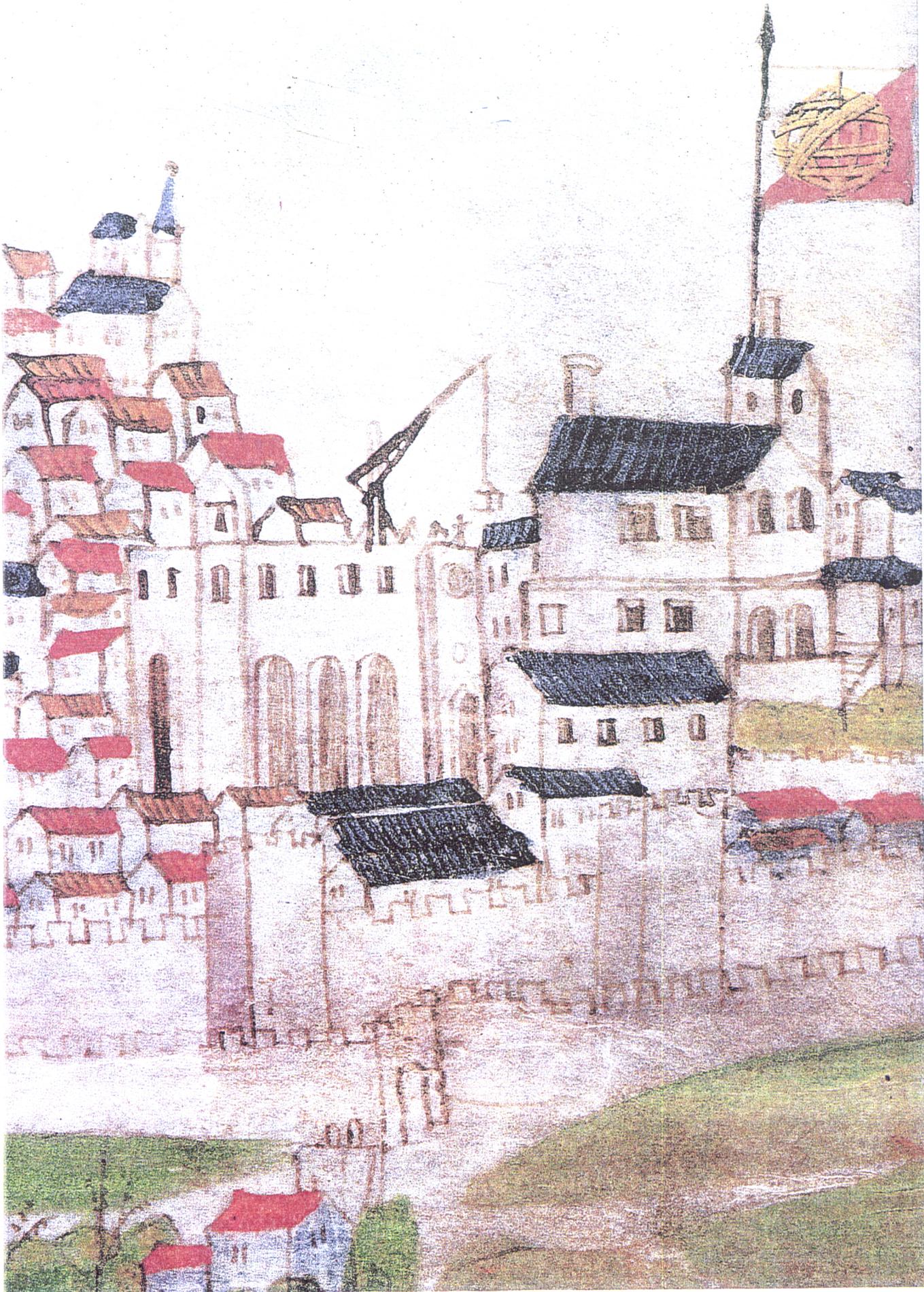
ANEXO VIII – Comunicação nº 208, de 30 de Agosto de 1943, do arquitecto chefe da 3ª Secção dos Monumentos Nacionais (Évora) – Martinho Humberto Reis – ao Director dos Monumentos Nacionais, onde aquele apela para a tomada de providências para a recondução de um corpo completo de três arcos de cantaria, pertencentes ao claustro da igreja de S. Francisco, do Museu Regional de Évora para o seu local de origem, *in Processo Administrativo*, nº S 07 05 10/ 17, da DGEMN, relativo à igreja de S. Francisco

ANEXO IX - artigo do jornal « Notícias de Évora », de 6 de Março de 1955, que acompanha a comunicação nº 180, de 12 de Março de 1955, do arquitecto chefe da 3ª Secção da Repartição Técnica da Direcção dos Serviços dos Monumentos Nacionais (Évora) – Rui Couto – dirigido ao arquitecto chefe da Repartição Técnica da Direcção dos Serviços dos Monumentos Nacionais (Lisboa), no qual se chama a atenção para o

perigo de derrocada da igreja de S. Francisco, *in Processo Administrativo*, nº S 07 05 10/ 17, da DGEMN, relativo à igreja de S. Francisco

ANEXO X – artigo do jornal « Diário de Lisboa », de 1 de Fevereiro de 1958, que acompanha a comunicação nº 270, de 10 de Fevereiro de 1958, do arquitecto chefe da 3ª Secção da Repartição Técnica (Évora) – Rui Couto – ao Director da Repartição Técnica (Lisboa), onde se diz que a Capela dos Ossos estava em risco de se perder devido às chuvas abundantes, *in Processo Administrativo*, nº S 07 05 10/ 17, da DGEMN, relativo à igreja de S. Francisco

ANEXO I



ANEXO II

o mande fazer, avemos por bem que todo o que pera isso comprir vos o dees e se despen-
da per vós e elle volo assente em despeza a hum cabo do seu livro porque polo dito assen-
to dele e das obras do dito moesteiro feito na forma sobredita vos será levado em despeza
todo o que nisso gastardes e vos assy ho compry. Escrita em Lisboa a XIII dias de julho.
Francisco de Matos a fez. 1582.

Rey.

O Baram.

Pera Alvaro Velho sobre o recebimento das obras do moesteiro de sam Francisco
devora, de que ho vossa senhoria encarrega. (No sobrescripto) Por El Rey. Alva-
ro Velho escudeiro de sua casa morador em Evora.

(Torre do Tombo, Corp. Chronol P. 1.ª M. 3. doc. 112)

III

1503

OBRAS NO MOSTEIRO DE S. FRANCISCO. ORDENADO DO VEDOR ALVARO VELHO.

Nos ElRey fasemos saber a vós Alvaro Velho cavaleiro de nossa casa que ora encarrega-
mos de vedor das obras do moesteiro de sam Francisco devora que a nós praz e avemos
por bem que vós ajaes em cada hum anno com o recebimento das ditas obras que outrosy
tendes dês o dia que o começastes de servir em diante seys mil reis, os quaes tomarees em
vós do dinheiro que receberdes pera as ditas obras e per este com o assento do livro de
vosso escriptvã mandamos aos nossos contadores que vos levem em despeza o que nisso
montar dos annos que tiverdes o dito carreguo e vós e elles ho compry a sy. Feito em Lix-
boa a bij (7) de março. Francisco de Matos o fez de b^oij (503).

Rey.

O Baram.

Praz a vossa Senhoria que dês o dia que Alvaro Velho começou de receber
nas obras de sam Francisco devora aja por anno emquanto o dito carreguo tiver bj (6000)
reis os quaes tomará do dinheiro que pera elas receber. Antam Glbz. Alvaro Velho
se mandou cá agravar de vós que lhe nom querieis asentar estes seis mil reis em despeza
cadanno dizendo que porque nom lavrava nas obras o nom fariéis e porque m'elle escrepve
que fazem cada dia nesas obras, e que estanno todo fizeram ladrilhar a igreja, e os re-
volos, e assy outras cousas, e que agora recebera hua fornada de cal, vos mando que em-
quanto ele fesar alguma cousa e for fazendo lhe pagueis os ditos dinheiros sem embargo do
que diseis. Scripto em Almeirim a dous de novembro 500(sic). ho baram dAlvito
(Torre do Tombo. Corp. chronol. Parte 1.ª maç. 4. doc. 16)

IV

1503

OBRAS NOS PAÇOS REAES

Alvaro Velho. Nós El Rey vos enviamos muyto saudar. O Provedor Guomez de Figueire-
do nos escreveo ora como algumas das casas dos nossos paços dessa cidade estavam dap-
nificadas e aviam per isso mester allguum corregimento ante que ho dapno mais fosse. E
porque queremos que se lhe faça esse que de necessidade se nom poder escusar vos man-
damos que do dinheiro das obras desse moesteiro mandees faser o dito corregimento, a

ANEXO III

sternio, como requereu, do logar de de-
putado procurador regio na comarca de Al-
para identico logar, vago na comarca de
nór o Velho pela transferencia do bacha-
ncisco Coelho de Sousa Sampaio.

Joaquim Antonio de Carvalho — trans-
como requereu, do logar de delegado do
dor regio na comarca de Arganil para
logar, vago na comarca de Alcobaça
nsferencia do bacharel Antonio Augus-
onseca Neves.

Antonio José da Costa Santos — trans-
como requereu, do logar de delegado do
dor regio da comarca de Marco de Ca-
s para identico logar, vago na comarca
afiel pela transferencia do bacharel An-
rancisco Tavares.

José Maria Cardoso de Lima — nomea-
cedendo concurso, delegado do procu-
rgio na comarca de Arganil, vaga pela
encia do bacharel Joaquim Antonio de
o.

João Diogo Mascarenhas Neto — no-
precedendo concurso, delegado do pro-
regio na comarca de Alcacer do Sal,
ela transferencia do bacharel Izidoro
de Seabra.

Ricardo Xavier de Carvalho Liz Tei-
nomeado, precedendo concurso, dele-
procurador regio na comarca de Villa
Foscôa, vaga pela transferencia do ba-
osé Tavares do Soveral Martins.

Feliciano Joaquim da Silva Araujo e
transferido, como requereu, do logar
gado do procurador regio na comarca
para identico logar, vago na comarca
o de Canavezes pela transferencia de
Antonio José da Costa Santos.

Joaquim Machado Cabral e Castro —
precedendo concurso, delegado do
lor regio na comarca de Ceia, vaga pela
ncia do bacharel Feliciano Joaquim da
aujo e Mello.

Frederico Vaz Guedes de Athaide Ma-
transferido do logar de delegado do
lor regio na comarca de Bragança para
logar vago, na 5.ª vara da comarca
a pelo novo despacho do bacharel Cy-
osé de Seixas.

Eugenio da Costa e Almeida — transfe-
logar de delegado do procurador regio
ca da Anadia para identico logar, vago
ara da comarca de Lisboa, pelo novo
do bacharel José Maria de Andrade.
Eduardo José Coelho — nomeado, pre-
concurso, delegado do procurador re-
comarca de Bragança, vaga pela trans-
do bacharel Frederico Vaz Guedes de
Malafaia.

Pedro Augusto Rebocho Freire de An-
Albuquerque — nomeado, precedendo
delegado do procurador regio na co-
Chamusca, vaga pela transferencia do
João Antonio Fragoso de Rhodes.

Joaquim Correia da Rocha Martins —
lo, por conveniencia do serviço publico,
de delegado do procurador regio na co-
Lagos para identico logar, vago na
de Arouca pelo novo despacho do ba-
sé Maria de Abreu Freire.

Antonio Theodoro Tabora Pignatelly
rido, como requereu, do logar de dele-
procurador regio na comarca de Fi-

- » » Bacharel Antonio Rodrigues Pinto — nomeado,
precedendo concurso, delegado do procurador
regio na comarca de Porto de Moz, vaga pela
transferencia do bacharel Augusto Cesar da Sil-
va Matos.
- » » Bacharel Christovão Pinto Brochado — nomeado,
precedendo concurso, delegado do procurador
regio na comarca de Evora, vaga pelo novo
despacho do bacharel Francisco Severino de
Almeida do Amaral Pedroso.
- » » Bacharel Eduardo da Costa e Almeida — no-
meado, precedendo concurso, delegado do pro-
curador regio na comarca de Beja, vaga pelo
novo despacho do bacharel Manuel Ignacio do
Canto Ramos e Silveira.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA FAZENDA

SECRETARIA D'ESTADO

1.ª Repartição

DOM LUIZ, por graça de Deus, Rei de Portugal e dos
Algarves, etc. Fazemos saber a todos os nossos subditos
que as côrtes geraes decretaram e nós queremos a lei se-
guinte:

Artigo 1.º São concedidos á camara municipal do con-
celho de Evora os restos do palacio de El-Rei o Senhor D.
Manuel, pertencas e terrenos annexos, conhecidos pelo no-
me generico do «Trem», e que têm estado a cargo do mi-
nisterio da guerra, assim como o edificio e cerca do extin-
cto convento de S. Francisco da mesma cidade, entregues
ao parcho da freguezia de S. Pedro por decreto de 20 de
maio de 1845.

§ 1.º A camara municipal, de accordo com a junta da
parochia, a quem está entregue a igreja de S. Francisco,
destinará a parte do edificio do convento, que deva conti-
nuar na posse da mesma junta para os serviços da pa-
rochia.

§ 2.º O parcho da freguezia de S. Pedro será indemni-
sado da importancia que se lhe houver descontado na con-
grua, em virtude da concessão que lhe foi feita pelo citado
decreto, addicionando-se á congrua a referida deducção.

Art. 2.º A camara municipal de Evora incumbe:

1.º Restaurar os restos d'aquelle palacio, dando-lhes um
destino que não prejudique a sua conservação;

2.º Accommodar o edificio do convento para n'elle se esta-
belecerem o tribunal judicial, uma aula nocturna de instruc-
ção primaria e todos os demais serviços municipaes a que
entender a camara conveniente applica-lo.

3.º Abrir na frente da igreja uma praça que desaffronte
a entrada para o templo e a aformoseie.

Art. 3.º Os edificios e terrenos cedidos reverterão á fa-
zenda nacional, se dentro de tres annos a camara municip-
pal de Evora não tiver dado começo ás obrigações impos-
tas no artigo antecedente, ou se der ás mesmas proprieda-
des destino diverso d'aquelle para que é feita a concessão.

Art. 4.º Reverterá igualmente para o ministerio da guerra
tudo quanto por esta lei é pela mesma repartição entregue
á camara municipal, se dentro de seis mezes a camara não
tiver posto á disposição do mesmo ministerio um edificio
que tenha as necessarias condições para n'elle se estabele-
cer uma enfermaria para dez cavallos.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrario.

Mandámos portanto a todas as auctoridades, a quem o co-
nhecimento e execução da referida lei pertencer, que a
cumpram e guardem, e façam cumprir e guardar, tão inteir-
ramente como n'ella se contém.

Os ministros e secretarios d'estado dos negocios do reino,
ecclesiasticos e de justiça, da fazenda, e da guerra, a façam
imprimir publicar e correr. Dada no paço da Ajuda, aos 25
de junho de 1864. — EL-REI, com rubrica e guarda. — *Du-
que de Loulé = Gaspar Pereira da Silva = Joaquim Thomás
Lobo d'Avila = José Gerardo Ferreira Passos.* — (Logar do
sêllo grande das armas reaes.)

Carta de lei pela qual Vossa Magestade, tendo sancção-

nado o decreto das côrtes geraes de 9 do corrente mez, que concede á camara municipal de Evora, para os fins de utilidade publica que n'elle se designam, os restos do palacio de El-Rei o Senhor D. Manuel, com suas pertencas e terrenos annexos, assim como o edificio e cerca do extincto convento de S. Francisco da mesma cidade, que estavam entregues ao parcho da freguezia de S. Pedro, e estabelece a indemnisação que ao referido parcho se deve fazer da importancia que se lhe houver descontado na congrua, em virtude da concessão do mesmo extincto convento, que lhe foi feita por decreto de 20 de maio de 1845; manda cumprir e guardar o referido decreto das côrtes geraes, como n'elle se contém, pela fórma retrò declarada.—Para Vossa Magestade ver.—*Pedro Affonso de Figueiredo* a fez.

DOM LUIZ, por graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, etc. Fazemos saber a todos os nossos subditos que as côrtes geraes decretaram e nós queremos a lei seguinte:

Artigo 1.º É o governo auctorizado a aforar ou subrogar, precedendo as formalidades em direito necessarias, os terrenos e predios urbanos separados, mas dependentes dos palacios, jardins e quintas, destinados pelo artigo 85.º da carta constitucional para habitação e recreio de El-Rei, que se tornarem desnecessarios para uso da real casa, ou se acharem em ruina.

Art. 2.º O governo fará os regulamentos necessarios para a execução d'esta lei.

Art. 3.º Ficam por esta fórma declaradas e ampliadas as disposições da carta de lei de 16 de julho de 1855 e revogada toda a legislação em contrario.

Mandâmos portanto a todas as auctoridades, a quem o conhecimento e execução da presente lei pertencer, que a cumpram e guardem, e façam cumprir e guardar, tão inteiramente como n'ella se contém.

Os ministros e secretarios d'estado dos negocios do reino e da fazenda a façam imprimir, publicar e correr. Dada no paço da Ajuda, aos 25 de junho de 1864.—EL-REI, com rubrica e guarda.—*Duque de Loulé* — *Joaquim Thomás Lobo d'Avila*.—(Logar do sêllo grande das armas reaes.)

Carta de lei pela qual Vossa Magestade, tendo sancionado o decreto das côrtes geraes de 16 de junho corrente, que auctorisa o governo a aforar ou subrogar os terrenos e predios urbanos separados, mas dependentes dos palacios, jardins e quintas, destinados para habitação e recreio de El-Rei, que se tornarem desnecessarios para uso da real casa; manda cumprir e guardar o mesmo decreto, como n'elle se contém, pela fórma retrò declarada.—Para Vossa Magestade ver.—*José Luiz Vieira de Sá Junior* a fez.

DOM LUIZ, por graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, etc. Fazemos saber a todos os nossos subditos que as côrtes geraes decretaram e nós queremos a lei seguinte:

Artigo 1.º É o governo auctorizado a pagar a D. Maria Carolina de Almeida Ferraz Bravo e a Gaspar Maximo Ferraz Bravo o que lhes pertencer ou por direito proprio ou por herança de D. Anna Justina de Almeida Ferraz Bravo, proveniente do monte pio do fallecido tenente Francisco Cerveira Ferraz Bravo.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrario.

Mandâmos portanto a todas as auctoridades, a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e guardem e façam cumprir e guardar tão inteiramente como n'ella se contém.

O ministro e secretario d'estado dos negocios da fazenda a faça imprimir, publicar e correr. Dada no paço da Ajuda, aos 27 de junho de 1864.—EL-REI, com rubrica e guarda.—*Joaquim Thomás Lobo d'Avila*.—(Logar do sêllo grande das armas reaes.)

pirante de 2.ª classe da dita moção do antecedente.

- 2 Carlos José Feio Pimentel—vitalicia do emprego de chefe dependente da alfandega de nomeação temporaria.
- » Antonio Joaquim Nogueira do para o lugar de aspirante ga municipal de Lisboa, va Antonio Maria de Noronha.
- 15 Theodoro Bruno da Silva Bragar de aspirante de 2.ª classe da referida alfandega Alfredo Carlos de Lima Sub
- » Raymundo de Almeida Pessargar de aspirante de 2.ª classe vago pela promoção do ante
- » José Antonio Esteves — pron da alfandega municipal de L corpo dos mesmos guardas, termos do § unico do artigo dezembro de 1861, em cons olheiro official de diligenci: Matos.
- » João Eduardo Lobo de Miran direito, e amanuense de 1.ª — graduado em segundo of
- » Ricardo Maria de Mello e Go
- » Candido José de Sousa Trigo ventia vitalicia do lugar de Villar Torpim, que tem exeporaria.
- 22 Severino Antonio José da Rosgar de guarda da fiscalisaçãovago pelo fallecimento de Jo
- 23 José Marques dos Santos — exgado n'outro serviço, do logasação externa das alfandega Secretaria d'estado dos negocio julho de 1864.—*Luiz Augusto M*

THEOURO PUBL

DIRECCÃO GERAL DOS PROP

Desamortisação dos fóros comprehendidos de abril de 1861, publicada no *Diari*

Em cumprimento da citada lei, instrucções de 9 de julho de 1861, de 11 do mesmo mez, se annunciatados no dia abaixo declarado os se lançaço que se offerecer. O preço de pago no prazo de quinze dias, em da, computados pelo valor do merc

LISTA N.º 4

ARREMATACÃO PERANTE O G DO DISTRICTO ABAIXO NO DIA 23 DE AGOS

DISTRICTO DE CONCELHO DE B

Fóros pertencentes ao convento das r em Beja

- 128 Fôro de 53000 réis, impost sas sitas na rua de Lisboa, que se terreas e tres altos: confrontam po Manuel Maria de Sant'Anna, e po nuel Pinto; praso fateosim, com l. Emphyteuta Manuel Maria de San
- 129 Fôro de 35000 réis, impost sas sitas na rua de Lisboa, que se

ANEXO IV

o caminho de ferro de Queimane ao Chire 91:000\$000

Ministerio dos negocios estrangeiros

Despesas da commissão mixta em Moçambique da demarcação da fronteira anglo-portugueza 60:000\$000

Despesas com a arbitragem na questão do caminho de ferro de Lourenço Marques 16:000\$000

Despesas do tratado de commercio com o Brazil — despezas 5:000\$000

Despesas com o convenio da divida publica 5:000\$000

Ministerio das obras publicas, commercio e industria

1.º Continuação das obras de construção e ampliação dos quarteis da guarda municipal de Lisboa... 20:000\$000

2.º Conclusão das obras das escolas agricolas, grandes reparações e material das mesmas escolas 8:000\$000

3.º Conclusão e grandes reparações de caminhos de ferro 200:000\$000

4.º Aquisição, construção de edificios e material para as escolas industriaes e suas officinas 20:000\$000

5.º Construção de estradas de 1.ª e 2.ª ordem, e grandes reparações 700:000\$000

6.º Portos artificiaes e melhoramento dos existentes:

Porto de Lisboa 500:000\$000

Porto da Horta)

Porto do Funchal)

Porto de Ponta Delgada) 200:000\$000

Porto de Vianna do Castello)

7.º Garantias de juro a caminhos de ferro:

Foz-Tua a Mirandella)

Torres Vedras a Alfarellos) 300:000\$000

Beira Baixa)

8.º Para pagamento á companhia das aguas de Lisboa, em conta do que se vier a mostrar ser devido por excesso de consumo da agua 150:000\$000

1.768:000\$000 1.968

86:

2.098:000

4.589:000

municipal de Lisboa
título 1.º da lei de
do semestre do

pagamento de
as verbas respe-
a realizar-se por
e destinada.
da secção 1.ª do
to do ministerio
edificios que não
r ordenada sem
a folha official o
sidio.
dia 1 de julho
4.º a 16.º d'este
cação da mesma

traria a esta.
des, a quem o
pertencer, que a
guardar tão in-
diversas repar-
Dada no paço,
rubrica e guar-
s de Gouvêa =
de Candido Cor-
im Ferreira do
obo = Visconde
de das armas

tendo sancio-
março ultimo,
brança dos im-
metropole e pro-
de 1892-1893,
to ás despezas
as, correspon-
leis e disposi-
dar o referido
na retro decla-

lchiades de Se-

Ministerio dos negocios da fazenda, aos 19 de abril de 1892. = Joaquim Pedro de Oliveira Martins.

DOM CARLOS, por graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, etc. Fazemos saber a todos os nossos subditos, que as côrtes geraes decretaram e nós queremos a lei seguinte:

Artigo 1.º É auctorizada a camara municipal do concelho de Evora a vender, segundo os preceitos legaes, os restos da cêrca e edificio do extincto convento de S. Francisco da mesma cidade, que não foram aproveitados nos termos da lei de 25 de junho de 1864.

§ unico. A verba d'aquelles bens municipaes será regulada pelas seguintes prescripções:

1.ª Ao sul do templo de S. Francisco ficará livre uma facha de terreno de largura sufficiente para n'ella se fizerem as construcções indispensaveis á estabilidade do referido templo, os alojamentos para os serviços de parochia, e a abertura de uma rua com a largura minima de 20 metros, comprehendendo os passeios lateraes.

2.ª As construcções que se fizerem ao sul da nova rua nos terrenos e edificios vendidos, ficarão sujeitas, para a sua execução, ao plano de melhoramento que a camara mandar elaborar para esta parte da cidade.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrario.

Mandâmos portanto a todas as auctoridades, a quem o conhecimento e execução da presente lei pertencer, que a cumpram e guardem e façam cumprir e guardar tão inteiramente como n'ella se contém.

O ministro e secretario d'estado dos negocios da fazenda a faça imprimir, publicar e correr. Dada no paço, aos 19 de abril de 1892. = EL-REI, com rubrica e guarda = Joaquim Pedro de Oliveira Martins. — (Logar do sello grande das armas reaes).

Carta de lei pela qual Vossa Magestade, tendo sancionado o decreto das côrtes geraes de 1 do corrente mez, que auctorisa a camara municipal do concelho de Evora a vender, segundo os preceitos legaes, os restos da cêrca e edificio do extincto convento de S. Francisco da mesma cidade, manda cumprir e guardar o mesmo decreto como n'elle se contém, pela forma retro declarada.

Para Vossa Magestade ver. = Antonio Melchiades de Sequeira Machado a fez.

DOM CARLOS, por graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, etc. Fazemos saber a todos os nossos subditos, que as côrtes geraes decretaram e nós queremos a lei seguinte:

Artigo 1.º É tornada definitiva, para os effeitos da concessão provisoria feita á camara municipal de Abrantes, por decreto de 3 de dezembro ultimo, de todo o edificio e respectiva cêrca do supprimido convento de Nossa Senhora da Graça, d'aquella villa, para installação de repartições publicas e de varios serviços a cargo do municipio.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrario. Mandâmos portanto a todas as auctoridades, a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, cumpram e guardem e façam cumprir e guardar tão inteiramente como n'ella se contém.

O ministro e secretario d'estado dos negocios da fazenda a faça imprimir, publicar e correr. Dada no paço, aos 19 de abril de 1892. = EL-REI, com rubrica e guarda = Joaquim Pedro de Oliveira Martins. — (Logar do sello grande das armas reaes.)

Carta de lei pela qual Vossa Magestade, tendo sancionado o decreto das côrtes geraes de 31 de março do corrente anno, que torna definitiva a concessão feita á camara municipal de Abrantes de todo o edificio e respectiva cêrca do supprimido convento de Nossa Senhora da Graça, d'aquella villa, para installação das repartições publicas e de varios serviços a cargo do municipio, manda cumprir e guardar o mesmo decreto como n'elle se contém, pela forma retro declarada.

Para Vossa Magestade ver. = D. Luiz Machado de Telles Branco a fez.

DOM CARLOS, por graça de Deus Rei de Portugal e dos Algarves, etc. Fazemos saber a todos os nossos subditos, que as côrtes geraes decretaram e nós queremos a seguinte:

Artigo 1.º A aguardente e o alcool que forem produzidos no continente do reino e nas ilhas adjacentes da publicação d'esta lei, ficam sujeitos ao imposto de

ANEXO V

Capital do Sul

MONUMENTOS NACIONAIS

A IGREJA DE S. FRANCISCO

Uma proposta e uma pergunta do architecto sr. Adães Bermudes

Ao *Diario de Noticias* enviou o distinto architecto sr. Adães Bermudes a carta que pedimos venia para arquivar nestas colunas e cujo conteúdo bem merece ser meditado:

Sr. director. — O *Diario de Noticias* de ante-ontem inseriu a informação vindá de Évora, de que corre perigo de ruina o grandioso templo de S. Francisco, dos seculos XV e XVI, por causa das grandes fendas abertas na abóbada pelo sismo de 28 de Fevereiro de 1926, segundo diz a local.

O perigo existe, de facto, embora não seja imminente, não só para este monumento nacional, mas para muitos outros, infelizmente. E como difficil será ao Estado encontrar recursos para conjurar ao mesmo tempo todos esses perigos, accumulados durante séculos, justo seria que as localidades e as entidades mais directamente interessadas o auxiliassem na salvação desse precioso patrimonio, tão desilcado e tão opulento ainda.

A igreja de S. Francisco, em Évora, de uma só nave, é notavel pelas vastas dimensões da sua abóbada ogival de nervuras, dum arrojado extraordinario.

As lesões que essa abóbada apresenta limitam-se, por enquanto, á abertura de fendas em toda a espessura dos timpanos da abóbada compreendidos entre os arcos terceirões e os formateles, fendas que cortam os muros de carga dos arcos mestres, reproduzindo-se de um e outro lado da abóbada em todos os tramos da mesma e repetindo-se na parede da fachada principal, em toda a espessura, á direita e á esquerda do largo janelão central. Os sinto nas são, pois, bastante alarmantes, mas ha alguma coisa pior.

As fendas não foram causadas pelo abalo de terra registado em Évora, ha dois anos, como se fiz na local São muito mais antigas e devem resultar da demolição dos vastos edificios conventuais que escoravam as paredes laterais da igreja; e o pior é que essas brechas já foram reparadas em tres epochas diferentes, abrindo novamente, o que permite supor que as paredes continuam a trabalhar, o que impõe um prognostico reservado.

É certo que todas as nervuras que compoem a armadura resistente da abóbada estão, por enquanto, perfeitamente intactas, e o perigo está suspenso. Mas, justamente por isso, não se deve esperar que nessas nervuras se produza qualquer deformação; porque os trabalhos de reparação e consolidação que, embora muito caros, ainda são possíveis nesta altura, passam depois a ser obras de peamento e reconstrução, tão difficeis e dispendiosas que nunca mais se farão, ficando o belo templo perdido, como o da Graça, e a nobre cidade-museu passará a ser um museu de ruínas, uma necropole da Arte.

Ora a cidade de Évora, que, quando houver turismo em Portugal, será um dos centros de turismo mais interessantes do país, tem todo o interesse, moral e material, em conservar os seus belos monumentos. Évora é uma cidade rica. Porque não ha-de formar-se ali um grupo de homens bons, os «Amigos da Igreja de S. Francisco», que angarie recursos para occorrer a uma parte da avultada despesa a fazer com a consolidação d. quele magnifico monumento, auxiliando nos encargos da sua administração o Estado, consciente mas impotente para prover, por si só, á felicidade da grei indifferente?

Destes patrióticos agrupamentos, que, sem preocupações politicas ou confessionais, procuram cheios de fé e enthusiasmo auxiliar as estações officiais na salvação do tesouro artistico, historico e monumental do país, angariando recursos que eles proprios administram, sob a fiscalização tecnica dessas estações, provenientes de donativos, de quotas, subscricões, etc., já ha alguma coisa em Portugal, como em Barcelos, Bragança e Vila Nova de Gaia. Em Évora, mesmo, fez-se uma interessante tentativa que precisa de ser renovada.

Hi em Évora um monumento nacional em perigo, E' preciso acudir-lhe. Onde estão os pillosinos da nobre cidade?

Reitero-lhe, com os meus agradecimentos, o testemunho da minha maior estima. — A. R. Adães Bermudes.

A proposta constante desta carta sugere-nos alguns comentarios. Por hoje limitar-nos-hemos a dizer que o sr. Adães Bermudes não ignora a existencia do Grupo Pro Évora, a unica colectividade que de facto se tem interessado e defendido com amor ás coisas de Évora...

T. S. F.

Programas de hoje

MADRID — E A J. 7 — 1,5 Kw., — 800 Kiloc., 375m.

A's 19 — Concerto pelo sexteto da estação.

A's 20 — Musica de baile.

A's 22 — Sinais horarios. Programa vari do: Ada Gilson (soprano e orquestra da estação).

A's 23,30 — Musica de baile a pedido pela orquestra da estação. Noticias da ultima hora.

ONDRES — 3 Kw., 830. Kiloc. 3

A's 19,45 — Concerto de banda militar.

A's 21,15 — Conferencia sobre a memoria.

A's 21,30 — Sinais horarios e boletim meteorologico

A's 21,50 — Concurso nacional de velocidade de abre o piano.

A's 22,15 — Comedia musical *O grande problema do traje masculino*.

A's 23 — Conferencia sobre telepatia.

A's 23,15 — Musica de baile do Hotel Mai Fair.

Os programas da estação de Daventry (onda longa) estão incluidos no de Londres.

TOULOUSE — 3 Kw., 765 Kiloc., 392m.

A's 20 — B'isa de Paris.

A's 20,10 — Concerto de orquestra.

A's 22,15 — Perindico rad'ado.

LANGENBERG — 25 Kw., 650 Kiloc., 468m. 8.

A's 20 — Concerto de canto e orquestra. Noticias da ultima hora e desportivas: Musica de baile

DAVENTRY (Experimental) — 610 Kiloc., 491m. 8.

A's 20 — Retransmissão do concerto no Queen's Hall.

A's 22,30 — Musica de baile do Club Ciro.

PARIS (R. P.) — 2 Kw., 171 Kiloc., 1.75m.

A's 20 — Comunicado agricola.

A's 20,15 — Noticias comerciais.

A's 20,30 — Concerto pela orquestra da estação.

Inspector escolar

Foi nomeado para exercer interinamente o lugar de inspector do circulo escolar de Montemor-o-Novo, o sr. Sebastião dos Santos Carvalho, professor da escola de ensino primario geral daquela vila.

UMA QUEIXA

Ha algum tempo, Antonio Francisco, morador na vila de

ALBUQUERQUE

FOLHA

Para entender a tri
E' preciso ter chora
A gente aprende a
Só depois de ter an

Cabelos brancos, v
Um adeus da moc
Cabelos brancos, —
Da tristeza e da sa

Abílio M

♦ ♦ ♦

Anlv

Fazem hoje anos:

D. Maria Antonia C
D. Herminia do Patro
nandes;

D. Inacia Vitoria da S
nandes;

♦ ♦ ♦

Esteve ontem em E
so amigo e assinante
dos sr. Jeronimo Vid
gues.

... Seguiram o
Lisboa os nossos a
drs. Ramalho Francc
meu. Oromicho.

... Regressou d
nosso amigo sr. dr. I
niz.

... De regresso
Salgadas, encontra
bõa o nosso amig
Celestino R. Formo

... A' sua casa
de regresso já o
do assinante e e
merciannte da nos

Jaime T. da Silva
ha tempo se enc
Algés, com sua fa

... Cumprime
tem nesta cidade
sado amigo sr. A
riqueza Costa
Arraiolos.

... Estiveram
Evora os nossos a
Manuel Rosado R
ta, de Mach de, e
ra Picoto, de Mo

... Esteve ont
dade, entre out
deste jornal, cuj
podemos fixar, o
cular amigo de

Monsarás, sr. Ac
Durão. Volta a f

Empresta-se dinheiro

... a ...

ANEXO VI

MEMÓRIA DESCRITIVA

Destina-se a presente estimativa a obras de restauro e limpeza a efectuar na Igreja de S. Francisco em Évora.

Atendendo á necessidade urgente de se proceder a vários trabalhos de consolidação na abóbada que cobre o corpo da Igreja, foi prevista a demolição de paredes de alvenaria em divisórias no telhado, e fim de ser feita uma cintagem armada na sua estrutura.

Em consequencia destes trabalhos foi prevista a reconstrução do telhado incluindo a armação especial para o seu assentamento.

Na galilé foi prevista a limpeza de rebôcos, o assentamento de pedras de cantaria em contrafortes, segundo o existente e consolidação de abóbada de tejo que a cobre.

Além destes trabalhos, foram previstos outros de menos importancia, tais como:

Reparação geral das coberturas dos anexos e sacristia, assentamento de vitrais, reparação geral das ameias, demolição de anexos se qualquer valor, remoção de entulhos etc.

Importa ésta estimativa na quantia total de Esc. 454.810\$00 assim distribuidos:

Importancia destinada a materiais.....	201.700\$00
" " a mão de obra.....	<u>233.110\$00</u>
TOTAL.....	<u>454.810\$00</u>

Évora, Direcção dos Monumentos Nacionais, em 18 de Março de 1937.

O ARQUITECTO CHEFE DA SECÇÃO,

António Pereira

M E M Ó R I A D E S C R I T I V A

Refere-se a presente memória descritiva ás obras de " Igreja de S. Francisco - Évora.- Reconstrução de telhados e consolidação de abóbadas".

Em virtude de parte dos telhados da Igreja de S. Francisco de Évora, se encontrarem em estado de ruina e das abóbadas da nave se encontrarem fendidas, foi elaborada esta estimativa que compreende os trabalhos de reconstrução e consolidação das referidas coberturas e abóbadas, a fim de evitar infiltrações das águas pluviais e o aumento das fendas das abóbadas.

Os trabalhos de que consta a presente estimativa são os seguintes:

- V - Reconstrução dos telhados da Sacristia, Capela dos Ossos, transepto esquerdo e anexos.
- V - Limpêsa e reparação de telhados.
- Refechamento de juntas em terraços.
- Construção de cintas de betão armado para consolidação das abóbadas da nave.
- Retoques de pintura das abóbadas da Capela dos Ossos.
- Reparação das fendas das abóbadas da nave.

Em pormenor, no orçamento, descrevem-se todos os trabalhos a executar, os quais importam por estimativa na quantia total de 236.014\$00 - DUZENTOS E TRINTA E SEIS MIL E CATORZE ESCUDOS. -

Évora, 3ª. Secção da Repartição Técnica da Direcção dos Serviços dos Monumentos Nacionais, em 20 de Abril de 1955.

O Architecto Chefe da Secção

MEMÓRIA DESCRITIVA

1956

Refere-se a presente memória descritiva à estimativa de "Igreja de S. Francisco de Évora - reconstrução de telhados", obras que se pretendem efectuar, aproveitando o saldo verificado na adjudicação da empreitada executada no ano corrente, no mesmo Monumento.

Constam os trabalhos agora previstos, do seguinte:

- Fornecer e assentar dois caixilhos em vãos existentes junto ao telhado agora reconstruído, da Sacristia, evitando-se desta forma a entrada das águas pluviais, nesta dependência da Igreja.
- Limpeza e reparação de parte do telhado da nave da Igreja, compreendendo a substituição de telhas partidas; limpeza de calçadas e algerozes.

Importa a presente estimativa na quantia total de Escudos: - DOZE MIL E QUATROCENTOS E CIENTA ESCUDOS - 12.400\$00 - incluindo administração e fiscalização.

Évora, 3ª Secção da Repartição Técnica da Direcção dos Serviços dos Monumentos Nacionais, em 9 de Junho de 1956.

O ARQUITECTO CHEFE DA SECÇÃO



MEMÓRIA DESCRITIVA

Refere-se a presente memória descritiva à estimativa das obras de "Igreja de S. Francisco de Évora - reconstrução de telhades" (obra n.º 26 de Cap.º 4.º Art.º 53.º, n.º 2 -a) de Plano de Obras de corrente ano.

Em virtude do estado das telhades da Igreja de S. Francisco de Évora, se encontrarem em precário estado de conservação, e que ocasiona a entrada das águas pluviais, que estão danificando o templo, há que proceder à reconstrução de uma grande parte das coberturas.

Com as obras compreendidas nesta estimativa pretende-se proceder à reconstrução das telhades em peor estado de conservação, ficando para fases seguintes a reconstrução dos restantes telhades e a consolidação das abóbadas.

Os trabalhos de que consta a presente estimativa são os seguintes:

- Reconstrução das telhades da sacristia e de parte da capela dos ossos, empregando telha românica em canais e telha portuguesa existente nas coberturas.
- Limpeza e reparação geral das telhades junto à sala do Capítulo, compreendendo limpeza e desobstrução de alçapões.

Em perenne, no orçamento, descrevem-se todos os trabalhos a executar, os quais importam na quantia total de 52.000\$00 - CINQUENTA E DOIS MIL ESCUDOS -, incluindo administração e fiscalização. -

Évora, 3.ª Secção da Repartição Técnica da Direcção dos Serviços dos Monumentos Nacionais, em 28 de Fevereiro de 1956.

O Arquitecto Chefe da Secção,

MEMÓRIA DESCRITIVA

Refere-se a presente memória descritiva ao orçamento por estimativa de "Igreja de S. Francisco de Évora - reconstrução de telhados", (obra nº.55 de Capº.4º. Artº.5º. nº.2 - a) do Plano de Obras do corrente ano.

As obras agora previstas, constam da reconstrução de parte do telhado da Capela dos Ossos. Assim, projecta-se no ano corrente a reconstrução da parte do telhado em pior estado de conservação, aguardando-se nova verba para se proceder à reconstrução dos restantes telhados da Capela dos Ossos.

Os trabalhos a executar e que a seguir se descrevem, são os seguintes:

- Reconstrução de telhados, compreendendo levantar a cobertura em ruína, fornecer e assentar telha românica em canais e telha portuguesa em capas, incluindo estrutura.

Em pormenor, no orçamento, descrevem-se os trabalhos a executar, os quais importam na quantia total de 20.000\$00 - VINTE MIL ESCUDOS - incluindo 4% para administração e fiscalização.

" " "

Évora, 3ª. Secção da Repartição Técnica, em 22 de Fevereiro de 1958.

O Architecto Chefe da Secção,



MEMÓRIA DESCRITIVA

A presente memória descritiva, refere-se ao orçamento por estimativa de "Igreja de S. Francisco de Évora - reconstrução de telhados", obra do Plano Suplementar do corrente ano.

Com as obras agora previstas conclue-se a reconstrução do telhado da Capela dos Ossos da Igreja de S. Francisco de Évora, trabalho iniciado no ano corrente.

As obras a executar e que a seguir se descrevem, são as seguintes:

- Reconstrução de telhados, compreendendo levantar a cobertura em ruína, fornecer e assentar telha românica em canais, e telha portuguesa em copas, incluindo estrutura.
- Construção de cintas em betão armado, servindo de frechais

Na planta que acompanha o processo, indica-se a zona já reconstruída e aquela a reconstruir.

Em pormenor, no orçamento, descrevem-se os trabalhos a executar, os quais importam na quantia total de 50.000\$00 - CINQUENTA MIL ESCUDOS -, incluindo 4% para administração e fiscalização.

Évora, 3ª. Secção da Repartição Técnica da Direcção dos Serviços dos Monumentos Nacionais, em 1 de Julho de 1958.

O Architecto Chefe da Secção,

[Assinatura]

MEMÓRIA DESCRITIVA

Refere-se esta memória descritiva, ao orçamento por estimativa de "Igreja de S. Francisco - Évora - obras de conservação", - obra nº.35 do Capº.4º.Artº.53º.Nº.2 - a) do Plano de Obras do corrente ano.

A Igreja de S.Francisco de Évora, encontra-se carecida de diversas obras de conservação. Com a verba concedida no corrente ano proceder-se-á à realização daquelas que se consideram mais urgentes e que são as seguintes:

- Reparação e limpeza dos telhados.
- Construção de pavimentos de tejo-leira, e tectos de madeira numa sala destinada à catequese.
- Reparação e fornecimento e assentamento de portas na sala acima indicada e numa outra dependência.
- Reconstrução de rebocos e caiações, na fachada da Rua da República e na fachada lateral.
- Fornecimento e assentamento de vidros em diversos caixilhos e vitrais.

No orçamento, descrevem-se pormenorizadamente os trabalhos a realizar, os quais importam na quantia total de VINTE E SEIS MIL ESCUDOS 26.000\$00 -, incluindo 4% Para administração e fiscalização.

Évora, 3ª. Secção da Repartição Técnica da Direcção dos Serviços dos Monumentos Nacionais, em 1 de Junho de 1960.

O Arquitecto Chefe da Secção,



MEMÓRIA DESCRITIVA E JUSTIFICATIVA

Refere-se esta memória ao orçamento por estimativa, de "Igreja de S. Francisco - Évora - pequenos trabalhos", obra do Cap^o.4^o.Art^o.53^o. n^o.2 -a do Plano de Obras do corrente ano, com a dotação 6.000\$00.

A Igreja de S. Francisco de Évora, encontra-se carecida de diversas obras de conservação.

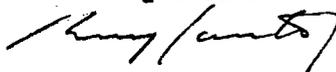
Com a verba agora concedida proceder-se-á à execução da limpeza de telhados, colocação de uma fechadura e ferragens na porta da Capela de S. Joãozinho, e ainda à construção e colocação de uma porta, para substituição da porta em ruína que dá acesso da via pública ao claustro.

No orçamento descrevem-se pormenorizadamente os trabalhos a realizar, os quais importam na quantia total de 6.000\$00 - SEIS MIL ESCUDOS -, incluindo 4% para administração e fiscalização.

" : "

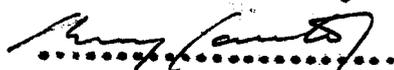
Évora, 3^a.Secção da Repartição Técnica da Direcção dos Serviços dos Monumentos Nacionais, em 28 de Maio de 1962

O Arquitecto



Visto

O Arq^o.Chefe da Secção



O Arquitecto Director dos Serviços

.....

O Arq^o. Chefe da Repartição

.....

MEMORIA DESCRITIVA E JUSTIFICATIVA

Refere-se esta memória ao orçamento, por estimativa, de "Igreja de S. Francisco de Évora - obras de conservação".

Na Igreja de S. Francisco de Évora, verifica-se a necessidade urgente de se proceder à limpeza e pequena reparação das coberturas a fim de se evitar a entrada das águas pluviais, que estão danificando o interior do templo.

Há ainda necessidade urgente de se proceder à construção de algumas janelas e portas de forma a evitar a entrada de ventos que danificam a Igreja, e, ainda se considera urgente proceder às obras de continuação da construção de um sanitário.

Os trabalhos a executar são os seguintes:

- Reparação e limpeza de telhados.
- Fixação de janelas na galeria sobre as capelas laterais.
- Construção de janelas e portas na galeria sobre as capelas laterais.
- Construção de canalização de água e esgoto, e construção de caixas de visita de canalizações, na instalação sanitária.
- Isolamento com produto asfáltico, em terraços.

No orçamento descrevem-se, pormenorizadamente, os trabalhos a realizar, os quais importam na quantia total de 24.213\$00 - VINTE E QUATRO MIL DUZENTOS E TRÊS ESCUDOS -, incluindo 4% para administração e fiscalização. -

Évora, Secção do Sul da Repartição Técnica da Direcção dos Serviços dos Monumentos Nacionais, em 12 de Dezembro de 1963.

O Arquitecto,

[Assinatura]

Visto
O Arquitecto Chefe da Secção,

[Assinatura]

Visto

O Arquitecto Directos dos Serviços,

Visto

O Arquitecto Chefe da Repartição,

MEMORIA DESCRITIVA E JUSTIFICATIVA

Refere-se esta memória ao orçamento, por estimativa, de "Igreja de S. Francisco de Évora - obras de conservação", obra do Capº.4º.Artº.53º.Nº.2 - 1), do Plano de Obras do corrente ano, com a dotação de 25.000\$00, excluindo a percentagem para administração e fiscalização.

A Igreja de S. Francisco de Évora, encontra-se carecida de várias obras de conservação, considerando-se como as mais urgentes, a limpeza e reparação dos telhados a fim de se evitar a entrada das águas pluviais no interior do templo, e a reconstrução dos rebocos da abóbada e paredes da abside e paredes do transepto.

Estas obras foram incluídas na presente estimativa que compreende os seguintes trabalhos:

- Reparação e limpeza de telhados:
- Reconstrução de rebocos da abóbada e paredes da abside e paredes do transepto.
- Reparação e pintura de duas portas no transepto.
- Fornecimento de uma caixa para o quadro de electricidade, a fim de se evitar qualquer desastre, uma vez que o quadro se encontra sem resguardo.

No orçamento descrevem-se pormenorizadamente os trabalhos a realizar, os quais importam na quantia total de 25.272\$00 - VINTE E CINCO MIL DUZENTOS E SETENTA E DOIS ESCUDOS -, incluindo 4% para administração e fiscalização.

Évora, Secção do Sul da Repartição Técnica da Direcção dos Serviços dos Monumentos Nacionais, em 24 de Maio de 1965.

O Arquitecto,

Amey (auto)

Vistos:

Arquitecto Chefe da Secção,

Amey (auto)

Arquitecto Chefe da Repartição,

Arquitecto Director dos Serviços,

MEMÓRIA DESCRITIVA E JUSTIFICATIVA

Refere-se esta memória ao orçamento por estimativa de "Igreja de S. Francisco de Évora - Obras de Reparação Urgentes", executado em cumprimento do determinado na Ordem de Serviço nº.2961 de 4-8-66 da Exm^a. Direcção-Geral.

Tendo sido verificada a necessidade de se proceder com urgência a diversas obras de reparação na Igreja de S. Francisco de Évora, foi elaborado o presente orçamento que compreende as obras mínimas a levar a efeito nessa Igreja.

Os trabalhos a executar são os seguintes:

- Limpeza de telhados, compreendendo o arranque de ervas, limpeza de telhas e colocação das telhas que se encontram desligadas, de forma a evitar-se a entrada das águas pluviais.
- Reparação das coberturas em terraço, compreendendo alegrar e refechar juntas das tijoleiras e isolamento com produto asfáltico, a fim de se evitar a infiltração das águas pluviais no interior da Igreja.
- Limpeza e caição da fachada da Capela de S. Joãozinho, uma vez que os rebocos apresentam um aspecto que não é satisfatório.

Importam estes trabalhos na quantia total de 11 648\$00 - ONZE MIL E SEIS CENTOS E QUARENTA E OITO ESCUDOS -, incluindo 4% para administração e fiscalização.

* * *

Évora, Secção do Sul da Direcção dos Serviços dos Monumentos Nacionais,
em 2 de Dezembro de 1966.

O ARQUITECTO DA SECÇÃO,

Visto:

O ARQUITECTO DIRECTOR DOS SERVIÇOS,

- MEMÓRIA DESCRITIVA E JUSTIFICATIVA -

Refere-se esta memória ao orçamento, por estimativa, de IGREJA DE S. FRANCISCO - ÉVORA - OBRAS DE CONSERVAÇÃO, obra nº.19 do Capº.4º. Artº.53º. nº.1-1 do Plano de Obras do ano corrente, com a dotação de 20 000.00 pelo P.L.

A Capela e sala junto à Capela dos Ossos encontram-se em mau estado de conservação, que não correspondem à dignidade que o local deve apresentar.

Uma vez que a paróquia se prontifica a fornecer os materiais indispensáveis às obras de conservação e reparação necessárias, considera-se com a verba concedida no ano corrente, de proceder à execução dessas obras.

Os trabalhos a executar são os seguintes:

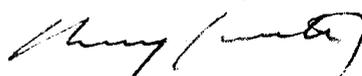
- Remoção de pavimentos em estado de ruína, compreendendo a remoção de entulhos e vasadouro.
- Assentamento de pavimento de tijoleira, sendo os materiais fornecidos pela paróquia.
- Execução de rebocos, sendo também os materiais fornecidos pela paróquia.

Estes trabalhos, que se descrevem pormenorizadamente no orçamento, importam de quantia total de 18 720\$00 - DEZITO MIL E SETECENTOS E VINTE ESCUDOS -, incluindo 4. para administração e fiscalização.

* * *

Évora, Secção do Sul da Direcção dos Serviços dos Monumentos Nacionais,
em 9 de Abril de 1960.

O ARQUITECTO,



Vistos:

O ARQUITECTO CHEFE DA DIVISÃO,

O ARQUITECTO DIRECTOR DOS SERVIÇOS,

- MEMÓRIA DESCRITIVA E JUSTIFICATIVA -

Refere-se esta memória ao orçamento, por estimativa, de IGREJA DE S. FRANCISCO, ÉVORA - RECONSTRUÇÃO DO TELhado DA CAPELA DE S. JOÃOZINHO E OUTRAS OBRAS DE REPARAÇÃO - CONCELHO DE ÉVORA - DISTRITO DE ÉVORA, obra nº.56 do Capº. 6º. Artº.92º. nº.2 - Edificações e Monumentos Nacionais, do Plano de Obras do corrente ano com a dotação de 100 000\$00, sendo 50 000\$00 pelo O.G.E. e 50 000\$ pelo Fundo do Desemprego.

No ano de 1972 abateu parte do telhado da Capela de S. Joãozinho da Igreja de S. Francisco de Évora, tendo-se então procedido a uma reparação ligeira de emergência. Com a verba concedida no ano corrente, prevê-se a reconstrução desse telhado além de outras obras de conservação que a Igreja carece.

Os trabalhos a executar são os seguintes:

- Demolição da cobertura em estado de ruína da Capela de S. Joãozinho;
- Construção de betão armado em cintas de travação do novo telhado da mesma Capela;
- Construção de lajes de betão pré-esforçado, servindo de esteira do referido telhado, compreendendo isolamento com produto asfáltico;
- Reconstrução do mencionado telhado empregando telha românica em canais e telha portuguesa nas cobertas, existentes;
- Arranque e reassentamento de uma porta;
- Fornecimento e assentamento de um portão de ferro forjado para o vão existente sobre o Largo 28 de Maio;
- Regularização do pavimento da entrada do claustro;
- Reconstrução de pavimento de tijoleira regional na entrada da nave da Igreja;
- Limpeza de telhados, compreendendo desentupimento de gárgulas e calendas;
- Caição com três demãos de cal, em paredes exteriores, interiores e abóbadas, na Capela de S. Joãozinho e zona do Largo 28 de Maio;
- Pintura com três demãos de tinta de óleo em portas, caixilhos e grades de ferro.

Estes trabalhos, que se descrevem pormenorizadamente no orçamento, importam da quantia total de 104 000\$00 - CEMTO E QUATRO MIL ESCUDOS -, incluindo 4% para administração e fiscalização.

Évora, Direcção dos Monumentos do Sul, em 2 de Abril de 1973

O ARQUITECTO DIRECTOR,



Vistos:

O ARQUITECTO CHEFE DA DIVISÃO,

O ARQUITECTO DIRECTOR DOS SERVIÇOS,

MEMÓRIA DESCRITIVA E JUSTIFICATIVA

Refere-se esta memória ao orçamento por estimativa de "Igreja de S. Francisco - Évora - Trabalhos de Conservação de anexos - Concelho de Évora - Distrito de Évora" obra nº.72 do Capº. 6º. Artº. 82º. Nº. 9 - Conservação e aproveitamento de Bens - Serviços Culturais, do Plano de Obras do corrente ano, com a dotação de 80 000\$00, pelo O.G.E.

Com a verba concedida no ano corrente prevê-se essencialmente a recuperação de várias salas do segundo piso do imóvel, a fim de serem aproveitadas pelas entidades religiosas. Além dessa obra preveem-se ainda a reparação e limpeza de telhados e reparações diversas.

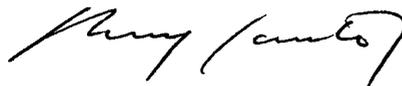
Os trabalhos a executar são os seguintes:

- Execução de tectos em salas do segundo piso empregando betão pré esforçado.
- Arranque de pavimentos em mau estado compreendendo a remoção de entulhos a vasadouro.
- Fornecimento e assentamento de pavimento de tejo-leira nas salas do segundo piso.
- Limpeza e reparação de telhados.
- Caição com três demãos de cal em dependências.
- Execução de rebocos nas dependências do segundo piso.
- Execução de massame de betão pobre no extradorso das abobadas do claustro a fim de se evitar a sua ruína devido a águas pluviais.
- Fornecimento e assentamento de portas e caixilhos, compreendendo ferragens e pintura, nas dependências do segundo piso.
- Reparação da porta exterior da Capela de S. Joãozinho.
- Pintura com três demãos de tinta de óleo em portas e caixilhos.

Estes trabalhos que se descrevem pormenorizadamente no orçamento, importam na quantia total de 83 200\$00 - OITENTA E TRÊS MIL E DUZENTOS ESCUDOS -, incluindo 4% para administração e fiscalização.

Évora, Direcção dos Monumentos do Sul, 17 de Junho de 1974

O ARQUITECTO DIRECTOR,



VISTOS:

O ARQUITECTO CHEFE DA DIVISÃO,

O ARQUITECTO DIRECTOR DOS SERVIÇOS,

ORÇAMENTO

3756-35

Designação das obras	Números dos preços	Quantidades	Preços da unidade	Importâncias	
				Por artigos MATERIAL	Por série de artigos MANO DE OBRAS
OBRAS DE RESTAURO E CONSOLIDAÇÃO DA IGREJA DE S. FRANCISCO, EM ÁVORA, - Monumento Nacional -					
CAPÍTULO I					
Obra de pedreiro					
Artº 1º					
Demolição cuidadosa de paredes de alvenaria nos contrafortes dos telhados do coro da Igreja	V	m3 63,360	10\$00 50\$00	638\$60	1.900\$00
Artº 2º					
Cintagem de beton armado na estrutura geral dos telhados	V	m3 60,720	350\$00 150\$00	21.252\$00	9.108\$00
Artº 3º					
Regularização de abóbadas com betoni- lha e substância hidrofuga, para as- sentamento de telha		m2 1.214,00	20\$00 10\$00	24.280\$00	12.140\$00
Artº 4º					
Demolição de paredes de alvenaria in- cluindo a arrumação de material	V	m3 51,600	3\$00 30\$00	154\$80	1.032\$00
Artº 5º					
Cantaria apicada a fino, assente em contraforte		m3 1,800	200\$00 180\$00	360\$00	324\$00
Artº 6º					
Reparação geral de ameias		200	10\$00 10\$00	2.000\$00	2.000\$00
Artº 7º					
Reconstrução geral do pavimento de tejolo, incluindo a regularização para o seu assentamento		m2 678,02	20\$00 10\$00	13.600\$60	6.800\$20
Artº 8º					

Designação das obras	Quantidades	Preços da unidade	Preços	
			Por artigos MATERIAL	Por série de artigos NO. DE OBRA
Transporte.....			32.283\$00	33.304\$00
1, assento em revestimento terreo, incluindo regularização de massa	m2 806,38	60\$00 70\$00	48.379\$00	58.428\$40
CAPITULO II				
Obra de carpinteira				
Artº 9º				
Acabamento e reconstrução de armação				
de telhado, incluindo o aproveitamento de material existente	m2 637,55	15\$00 15\$00	9.563\$25	9.563\$25
Artº 10º				
Armação especial de pinho para assentamento de telha nas abóbadas	m2 1564,30	10\$00 8\$00	15.643\$00	12.514\$40
Artº 11º				
Construção e assentamento de portas interiores em carvalho ou castanho, incluindo ferragens, com 0,04	m2 39,48	100\$00 150\$00	3.948\$00	5.922\$00
Artº 12º				
Reparação geral de caixilharias exteriores, incluindo a substituição de alguns partidos	m2 38,00	55\$00 35\$00	2.090\$00	1.330\$00
CAPITULO III				
Obra de tábua				
Artº 13º				
construção geral de telhados existentes, com telha românica, incluindo aproveitamento de material em bom estado	m2 2.201,85	10\$00 13\$00	22.018\$50	28.624\$05
Artº 14º				
Reboco e guarnecimento em paredes	m2 8.147,20	2\$00 6\$00	16.294\$40	48.883\$20
Artº 15º				
A transportar.....			150.220\$15	150.583\$50

Designação das obras	Numeros dos preços	Quantidades	Preços da unidade	Por artigos	
				Material	Por série de artigos
Transporte.....				190.220\$15	196.563\$50
Limpeza e lavagens de paramentos da libreria existente, incluindo a toma- da de juntas com argamassa hidrauli- ca		m2 1.580,00	2\$50 3\$00	3.980\$00	4.740\$00
CAPÍTULO IV					
Obra de pintor					
Artº 16º					
Pintura a carbonilo com duas demãos, sobre madeira		m2 2.201,83	1\$50 1\$00	3.302\$77	2.201\$83
Artº 17º					
Pintura a óleo sobre madeira, com três demãos de tinta incluindo o aparelho		m2 140,99	6\$00 10\$00	845\$52	1.409\$20
Artº 18º					
Pintura a óleo sobre ferro com três demãos e uma de zarcão		m2 34,00	5\$00 8\$00	170\$00	272\$00
CAPÍTULO V					
Obra de vidraceiro					
Artº 19º					
Construção e assentamento de vi- dras em chumbo, com vidro colori-		m2 24,00	150\$00 150\$00	3.600\$00	3.600\$00
CAPÍTULO VI					
Remoção de entulhos					
Artº 20º					
Remoção de entulhos provenientes dos diversos trabalhos a efectuar		600,000	22\$00		13.200\$00
5% para fiscalização e imprevistos				9.604\$32	11.100\$32
Arredondamento				7\$85	5\$15
Total.....				201.700\$00	233.110\$00
				RESUMO:	

ORÇAMENTO

Cap. F. 22.

Designação das obras	Números dos preços	Quantidades	Preços da unidade	Importâncias	
				Por artigos material	Por série de artigos
Cintafus de látex amarelo		6,35	250 x 100	1.587,50	
		30,50	200 x 100		6.900,00
		20,00	(250 x 100)	7.500,00	6.000,00
Respalto de abobadas e tubos	100,00		(14,00)		
			(284,00)	7.000,00	7.000,00
Armações de madeira em abobadas	300,00		(8,00)		
			(7,00)	2.400,00	2.100,00
Colatura - tubos cerâmicos	100,00		10,00	5.500,00	
			(10,00)		5.000,00
Linha de tubos para colatura, nichos, ventilação e hidrantes.	150,00		(80,00)	12.000,00	12.000,00
			(80,00)	6.000,00	6.000,00
Decorações em tubos de paredes	200,00		(25,00)		
			(25,00)	6.250,00	6.250,00
Percussão de entubos	40,00		200,00		80,00
	47,00		20,00		3.000,00
	78,00		22,00		1.716,00

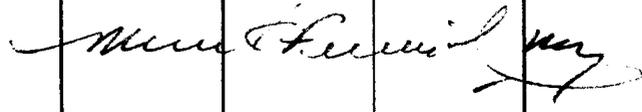
DESCRIÇÃO DOS TRABALHOS	QUANTIDADES	PREÇOS		IMPORTÂNCIAS	
		Materiais	Mão de obra	Materiais	Mão de obra
IGREJA DE S. FRANCISCO - VITORIA -					
CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO DE TERRAÇOS E CONSOLIDAÇÃO DE ABOBADAS					
ARTIGO UNICO					
ART. 1.º -					
Reconstrução de telhados, compreendendo levantar a cobertura existente, substituição de madeiramento em mau estado, pintura de madeiramento com indute preservativo; fornecer e assentar telha romana em canais e telha portuguesa existente em cobertas, assente com argamassa hidráulica; Sacristia e ala do lado da Capela dos Osses	871 m2 1.143,00	120 80\$00	40\$00	91.440\$00	45.720\$00
Art. 2.º - Limpeza e reparação geral dos telhados, compreendendo substituição de telhas partidas; limpeza de caldeiras e desentapamento de algerozes	m2 1.083,00	20\$00	10\$00	21.660\$00	10.830\$00
Art. 3.º - Refechamento e tomada de juntas, com indute preservativo em terraços	m2 72,00	8\$00	4\$00	576\$00	288\$00
Art. 4.º - Construção e assentamento de cintas de botas aguçado, para consolidação de abobadas da nave, incluindo abrir e tapar caixa, escoramentos necessários e andaimes	m3 28,840	400\$00	800\$00	11.536\$00	23.072\$00
A transportar				125.212\$00	62.912\$00

DESIGNAÇÃO DOS TRABALHOS	QUANTIDADES	PREÇOS		IMPORTÂNCIAS	
		Materiais	Mão de obra	Materiais	Mão de obra
Transporte				125.212\$00	79.916\$00
Reparação de pinos e rebocos na parte superior das cascos, incluindo andaimes	m2 214,50	30\$00	15\$00	6.435\$00	3.217\$50
Reparação de fendas existentes na abóbada da nave, compreendendo alegrar e encher com alvenaria de tejele, incluindo andaimes	1	40 00\$00	6000\$00	4.000\$00	6.000\$00
SOMA				135.647\$00	89.127\$50
Materiais				135.647\$00	
Mão de obra				89.127\$50	
				224.774\$50	
5% para fiscalização e expediente				11.238\$72	
Arredondamento				\$78	
SOMA TOTAL				236.014\$00	

Importa o presente orçamento, por estimativa, na quantia total de 236.014\$00 - DUZENTOS E TRINTA E SEIS MIL E CATORZE ESCUDOS.

Évora, 3ª. Secção da Repartição Técnica da Direcção dos Serviços dos Monumentos Nacionais, em 15 de Abril de 1955.

O Agente Técnico de Engenharia,
Chefe de Trabalhos



DESIGNAÇÃO DOS TRABALHOS	QUANTIDADES	PREÇOS		IMPORTÂNCIAS	
		Materiais	Mão de obra	Materiais	Mão de obra
- IGREJA DE S. FRANCISCO DE ÉVORA -					
- RECONSTRUÇÃO DE TELHADOS -					
<u>CAPÍTULO ÚNICO</u>					
<u>Obras Diversas</u>					
Art.º.1.º.- Reconstrução de telhados, compreendendo levantar a cobertura existente, substituição de madeiramento em mau estado, pintura do mesmo madeiramento com indute preservativo; fornecer e assentar telha românica em canais e assentar telha portuguesa existente em cobertas, totalmente assentes com argamassa hidráulica	m ² 392,00	80\$00	40\$00	31.360\$00	15.680\$00
Art.º.2.º.- Limpeza e reparação geral de telhados, compreendendo substituição de telhas partidas; limpeza de calciras e desentapamento de algerozes	m ² 148,00	10\$00	10\$00	1.480\$00	1.480\$00
A transportar				32.840\$00	17.160\$00

ORÇAMENTO

QUANTIDADES	PREÇOS		IMPORTÂNCIAS		
	Material	Mão de obra	Material	Mão de obra	
<p>limpar e assentar cal- das de madeira de sag- uão, incluindo arga- mas e revestimento me- dicado por cima a fôrma da para finalização da obra, e compreendendo pintura com três demãos de tinta de oleo todos os trabalhos preparato- rios.....</p>	m ² 3,00	300\$00	200\$00	900\$00	600\$00
<p>Art. 2º; limpeza e reparação ge- ral de telhados, compre- endendo substituição de telhas partidas; limpeza de calceiras e desentai- pamento de algerozes....</p>	m ² 350,00	20\$00	10\$00	7.000\$00	3.500\$00
			7.900\$00	4.100\$00	
SOMA.....			12.000\$00		
4% para Administração e fiscaliz.			480\$00		
SOMA TOTAL.....			12.480\$00		

<p>Importa o presente orçamento por estimativa de valor total de R\$12.480,00 - para os serviços e materiais necessários para esta Administração e fiscalização.</p>					

<p>Brasília, 3ª Seção do Departamento Técnico da Direção dos Serviços dos Monumentos Nacionais, em 2 de maio de 1958.</p>					
<p>O Assessor Técnico é o Sr. <i>[Assinatura]</i></p>					

DIRECÇÃO GERAL DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS
 DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS E MONUMENTOS NACIONAIS
REPARTIÇÃO TÉCNICA

ORÇAMENT

DESIGNAÇÃO DOS TRABALHOS	QUANTIDADES	PREÇOS		IMPORTÂNCIAS	
		Materiais	Mão de obra	Materiais	Mão de obra
IGREJA DE S. FRANCISCO DE ÉVORA					
- RECONSTRUÇÃO DE TELHADOS -					
<u>CAPÍTULO ÚNICO</u>					
<u>Obras Diversas</u>					
Artº. Único - Reconstrução de telhados, compreendendo levantar a cobertura existente, substituição da cobertura em mau estado; fornecer e assentar telha românica em canais e telha portuguesa em cobertas, totalmente assentes com argamassa hidráulica					
	160,00 m2		120\$00'		
	160,26	80\$00	40\$00	12.820\$00	6.410\$00
				12.820\$00	
				6.410\$00	
				19.230\$00	
				769\$20	
				\$80	
				20.000\$00	
Importa este orçamento, por estimativa, na quantia total de 20.000\$00 - VINTE MIL ESCUDOS.					
Évora, 3ª. Secção da Repartição Técnica da Direcção dos Serviços dos Monumentos Nacionais, em 22 de Fevereiro de 1958.					
O Agente Técnico de Engenharia Civil, <i>João Colhado de Jesus</i>					

DESIGNAÇÃO DOS TRABALHOS	QUANTIDADES	PREÇOS		IMPORTÂNCIAS	
		Materiais	Mão de obra	Materiais	Mão de obra
IGREJA DE S. FRANCISCO DE ÉVORA					
<u>RECONSTRUÇÃO DE TELHADOS</u>					
<u>CAPÍTULO ÚNICO</u>					
<u>Obras Diversas</u>					
Artº.1º.- Reconstrução de telhados compreendendo levantar a cobertura existente; substituição de madeiramento em mau estado; fornecer e assentar telha românica em canais e telha portuguesa em cobertas, totalmente assentes com argamassa; telhões, passadeiras e algerozes em betão -----	m2 390,00	80\$00	40\$00	31.200\$00	15.600\$00
Artº.2º.- Construção de cintas de travação em betão armado, empregando betão normal (300 Kg. de cimento por m3) ao traço de 1:2:4, incluindo a demolição de alvenarias ; construção de alvenaria hidráulica em nivelamentos e regularizações; rebocos e encasques necessários; remoção de entulhos a vasadouro; e execução de todos os trabalhos necessários -----	m3 1,417	600\$00	300\$00	850\$20	425\$10
				32.050\$20	16.025\$10

				32.050\$20	16.025\$10

				32.050\$20	16.025\$10

				32.050\$20	16.025\$10

				32.050\$20	16.025\$10

				32.050\$20	16.025\$10

				32.050\$20	16.025\$10

				32.050\$20	16.025\$10

				32.050\$20	16.025\$10

				32.050\$20	16.025\$10

				32.050\$20	16.025\$10

				32.050\$20	16.025\$10

				32.050\$20	16.025\$10

				32.050\$20	16.025\$10

				32.050\$20	16.025\$10

				32.050\$20	16.025\$10

				32.050\$20	16.025\$10

				32.050\$20	16.025\$10

				32.050\$20	16.025\$10

				32.050\$20	16.025\$10

				32.050\$20	16.025\$10

				32.050\$20	16.025\$10

				32.050\$20	16.025\$10

				32.050\$20	16.025\$10

				32.050\$20	16.025\$10

				32.050\$20	16.025\$10

				32.050\$20	16.025\$10

				32.050\$20	16.025\$10

				32.050\$20	16.025\$10

				32.050\$20	16.025\$10

				32.050\$20	16.025\$10

				32.050\$20	16.025\$10

				32.050\$20	16.025\$10

				32.050\$20	16.025\$10

				32.050\$20	16.025\$10

				32.050\$20	16.025\$10

				32.050\$20	16.025\$10

				32.050\$20	16.025\$10

				32.050\$20	16.025\$10

				32.050\$20	16.025\$10

				32.050\$20	16.025\$10

				32.050\$20	16.025\$10

				32.050\$20	16.025\$10

				32.050\$20	16.025\$10

				32.050\$20	16.025\$10

				32.050\$20	16.025\$10

				32.050\$20	16.025\$10

				32.050\$20	16.025\$10

				32.050\$20	16.025\$10

				32.050\$20	16.025\$10

				32.050\$20	16.025\$10

				32.050\$20	16.025\$10

				32.050\$20	16.025\$10

				32.050\$20	16.025\$10

				32.050\$20	16.025\$10

				32.050\$20	16.025\$10

				32.050\$20	16.025\$10

				32.050\$20	16.025\$10

				32.050\$20	16.025\$10

				32.050\$20	16.025\$10

				32.050\$20	16.025\$10

				32.050\$20	16.025\$10

				32.050\$20	16.025\$10

				32.050\$20	16.025\$10

				32.050\$20	16.025\$10

				32.050\$20	16.025\$10

				32.050\$20	16.025\$10

				32.050\$20	16.025\$10

				32.050\$20	16.025\$10

				32.050\$20	16.025\$10

				32.050\$20	16.025\$10

				32.050\$20	16.025\$10

				32.050\$20	16.025\$10

				32.050\$20	16.025\$10

				32.050\$20	16.025\$10

				32.050\$20	16.025\$10

				32.050\$20	16.025\$10

				32.050\$20	16.025\$10

				32.050\$20	16.025\$10

				32.050\$20	16.025\$10

				32.050\$20	16.025\$10

				32.050\$20	16.025\$10

				32.050\$20	16.025\$10

				32.050\$20	16.025\$10

				32.050\$20	16.025\$10

				32.050\$20	16.025\$10

				32.050\$20	16.025\$10

				32.050\$20	16.025\$10

				32.050\$20	16.025\$10

				32.050\$20	16.025\$10

				32.050\$20	16.025\$10

				32.050\$20	16.025\$10

				32.050\$20	16.025\$10

				32.050\$20	16.025\$10

				32.050\$20	16.025\$10

DESIGNAÇÃO DOS TRABALHOS	QUANTIDADES	PREÇOS		IMPORTÂNCIAS	
		Materiais	Mão de obra	Materiais	Mão de obra
Transporte -----				48.075	330
4% para administração e fiscalização-				1.923	001
Arredondamento -----				1	869
SOMA TOTAL -----				50.000	000

Importa este orçamento por estimativa, na quantia total de 50.000\$
 - CINQUENTA MIL ESCUDOS.-

Évora, 3ª. Secção da Repartição Técnica da Direcção dos Serviços
 dos Monumentos Nacionais, em 1 de Julho de 1958.

O Architecto Chefe da Secção,



DESIGNAÇÃO DOS TRABALHOS	QUANTIDADES	PREÇOS		IMPORTÂNCIAS	
		Materials	Mão de obra	Materials	Mão de obra
- IGREJA DE S. FRANCISCO - ÉVORA -					
<u>OBRAS DE CONSERVAÇÃO</u>					
- CAPÍTULO ÚNICO -					
- Obras Diversas -					
<p>Art.º.1.º.- Reparação e limpeza da cobertura do telhado, compreendendo o levantamento do mesmo em alguns pontos, e reassentamento com telha romana em canais e telha portuguesa nas coberturas totalmente argamassadas, incluindo a limpeza e desentupimento de algerozes, arranque de ervas, queimando algumas raízes de plantas trepadeiras com ácido sulfúrico e corte das mesmas. -----</p>	m ² 108,00	10\$00	5\$00	1.080\$00	540\$00
<p>Art.º.2.º.- Fornecimento e assentamento de pavimento de tejo-leira prensada tipo regional, adoptando argamassa de cimento e areia ao traço de 1:4, incluindo a construção de massame de betão pobre ao traço de 200 Kgs/m³, com abertura de caixa e compreendendo o arranque do pavimento</p> <p>A TRANSPORTAR -----</p>				1.080\$00	540\$00

DESIGNAÇÃO DOS TRABALHOS	QUANTIDADES	PREÇOS		IMPORTÂNCIAS	
		Materials	Mão de obra	Materials	Mão de obra
TRANSPORTE -----				1.080\$00	540\$00
existente e a remoção de entulhos a vasadouro ---	m ³ 73,98	60\$00	30\$00	4.438\$80	3.219\$40
Art ^o .3 ^o .- Construção de tetos incluindo o arranque do existente, em madeira de pinho, compreendendo vigamento e encoramento, segundo indicações a dar oportunamente. -----	m ² 46,00	70\$00	30\$00	3.220\$00	1.380\$00
Art ^o .4 ^o .- Reparação de portas, compreendendo a substituição e reparação de fechaduras, segundo indicações a dar. -----	m ² 4,25	80\$00	20\$00	340\$00	85\$00
Art ^o .5 ^o .- Fornecimento e assentamento de portas em madeira de casquinha, segundo pormenores a dar oportunamente pela fiscalização da obra. -----	m ² 2,47	400\$00	200\$00	988\$00	494\$00
Art ^o .6 ^o .- Picar, emboçar, rebocar e guarnecer com massa fina de areia, cal e água à sponja com três demãos de cal, prévios encasques onde necessários, sendo o reboco com argamassa de cimento, cal e areia ao traço de					
A TRANSPORTAR -----				10.066\$80	4.718\$40

DESIGNAÇÃO DOS TRABALHOS	QUANTIDADES	PREÇOS		IMPORTÂNCIAS	
		Materials	Mão de obra	Materials	Mão de obra
TRANSPORTE -----				10.066\$80	4.718\$40
1:6, em paredes interiores e exteriores. -----	m2 488,00	12\$00	6\$00	5.856\$00	2.928\$00
Art.º 7.º.- Caixação a três demãos em paredes, segundo indicação a dar oportunamente. -----	m2 312,10	2\$00	1\$00	624\$20	312\$10
Art.º 8.º.- Fornecimento e assentamento de vidros em substituição de alguns que se encontram partidos em caixilhos e vitrais.---	1	294\$50	200\$00	294\$50	200\$00
	Soma -----			16.841\$50	8.158\$50
	Materials -----			16.841\$50	
	Mão de obra -----			8.158\$50	
	Soma -----			25.000\$00	
	4% para administração e fiscalização -----			1.000\$00	
	Soma Total -----			26.000\$00	
<p>Importa o presente orçamento, por estimativa, na quantia total de 26.000\$00 - VINTE E SEIS MIL ESCUDOS -, incluindo 4% para administração e fiscalização. -</p> <p>***</p> <p>Évora, 3ª. Secção da Repartição Técnica da Direcção dos Serviços dos Monumentos Nacionais, em 1 de Junho de 1960.</p> <p>O Agente Técnico de Engenharia Civil,</p> <p><i>António Augusto de Jesus</i></p>					

DIRECÇÃO GERAL DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS
 DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DOS MONUMENTOS NACIONAIS
 REPARTIÇÃO TÉCNICA

ORÇAMENTO

DESIGNAÇÃO DOS TRABALHOS	QUANTIDADES	PREÇOS		IMPORTÂNCIAS	
		Materiais	Mão de obra	Materiais	Mão de obra
IGREJA DE S. FRANCISCO - ÉVORA					
PEQUENOS TRABALHOS -					
<u>CAPÍTULO ÚNICO</u>					
- Obras Diversas -					
Artº.1º. - Reparação e limpeza de telhados, compreendendo arrancar ervas e colocar telhas que se encontrem desligadas e incluindo a limpeza e desentupimento de algerozes e calciras arranque de ervas e raízes, queimando estas com ácido sulfúrico, e remoção de entulhos a vasadouro. -----	m2 1.030,00	1300	2300	1.030\$00	2.060\$00
Artº.2º. - Fornecimento e assentamento de uma fechadura e ferragens, de acordo com as indicações da fiscalização da obra, na porta da capela de S. Joãozinho -----	1	199\$00	50\$00	199\$00	50\$00
Artº. 3º. - Construção e assentamento de porta em madeira de casquinha, segundo pormenores a fornecer pela fiscalização da obra, incluindo ferragens e pintura com três demãos de tinta de óleo e todos os trabalhos preparatórios, e compreendendo remover a que se encontra em estado de ruína -----	m2 4,05	350\$00	250\$00	1.417\$50	1.012\$50
A TRANSPORTAR -----				2.646\$50	3.122\$50

DESIGNAÇÃO DOS TRABALHOS	QUANTIDADES	PREÇOS		IMPORTÂNCIAS	
		Materiais	Mão de obra	Materiais	Mão de obra
TRANSPORTE -----				2.646\$50	3.122\$50
				-	
Materiais -----				2.646\$50	
Mão de Obra -----				3.122\$50	
		Soma -----		5.769\$00	
4% para administração e fiscalização				230\$76	
		Arredondamento ----		\$24	
		Soma Total -----		<u>6.000\$00</u>	

Importa este orçamento, por estimativa, na quantia total de 6.000\$00 - SEIS MIL ESCUDOS -, incluindo 4% para administração e fiscalização.

" " "

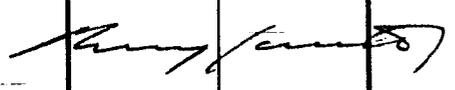
Évora, 3ª. Secção da Repartição Técnica da Direcção dos Serviços dos Monumentos Nacionais, em 28 de Maio de 1962.

O Architecto Chefe da Secção,



DESIGNAÇÃO DOS TRABALHOS	QUANTIDADES	PREÇOS		IMPORTÂNCIAS	
		Materiais	Mão de obra	Materiais	Mão de obra
IGREJA DE S. FRANCISCO DE ÉVORA					
- OBRAS DE CONSERVAÇÃO -					
<u>CAPÍTULO ÚNICO</u>					
Obras Diversas					
Artº.1º.- Reparação e limpeza de telhados, compreendendo desentupimento de calças e algerozes; arranque de ervas; colocação de telhas que se encontrem desligadas e substituição das telhas que estejam partidas; remoção de entulhos para vasadouro.-----	m2 1.120,00	2500	5500	2.240\$00	5.600\$00
Artº.2º.- Fixação de janelas da galeria sobre as capelas laterais, de acordo com as indicações a dar pela fiscalização da obra -----	6	100\$00	150\$00	600\$00	900\$00
Artº.3º.- Reparação de janelas, compreendendo a substituição de peças em mau estado e reparação de alizares, incluindo pintura com três demãos de tinta de óleo, de acordo com as indicações a dar pela fiscalização da obra -----	m2 6,00	100\$00	200\$00	<u>600\$00</u>	<u>1.200\$00</u>
Artº.4º.- Construção e assentamento de caixilhos em madeira de casquinha, - A transportar -----				3.440\$00	7.700\$00

DESIGNAÇÃO DOS TRABALHOS	QUANTIDADES	PREÇOS		IMPORTÂNCIAS	
		Materiais	Mão de obra	Materiais	Mão de obra
- Transporte - segundo orçamentos a fornecer, incluindo ferragens, vidros e pintura a tinta de óleo com três demãos. -----	m2 6,30	350\$00	100\$00	3.440\$00	7.700\$00
Artº.5º.- Construção e assentamento de portas de madeira de casquinha, de acordo com os orçamentos a fornecer, incluindo pintura a três demãos de tinta de óleo e ferragens. -----	m2 4,80	400\$00	200\$00	1.920\$00	960\$00
Artº.6º.- Construção de rede de esgotos, empregando manilhas de grés com o diâmetro de 0,15, compreendendo abertura e tapamento de valas; ligações ao collector geral e todas as peças accorriadas. -----	m1 44,00	42\$00	12\$00	1.848\$00	528\$00
Artº.7º.- Construção de caixas de visita, em tijolo, com 0,80 X 0,80 X 0,80, incluindo tampo de betão armado, rebocadas interiormente com argamassa de cimento afagado à colher, segundo orçamentos a dar pela fiscalização da obra ----	3	150\$00	100\$00	450\$00	300\$00
Artº.8º.- Fornecimento e assentamento de canalizações - A transportar -----				8.603\$00	10.112\$00

DESIGNAÇÃO DOS TRABALHOS	QUANTIDADES	PREÇOS		IMPORTÂNCIAS	
		Materiais	Mão de obra	Materiais	Mão de obra
- Transporte -----				8.603\$00	10.118\$00
que para abastecimento de água, empregando tubo de ferro galvanizado com 1 3/4" Ø, compreendendo todos os acessórios e ligações, incluindo abertura e tapanento de roços, furos e valas -----	ml 48,00	30\$00	15\$00	1.440\$00	720\$00
Artº.9º.- Isolamento de coberturas em terraços, empregando produto asfáltico e regularização de pavimentos, tudo de acordo com as indicações da fiscalização da obra. ---	m2 80,00	20\$00	10\$00	1.600\$00	800\$00
SOMA -----				11.643\$00	11.638\$00
Materiais -----				11.643\$00	
Mão de obra -----				11.638\$00	
				23.281\$00	
4% para administração e fiscalização -----				931\$24	
Arredondamento -----				876	
SOMA TOTAL -----				24.213\$00	
- Importa o presente orçamento, por estimativa, na quantia total de 24.213\$00 - VINTE E QUATRO MIL E DUZENTOS E TREZE ESCUDOS -, incluindo 4% para administração e fiscalização. -					
Évora, Secção do -ul da Repartição Técnica da Direcção dos Serviços dos Monumentos Nacionais, em 12 de Dezembro de 1963.					
O Arquitecto Chefe da Secção,					
					

DESIGNAÇÃO DOS TRABALHOS	QUANTIDADES	PREÇOS		IMPORTANCIAS	
		Materials	Mão de obra	Materials	Mão de obra
IGREJA DE S. FRANCISCO DE ÉVORA					
- OBRAS DE CONSERVAÇÃO -					
<u>CAPÍTULO ÚNICO</u>					
<u>Obras Diversas</u>					
Art.º.1º - Reparação e limpeza de telhados, compreendendo desentupimento de caleiras e algerozes; arranque de ervas; colocação de telhas que se encontram desligadas e substituição das telhas que estejam partidas; remoção de entulhos a vasadouro, a indicar pela fiscalização da obra -----	1.120,00 ^{m2}	2\$00	5\$00	2.240\$00	5.600\$00
Art.º.3º.- Picar, emboçar e rebocar com argamassa de cimento e areia ao traço de 1:1:6, e caição com três demãos de cal em paredes e abóbas, compreendendo andaimes -----	613,80 ^{m2}	12\$00	10\$00	7.365\$60	6.138\$00
Art.º.6º.- Reparação e pintura com três demãos de tinta de óleo e todos os trabalhos preparatórios, em portas interiores, segundo indicações a dar pela fiscalização da obra -----	9,00 ^{m2}	140\$00	160\$00	1.260\$00	1.440\$00
Art.º.4º.- Fornecer e assentar uma caixa de madeira, forrada com amianto, para resguardo do quadro de electricidade --	1	156\$40	100\$00	156\$40	100\$00
- A transportar -----				11.022\$00	13.278\$00

ORÇAMENTO

DESIGNAÇÃO DOS TRABALHOS	QUANTIDADES	PREÇOS		IMPORTANCIAS	
		Materiais	Mão de obra	Materiais	Mão de obra
- Transporte -----				11.022\$00	13.278\$00
- Materiais -----				11.022\$00	
- Mão de obra -----				13.278\$00	
- SOMA -----				24.300\$00	
- 4% para administração e fiscalização -----				972\$00	
- SOMA TOTAL -----				25.272\$00	
<p>- Importa o presente orçamento, por estimativa, na quantia total de VINTE E CINCO MIL DUZENTOS E SETENTA E DOIS ESCUDOS -, incluindo 4% para administração e fiscalização. -</p>					
<p>Évora, Secção do Sul da Repartição Técnica de Direcção dos Serviços dos Monumentos Nacionais, em 24 de Maio de 1965.</p>					
<p>O Arquitecto Chefe da Secção,</p> <p><i>Amey (assinado)</i></p>					

DESIGNAÇÃO DOS TRABALHOS	QUANTIDADES	PREÇOS		IMPORTÂNCIAS	
		Materials	Mão de obra	Materials	Mão de obra
<u>IGREJA DE S. FRANCISCO DE ÉVORA</u>					
<u>OBRAS DE REPARAÇÃO URGENTES</u>					
<u>CAPÍTULO ÚNICO</u>					
<u>OBRAS DIVERSAS</u>					
Artº.1º.- Limpeza de telhados, compreendendo o arranque de ervas e limpeza de telhas, e incluindo a colocação das telhas que se encontram desligadas, empregando argamassa hidráulica, em diversos pontos, segundo indicações a dar pela fiscalização da obra	1	500\$00	1 000\$00	500\$00	1 000\$00
Artº.2º.- Reparação de coberturas em terraço, compreendendo alegrar as juntas das tijoleiras, refechamento das mesmas juntas com argamassa hidráulica e isolamento com produto asfáltico, segundo indicações da fiscalização da obra	264,00 ^{m2}	15\$00	15\$00	3 960\$00	3 960\$00
Artº.3º.- Limpeza e caição de paramentos de paredes exteriores, segundo indicações a dar pela fiscalização da obra	1	1 180\$00	600\$00	1 180\$00	600\$00
				5 640\$00	5 560\$00

DESIGNAÇÃO DOS TRABALHOS	QUANTIDADES	PREÇOS		IMPORTÂNCIAS	
		Materiais	Mão de obra	Materiais	Mão de obra
IGREJA DE S. FRANCISCO - EVORA					
<u>OBRAS DE CONSERVAÇÃO</u>					
<u>CAPÍTULO ÚNICO</u>					
<u>OBRAS DIVERSAS</u>					
Artº. 1º.- Demolição de pavimentos em estado de ruína, compreendendo a remoção de entulhos a vasadouro, a indicar pela fiscalização	m2 222,00	-	20\$00	-	4 440\$00
Artº. 2º.- Assentamento de pavimento de tijoleira prensada (furada) a fornecer pela Paróquia, empregando argamassa de cimento e areia, ao traço de 1:4, incluindo rodapé do mesmo material	m2 232,00	-	30\$00	-	6 960\$00
Artº. 3º.- Picar, emboçar, rebocar e guarnecer com massa fina de areia, em paredes e abóbadas, sendo o reboco ao traço de 1:1:6 de cimento, cal e areia, incluindo andaimes e esquadro com três demãos de cal branca, dada à esponja, sendo os materiais fornecidos pela Paróquia	m2 165,00	-	40\$00	-	6 600\$00
				-	18 000\$00
		Materiais		-	
		Mão de Obra		-	18 000\$00
		Soma		-	18 000\$00
		4% para administração e fiscalização..		-	720\$00
		SOMA TOTAL		-	18 720\$00

DESIGNAÇÃO DOS TRABALHOS	QUANTIDADES	PREÇOS		IMPORTÂNCIAS	
		Materiais	Mão de obra	Materiais	Mão de obra
<p>Importa o presente orçamento, por estimativa, na quantia total de 18 720\$00 - DEZOITO MIL E SETECENTOS E VINTE ESCUDOS -, incluindo 4% para administração e fiscalização.</p>					
<p>Evora, Secção do Sul da Direcção dos Serviços dos Monumentos Nacio nais, em 9 de Abril de 1969</p>					
<p>O Arquitecto,</p> <p><i>[Handwritten Signature]</i></p>					

M E D I Ç Õ E S				O R Ç A M E N T O							
ARTIGOS	DESIGNAÇÃO DOS TRABALHOS	DIMENSÕES			EXTENSÕES, SUPERFÍCIES VOLUMES E PESOS		PREÇOS		IMPORTANCIAS		
		Comptimento	Largura	Altura ou espessura	Parciais	Totais	Materiais	Mão de obra	Materiais	Mão de obra	
	<u>CAPITULO UNICO</u>										
	<u>OBRAS DIVERSAS</u>										
1ª	Construção de lajes, empregando vigas de betão pré-esforçado e lajetas cerâmicas, servindo de tecto, segundo cálculos e indicações a dar pela fiscalização da obra, compreendendo armadura e lâmina de compressão, abertura e tapamento de roços, remoção de entulhos a vassadouro, andaimes, escoramentos e todos os remates.....	1	6,60	5,14		33,92					
		1	4,86	3,43		16,67					
		1	4,86	3,17		15,40	65,99 ^{m2}	180\$00	90\$00	11 878\$20	5 939\$10
2ª	Arranque de pavimento de tejo-leira, compreendendo limpeza e empilhamento de materiais aproveitáveis e remoção a vassadouro dos entulhos.....	1	6,40	4,94		31,61					
		1	2,97	4,66		13,84					
		1	4,66	3,43		15,98	61,43 ^{m2}	-	60\$00	-	3 685\$00
3ª	Fornecimento e assentamento de tejo-leira prensada, em pavimento de assoalho com a existente empregando argamassa de cimento e areia ao traço de 1:3	1	6,40	4,94		31,61					
		1	2,97	4,66		13,84					
		1	4,66	3,43		15,98	61,43 ^{m2}	100\$00	50\$00	6 143\$00	3 071\$90
	- A TRANSPORTAR									18 021\$20	12 695\$60

ANEXO VII

Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais
Direcção de Serviços de Inventário e Divulgação

DIRECÇÃO DOS MONUMENTOS NACIONAIS
3.ª SECÇÃO

COMUNICAÇÃO Nº. 103

Handwritten:
a 28/4/1941

Exm^o. Senhor Architecto
Director dos Monumentos
Nacionais

L I S B O A

Em referência à Ordem de Serviço, dessa Exm^a. Direcção, nº. 546, de 3 do corrente, junto tenho a honra de devolver o officio nº. 115 da Câmara Municipal de Évora, e, de informar V. Ex^a. do seguinte:

Não me parece aceitável a pretensão do Vice-Presidente da Câmara Municipal de Évora, pois, se é certo que com as obras da Igreja de S. Francisco desta cidade, ficou levantada a calçada no passeio, também é certo que o largo, junto da Igreja, ficou ampliado com as demolições que se fizeram, e, em benefício da via pública, devendo por conseguinte o calcetamento ser feito por aquela entidade.

Mais informo ainda V. Ex^a. de que o projecto já participado para calcetamento do largo, deveria ter sido presente a essa Exm^a. Direcção, pois que há desaterros a fazer junto da galilé de S. Francisco, o que alias já tinha sido tratado verbalmente com o Exm^o. Presidente daquela Câmara, conforme o que verbalmente expuz a V. Ex^a. e pelo que junto envio uma planta com indicação da modificação a fazer na guia do passeio.

A Bem da Nação

DIRECÇÃO DOS MONUMENTOS NACIONAIS, em 18 de Março de 1941.

O Architecto Chefe

Handwritten signature: J. Aguiar

ENTRADA
19 MAR 1941
ENTRADA

N.º 822 Fls. L.º
PROCESSO N.º

ANEXO VIII

Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais
Direcção de Serviços de Inventário e Divulgação



MINISTÉRIO
DAS
OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES
DIRECÇÃO GERAL
DOS
EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS
DIRECÇÃO DOS MONUMENTOS NACIONAIS
3.ª SECÇÃO
COMUNICAÇÃO

S. R.

Exm^o. Senhor Architecto Direc-
tor dos Monumentos Nacionais

L I S B O A

N.º 208

Encontrando-se em obras de reconstituição e restauro a parte do claustro da Igreja de S. Francisco ~~em Évora~~ ^{de Évora} voltada a norte e existindo no Museu Regional desta cidade um corpo completo com 3 arcos de cantaria, pertencente áquêlê claustro, venho por isso, rogar a V. Ex^{ta}. se digne providenciar no sentido de ser reconduzido ao seu primitivo lugar o referido corpo architectónico.

A Bem da Nação

Évora, em 30 de Agosto de 1943.

DIRECÇÃO DOS MONUMENTOS
NACIONAIS

SECRETARIA
LITOGRAFIA

N.º 208, Fls. 1.
PROTECTOR N.º

O Architecto Chefe

João Leão

ANEXO IX

GRANDE PARTE DA Igreja de S. Francisco

está correndo um grave perigo de derrocada

Há já alguns anos que uma grande área dos telhados da monumental Igreja de S. Francisco — formoso templo fundado no século XV — necessita de reparações de grande importância.

Ervas, ninhos de pássaros e vários outros detritos acumulados em sucessivos anos, formam pequenas barragens nos canais de escoamento das águas pluviais e daí resulta que estas se têm infiltrado perigosamente nas paredes e pesadas abobadas desta famosa igreja que D. Manuel I mandou concluir em 1510.

As telhas já abertas, por onde se escoam as águas com extraordinária abundância, mostram bem a urgência das reclamadas obras de reparo e se assim se não fizer, o perigo de derrocada avança consideravelmente.

A capela da Ordem Terceira de S. Francisco, riquíssima no trabalho de talha dourada, está em perigo, em parte, de desintegração, apresentando já uns enormes pontos de descolamento dos madeiramentos das obras de alvenaria.

Nos corredores que dão acesso à sacristia e nas paredes laterais do altar-mór, o aspecto é desolador. As manchas de humidade são enormes e, em dias de chuva, tudo se alaga.

Tratando-se de uma das mais preciosas joias de arquitectura gótico-manuelina — quasi única na península ibérica — e olhando ainda para serviços que presta como templo religioso, onde diariamente se officia, seria de toda a conveniência que a Direcção dos Monumentos Nacionais, ordenasse com brevidade, obras de reparação nos telhados do grande edificio, tanto mais que, a não se tomarem estas medidas de grande urgência, Evora arrisca-se a ver mutilado, senão perdido, um dos seus mais importantes motivos turisticos, tanto no campo religioso, como no architectónico.

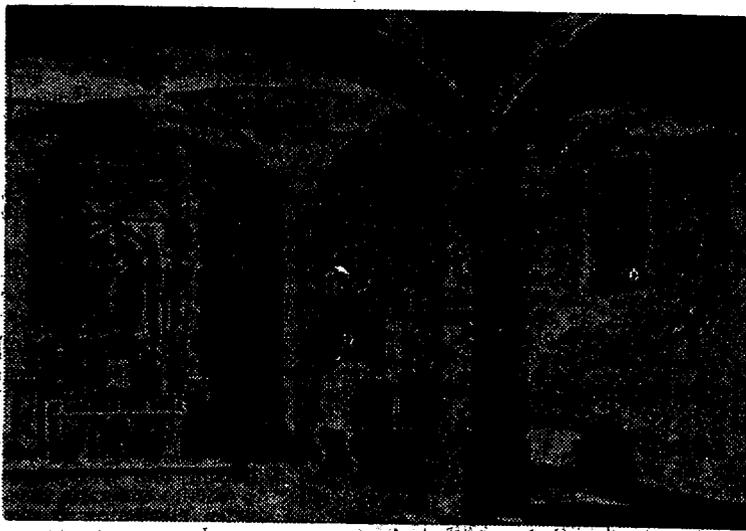
Ao lançarmos o nosso grito de alarme, nada mais fazemos do que ecoar os lamentos dos eborenses que amam e se interessam por tudo o que a cidade tem de belo e de histórico e que neste momento estão vendo um grave perigo minando dia a dia uma importante pedra do seu maravilhoso patrimonio monumental.

Estamos contudo certos de que a entidade a quem o assunto compete, não demorará os necessários trabalhos de limpeza de telhados e reparações de abobadas e paredes, evitando a ruina do sumptuoso templo, que outrora teve anexo o Palácio Real de Evora.

Os eborenses, esperam portanto, dentro em breve, de ver mais este inestimável favor á Direcção Geral dos Monumentos Nacionais.

ANEXO X

Diário de Lisboa



interior da capela dos ossos

A Capela dos Ossos

e outros tesouros eborenses em risco de se perderem devido às chuvas abundantes

ÉVORA, 30. — Em consequência das abundantes chuvas dos últimos dias, duas joias preciosas do tesouro monumental eborense estão a causar preocupação nos meios culturais que reagem sempre que o património artístico da cidade sofre baixas ou depredações parciais.

O Museu Regional Eborense, instalado no antigo Paço Arquiepiscopal, junto à basílica da Sé, possui alguns painéis do célebre núcleo de pintura flamenga do século XV, ultimamente beneficiados em Lisboa no Laboratório dr. José de Figueiredo e alguns quadros do século XVII, representando a duquesa de Mantua e elementos da família real portuguesa da época da dinastia brigantina.

O Museu, de que é director o professor da Faculdade de Letras de Lisboa, dr. Mário Tavares Chicó, dispõe de magníficas salas e de um claustro, onde está instalada a secção escultórica.

O Alentejo é, porém, uma região de rigores climatéricos, e os invernos são húmidos e frios em excesso; e como o Museu não dispõe de um sistema de aquecimento gradual assiste-se ao desolador espectáculo de se encontrarem valiosas peças de pintura escorrendo húmidamente das telas, gripando os vernizes e os óleos antigos e recentes do restauro, estando em perigo de se deteriorarem completamente algumas peças únicas em Portugal, como o núcleo de pintura da Escola de Burges.

Évora espera que o Ministério da Educação Nacional não permita que tão notável património se perca ou se deteriore mais.

O segundo brado de alerta refere-se à igreja de S. Francisco, notável monumento nacional, reconstruído de 1460 a 1501, templo gótico, coroado de ameias e corcheias com gable de sete arcos de tipo diferente, considerado exemplar curioso da época do gótico-mourisco, e que, interiormente, tem uma nave única, coberta por uma abóbada lançada com inaudito arrojo.

Além do claustro quatrocentista, pertencente ao antigo mosteiro, já desaparecido, a igreja de S. Francisco possui ainda uma curiosidade que, por si só, atrai milhares de turistas, pese embora o aspecto macabro dessa curiosidade do século XVII: a famosa Capela dos Ossos — conjunto impressionante que emociona e obriga à meditação o visitante despreocupado que é recebido, à entrada, com esta inscrição axiomática: «Nós, ossos que aqui estamos, pelos vossos esperamos».

Pois a famosa Capela dos Ossos está inundada pelas chuvas que, infiltrando-se pelas abóbadas, vão escorrendo pelos pilares cravejados de tíbias, crânios e fémures, originando o alagamento do chão da capela e do piso imediato, onde funcionou outrora a Sala do Capítulo do extinto mosteiro de S. Francisco.

As infiltrações das águas, não só estão ali deteriorando a famosa curiosidade macabra, como ainda põem em risco de se perder as pinturas a fresco que decoram os tectos de tão curioso monumento nacional.

Certamente que providências imediatas serão tomadas, porque, não sendo assim, Évora e o País correm o risco de perder uma pédra valiosa do seu roteiro turístico.

DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS
DOS MONUMENTOS NACIONAIS

No. 829 FLS. 146 LO 43